

**MUNICÍPIO:  
O GRANDE PROTAGONISTA**

**O NOVO PACTO FEDERATIVO**

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1993

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

IPEA – SEPLAN

O NOVO PACTO FEDERATIVO

**MUNICÍPIO  
O GRANDE PROTAGONISTA**

Brasília-DF, novembro de 1993

IPEA – SEPLAN

O NOVO PACTO FEDERATIVO

**MUNICÍPIO  
O GRANDE PROTAGONISTA**

Brasília-DF, novembro de 1993

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Bom dia a todos.

Nós estamos ainda esperando alguns convidados especiais que estão chegando no aeroporto, mas gostaria de agradecer a presença das autoridades, dos especialistas aqui presentes para esta modestíssima reunião de trabalho que tem, no entanto, ambições muito altas e muito nobres.

São essas ambições que justificam um Encontro num momento como este em que todos estão muito envolvidos com seus compromissos inadiáveis alguns, e que tiraram algum tempo para nossa discussão sobre o tema fundamental do Novo Pacto Federativo.

Gostaria de agradecer a Fundação Getúlio Vargas por nos ter hospedado, na pessoa da Professora Socorro e também a presença do Dr. José William Dias, que está aqui representado, o Ministro e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República que, infelizmente, não puderam comparecer, porque se encontram numa reunião importante com todos os Secretários do Planejamento Estaduais em Porto Alegre. É muito possível que o Ministro esteja conosco amanhã, mas estamos aqui com o William representando e atestando a importância que a SEPLAN atribui a esta reunião.

Minhas primeiras palavras seria para chamar a atenção para os avanços que o Brasil está vivendo, apesar das turbulências, apesar das dificuldades.

Acho que esta palavra, o Novo Pacto Federativo, que apareceu no Fórum da Fundação Getúlio Vargas em 1991, e esta é também a razão porque estamos aqui prestando esta singela homenagem à Fundação, na verdade foi o início de uma discussão que deu muita ossadura, muita consistência aos nossos debates, porque até há dois anos a palavra pacto era uma palavra

reservada para discussão capital-trabalho, que é uma discussão muito importante, mas que de certa forma não andava na velocidade que todos esperavam, porque na verdade é muito difícil fazer o novo pacto através dos velhos atores e era isso o pouco que estávamos buscando.

No curso dessa busca, pelo entendimento mais profundo da crise brasileira, tivemos oportunidade de conversar, debater e nos inspirar não só em experiências inovadoras que o Brasil estava realizando como também na reflexão dos políticos, dos técnicos que estavam há muitos anos preocupados com o assunto.

Desta grande crise emergiu também um grande consenso, esse consenso é o nosso caminho, é o nosso passo inicial, porque acredito que quando as discussões e as polêmicas e as divergências são muito profundas, nós temos que começar pelo que é mais simples, pelo que é mais natural, pelo que é mais óbvio e este óbvio se chama município.

O Ibam vai ter algumas coisas a nos dizer sobre isso, mas acho que foi o Ibam que inventou esta loucura de que o município pode ser uma entidade federativa e isso é uma coisa única no mundo, porque nenhum país federativo, nem Estados Unidos, nem Canadá, enfim, nenhum país conhecido que tenha optado pela federação considera o município como um ente federativo, um ente autônomo, quer dizer, a Constituição é muito clara nesse sentido, ela diz que o município é autônomo e nós não sabemos exatamente o que quer dizer autônomo, mas pressentimos que isto significa que nós temos que ter um tratamento num país de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, muito diferente com relação a autonomia do que talvez um país de

proporção menor como são outros Estados pelo menos nominalmente federativos.

Então, acho que este é um ponto fundamental, quer dizer, como discutir as mudanças à luz dessa situação singular de natureza constitucional que delega ao município mais competências e mais responsabilidades do que em qualquer outro lugar do mundo.

No entanto, acho que isto é pouco, porque nós vemos que nesta crise que está nos assolando de maneira muito desagradável que de certa maneira nós podemos ter duas leituras, quer dizer, ou nós podemos culpar por esta grande corrupção o centralismo, ou nós podemos culpar o município e dizer que na verdade os deputados muitas vezes representam suas pequenas comunidades e que na ânsia de conseguir recursos, quase como se fosse um vereador de luxo, para suas comunidades eles são cúmplices ou pelo menos podem ser até os instigadores de entendimentos que são absolutamente espúrios.

Esse é o lado negro da questão, mas o outro lado que nós gostaríamos muito de ter aqui, a presença do Prefeito Jarbas Vasconcelos nos anima muito a isso. O Jaime Lerner que também está chegando, é porque nós descobrimos que neste processo existe um tipo de município que ninguém tem dúvida que ele é um grande protagonista, digamos que as Capitais são destinadas, naturalmente, a serem grandes protagonistas, porque têm uma população maior, porque têm também uma proximidade com os problemas físicos da população muito grande, então, esse é um tema que não podia faltar no dia de hoje, quer dizer que a gente tenha também uma leitura de como os

prefeitos estão vivendo estes problemas. Mas como é que eles estão resolvendo coisas que normalmente eles não resolviam e como é que eles estão inovando?

Guilherme Tito está aqui também para nos ajudar a pensar o município pequeno e pobre, esse é um outro aspecto da nossa realidade não adianta falarmos apenas de grandes capitais como muito recursos, mas precisamos também pensar em como aquelas pequenas unidades sobrevivem.

Osmane Pereira pode nos dar o exemplo de que estas pequenas unidades pobres, quando elas se reúnem, quando elas se unem às vezes em torno de um deputado, às vezes em torno do Estado, às vezes em torno de todos os poderes constituídos, elas podem fazer milagres, como por exemplo, conseguir recursos orçamentários para um trabalho conjunto que envolve, no caso do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, mais de 100 municípios.

Essas são as grandes novidades, nós temos muitas novidades, nós temos Toledo, nós temos contrato de gestão em Maringá, tudo isso acho que é muito complicado, porque Franco Montoro vai nos falar um pouco sobre isso e é por aí que vamos começar, sobre a questão como é que isso começou, esse contrato de risco com a municipalização e com a descentralização, isso é um desafio muito grande num país que é centralizado e um tipo de iniciativa que pode penalizar o político também, porque quando ele transfere os recursos e perde poder sobre a maneira de gastar esses recursos ele na verdade arrisca de cair na orfandade e esse é um perigo que acredito seja responsável por muitos retrocessos e muita timidez na nossa descentralização, a partir da Constituição de 88 nós podíamos ter avançado mais e não avançamos acho que exatamente por isso, acho que todo o mundo quer ser esperto e ninguém quer perder poder.

Os recursos federais nós sabemos que eles alimentam a rede da reprodução política, não é questão de criticar nem de falar mal, é questão de constata que um político que tem a carreira política como seu objetivo de vida, nobre objetivo de vida, ele tem o problema a enfrentar de como manter sendo competente e eficiente, mesmo assim, ele precisa de respaldo para seu crescimento, para sua ascensão na carreira e isso depende muito do federal, passa pelo federal.

Como é que nós podemos imaginar outra engenharia, acho que esse é um tema importante para nossa reflexão.

Estamos aqui com Torquato Jardim, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e nosso Assessor Jurídico, uma pessoa extremamente valiosa nessa discussão que está nos ajudando a transformar todas as nossas idéias e todas as nossas angústias e as imprecisões da lei em algo que possa se traduzir em emendas constitucionais, mas também em lei ordinária, porque, na verdade, o que nós concluímos da Constituição é que a leitura dessa Constituição foi tímida, a leitura foi, às vezes, até mesquinha, as pessoas não quiseram ter a grandeza e a generosidade de entender os seus ensinamentos, acho que isso também é importante, quer dizer, esse aspecto da nossa cultura política, como nós podemos através de um texto que é genérico e que insinua e que sugere, que até obriga a regulamentações, como podemos seguir nesse caminho de não ficar no meio termo, porque acredito que boa parte dos problemas nesse país vem exatamente do meio termo, nada pior do que um trabalho pela metade, então, nós precisamos ter mais ousadia e descentralizar mais.

Ao mesmo tempo, essa é a preocupação do conjunto de reuniões que nós vamos fazer, nós achamos que para a descentralização funcionar, é



preciso também que aja centralidade, para que o descentralizado funcione é preciso que exista uma central qualquer que nos ajude a enfrentar as diferenças e as dificuldades.

Então, acho que esse o grande desafio do Brasil, é que nós não podemos conceber descentralização de maneira homogênea e foi isso um pouco que o Fórum que nós fizemos sobre a municipalização nos ensinou, quer dizer, o Ibam nos ajudou nas conclusões sobre este Fórum recente que fizemos em setembro e que nos mostra claramente, isto é, um grande consenso nacional que o país é heterogêneo e que, portanto, dizer simplesmente que vamos passar os recursos não resolve nossos problemas porque os muito pobres, os muito carentes, eles vão ser penalizados por esse processo se eles não tiveram uma cobertura estadual e federal.

Então, essa idéia de pensar a diferença é também o nosso grande desafio e ela vai necessariamente nos confrontar com o problema que é o problema maior da nossa federação hoje, que é o papel dos Estados, porque ninguém sabe mais que papel eles devem ter, o papel deles está sendo completamente diferente dependendo do Estado ser rico ou ser pobre, dependendo do setor, se é educação, se é saúde, e na verdade ele é uma espécie de grande rejeitado da Constituição de 88, porque o município ocupa vários artigos e está lá protagonista, o grande protagonista da Federação brasileira.

O governo federal até por inércia continua com poderes extraordinários de legislar, de influir competências, concorrências etc. e os Estados estão completamente no limbo.

Então, eu acho que é importante que o município nos diga o que é que ele precisa de cada um do governo estadual, do governo federal, até porque, a política interfere em todas as áreas e muitas vezes o município pode ser prisioneiro de perseguições políticas, de discriminações políticas seja no Estado e nesse caso então o papel do governo federal é muito importante, ele foi muito importante na República Velha, porque na verdade o sistema funciona da seguinte maneira: se o meu grande inimigo é o governo estadual e pedir socorro para ele, foi assim que funcionou em Pernambuco, que eu conheço melhor, porque estudei este caso, como era isso na República Velha, era assim, o governo federal estava sempre pronto para fazer uma articulação e uma coalizão alternativa e isolar e o Coronel no caso podia isolar o seu adversário estadual diante das facilidades de articulação federal.

Franco Montoro vai nos falar de algo que acho que é o bê-a-bá deste pacto federativo, que é o princípio da subsidiaridade. Tenho a impressão que temos que colocar isso na Constituição, é tão bonito, tão importante, tão óbvio, que acho que podíamos até começar por aí, não está lá, na Constituição nós vemos que o município deve fazer tudo que for possível fazer, compromissos locais, mas em nenhum lugar está dito que esse princípio da subsidiaridade deve ser um princípio constitucional no sentido nobre da palavra, inspirador, inspirador da justiça, inspirador de todos os órgãos judiciários, quer dizer, que você possa através das dificuldades de processos, de ações etc., interpretar aquilo de maneira grandiosa que permita que se possa discernir de maneira justamente a contemplar essa heterogeneidade que é o nosso grande calcanhar de Aquiles e que nós vamos ter que enfrentar de alguma maneira.

Nós temos aqui a presença de Paulo Henrique Martins, que tem trabalhado, feito magníficos estudos dos quais eu diria até brincando que ele é um pouco hoje um intelectual orgânico do grande protagonista que é o município, ele tem um texto inspirado sobre a Carta de Alforria, lembrando e insinuando que na Idade Média foram as cidades que libertaram a inovação, a criatividade do jugo da tradição.

Isso é muito importante que se discuta agora, porque, realmente, o Brasil é 80% urbano, as populações estão concentradas nas megalópoles, e tenho a impressão que o Prefeito Jarbas Vasconcelos vai poder nos ajudar nisso, porque a Constituição não contemplou muito bem esse problema, de como proteger essas grandes regiões metropolitanas carentes, paupérrimas, sem cobertura fiscal adequada, simplesmente são cidades dormitórios e a população trabalha no município mãe, criando problemas muito sérios, inclusive problemas de degradação política, porque na medida em que não há recursos essas áreas vão sendo as grandes esquecidas e as grandes abandonadas na Federação brasileira.

Acho que o último desafio que nós temos, e esse é um que dói muito, dói em todos nós, é a questão da continuidade, muitas vezes um grande político realiza uma grande obra que corresponde a esses princípios inovadores que nós estamos aqui defendendo, mas quem garante que o seu sucessor vai conservar aquilo que ele recebeu e que é o patrimônio da comunidade.

Esse é o calcanhar de Aquiles da coisa, porque realmente nós temos inúmeros exemplos de grandes prefeitos que fizeram grandes trabalhos, inclusive na questão do Orçamento, discutindo Orçamento com a população,

coisa desse tipo e que depois foram marginalizados e simplesmente esquecidos, porque não se contemplou o fato de que nesta descentralização não basta que o município seja o grande protagonista, é preciso que a comunidade seja também a grande protagonista, é preciso que haja sociedade civil, é preciso que haja povo organizado para ter memória e para saber controlar aquilo que foi feito por ele.

Então, acho que esse é um ponto importante, nós devemos ter aqui uma discussão sobre isso, nós estamos aqui com o Valdemar Paúra, que é um velho militante da comunidade e que sabe muito bem e pode nos dizer, não fazer um discurso, esse discurso que nós gostamos tanto, que é um discurso do triunfalismo, da confiança, é também um discurso das dificuldades, porque é que essas coisas às vezes avançam, às vezes recuam, como é que os políticos manipulam essas comunidades e como é que eles às vezes também trabalham como elas decentemente, porque, acho que o que o nosso País precisa agora é de exemplos, é do exemplo do homem público, do padrão de dignidade no trato da coisa pública, acho que esses políticos que estão fazendo esses trabalhos com dignidade e muitas vezes com brilho, eles precisam ser vistos, eles precisam ser filmados, comentados, discutidos, porque só assim nós vamos poder avançar um pouco mais.

Gostaríamos também e vamos contar aqui esta manhã com a participação do Deputado Krause e do Senador Márcio Lacerda, que são dois intelectuais orgânicos do pacto federativo, porque eles entenderam muito bem que talvez a própria crise brasileira, a natureza mesmo desta crise esteja ligada a essa timidez e a essa falta de vontade política para fazer o que tem que ser feito.

Então, eles que estão tão tomados por esta crise profunda e do lado certo, estão nos dando esta grande alegria de estar aqui discutindo conosco isso.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Franco Montoro para nos dar o seu testemunho de como ele ousou, que riscos ele correu e que resultados ele obteve positivos e negativos desse grande desafio que foi a política de centralização do seu governo de 1982.

O SR. FRANCO MONTORO - Quero de início cumprimentar a Aspásia e aqueles que foram responsáveis por este Encontro.

Acho que medidas como esta se forem feitas com continuidade poderão contribuir para uma transformação fundamental e estrutural na vida pública brasileira.

Para ser breve e atacar os pontos que parecem fundamentais, eu gostaria de início focalizar este ponto a que Aspásia se referiu do princípio da subsidiaridade.

O acordo de Marstrich agora, na Europa, que reuniu os maiores cientista políticos da Europa, estabeleceu uma carta em que eles colocam um ponto fundamental, o princípio da subsidiaridade. Como formular este princípio?

Eu tenho em mãos, mas só tenho uma folha que depois pode ser distribuído a todos, um texto que redigi depois de uma conversa com o Presidente Itamar, em que eu lembrava a ele, ele disse: você precisa redigir essa história. Então, lá mesmo eu redigi, no dia 11 de janeiro de 1993.

O título é "Descentralizar para Democratizar e Humanizar", partindo do princípio que democracia é governo do povo. E onde está o povo? Vocês

conhecem alguém que more na União? As pessoas moram no município, ali está a população, e se eu quiser fazer democracia eu tenho que fortalecer...

Eu coloquei cinco princípios que talvez possam contribuir para essa definição na Constituição. Devo dizer que não me preocupo muito com o texto da Constituição não, porque é princípio jurídico da ordem prática que diz o seguinte: tudo que não é proibido é permitido.

O que se pode fazer é imenso, não precisa esperar, nós temos certo fetichismo da lei, é preciso que a lei, não precisa não, a fonte do poder é o povo, se a população se reúne e faz determinada coisa, tenha ou não apoio expresso na Constituição desde que não seja vetado pela Constituição, pode ser feito e muitas vezes até contra a letra da Constituição que nós sabemos que há freqüentemente uma interpretação lícita contra a letra da lei.

Eu me permito cita aqui, porque isto é muito legislativo, eu dou um curso de Lógica Jurídica no pós-graduação lá de São Paulo e eu inicio sempre com um exemplo que é elucidativo para combater o formalismo Jurídico de que nós padecemos, numa estrada de ferro que tem a frase: "é proibida a entrada de cães". Chega um cidadão com um urso e entra. O guarda diz: o Sr. não pode entrar, o urso não pode! - O urso não é cão! - Pior que cão! Aí o outro diz: mas o Sr. está fazendo uma analogia, a *fortiore ratione*, e o Direito Penal não admite analogia, nulo crime *sine legis*. O guarda disse: eu não entendo disso, mas que o urso não entra aqui, não entra.

Chega pouco depois um herói de guerra cego, conduzido por um cãozinho inofensivo e ele deixa entrar. O pessoal bate palmas etc. Agiu corretamente ou não? Em geral faço um debate. Os alunos se dividem, há uma divisão, os formalistas ficam de um lado, é uma briga danada, no fundo

analisando a coisa, a letra, mapa, diz a escritura, a letra tem que ser interpretada, aquela é proibida a entrada de cães, é obrigatória. Por quê? Qual é o espírito daquilo? É vontade do chefe da estação? Não. Aquilo é para proteger a pessoa humana, todo o direito tem o seu fundamento na dignidade da pessoa humana, é para que as pessoas não sejam mordidas, acontece que o urso não é cão, mas morde e aquele cãozinho que é cão é inofensivo, não morde. Então, ele fez uma interpretação perfeita e o Direito todo reconhece isso.

Nós precisamos lembrar deste exemplo da letra da lei, a letra muitas vezes diz o contrário do que seu espírito indica.

Pois bem, quais seriam os princípios desta lei, deste princípio político, jurídico que se aplica a subsidiaridade, eu parto de duas afirmações, as iniciativas locais que estão mais perto da população e são por isto mais realistas, mas econômicas e mais eficientes.

Segundo, tudo que poder ser feito por uma comunidade menor não deve ser feito por organismo maior.

Dai os cinco princípios, primeiro, tudo que puder ser bem feito pela própria sociedade deve ser feito por ela e não pelo poder público. Se a sociedade estiver resolvendo o problema o governo não tem que interferir em nada.

Segundo, quando o governo interfere, deve interferir só e sempre quando é necessária a sua atuação, por isso, nem Estado mínimo, nem Estado máximo, Estado quando necessário, ele pode ser necessário hoje e pode não ser necessário amanhã, precisar de alguma intervenção e amanhã não.

O princípio é que o Estado só deve interferir quando necessário a sua interferência, o poder emana do povo, não vem do governo, o Estado é meio, não é fim, isto é muito importante.

Então, o segundo princípio seria esse, o poder público só deve interferir e sempre deve interferir quando for necessário a sua atuação.

Terceiro ponto. Na intervenção do Estado também há uma hierarquia, uma ordem de prioridades, em primeiro lugar deve atuar o município tudo que poder ser feito pelo município deve ser feito por ele e não pelo Estado ou pelo governo federal.

Quarto, da mesma forma o Estado só deve fazer o que não poder ser bem feito pelo município e pela sociedade.

E, finalmente, o governo federal só terá as atribuições para fazer o que não poder ser bem feito pelos Estados, pelos municípios e pela sociedade.

Não há uma pirâmide em que o maior trabalho cabe a sociedade, há certos casos em que a competência municipal é evidente como calçar ruas etc., a outros que pertencem claramente a União, como por exemplo, moedas, relações exteriores, manutenção de forças armadas, mas há uma outra série que pode se superpor e que a experiência é quem vai editar, agora o critério fundamental sempre deve ser o bem comum que é uma expressão que deve se retomar, bem comum é o interesse da população, é a qualidade de vida da população, o que for melhor para a população esse que deve ser o terceiro critério, o que é melhor para a população.

Tive um exemplo disso recente no debate sobre o MERCOSUL em que um dos presentes objetou: bom, mas se houver o mercado livre a Argentina pode produzir uma carne de melhor qualidade e mais barata, então,



mata os nossos frigoríficos. A matéria posta em discussão chegou-se a seguinte conclusão: primeiro, se é verdade que a Argentina pode produzir carne mais barata, nós podemos em matéria de frangos, soja etc., ter vantagem sobre ela.

Segundo, qualquer medida não pode ser tomada repentinamente e se dar prazo para uma adaptação, mas qual é o critério fundamental? O que é melhor para a população brasileira? Ter uma carne de melhor qualidade, mais barata ou ter uma carne mais cara de pior qualidade? O objetivo é ajudar a empresa ou ajudar o povo, é claro que deve dar a empresa o prazo para se adaptar, mas o critério deve ser o interesse da população, o princípio da democracia, é o governo do povo para o povo.

Esses princípios me parecem que são realmente fundamentais. Acho que se a gente conseguir dar uma fórmula jurídica a um artigo da Constituição, porque de certa forma a Constituição inseriu alguma coisa nesse sentido, mas talvez se possa formular um artigo estabelecendo esse princípio, não é ela faz isso ou aquilo, são as circunstâncias que variam.

Não podemos ter a expectativa de uma Constituição que defina tudo, ela tem que dar princípios gerais e esse é um princípio tão válido, o documento político mais importante da humanidade que foi o Tratado de Marstrich segunda-feira começou na Comunidade Européia o Acordo de Marstrich, isto significa também uma tradição, este princípio da subsidiaridade foi destacado muito nas insígnias sociais, é a doutrina social cristã, digamos que se apresenta, quem falou pela primeira vez e usou a palavra foi Perose no quadragésimo ano.

Então, a gente vê como é importante nós retomarmos isto que é democracia, é humanismo e é eficiência.

Feito isso, eu trouxe também a pedido da Aspásia, um trabalho, trouxe 10 exemplares, não dá para todos.

São algumas experiências em São Paulo, ele se abre com um gráfico, isto foi meio improvisado, um gráfico mostrando a redução do orçamento.

Uma política de descentralização traz como consequência, nós temos o maior déficit em nossa história que havia sido deixado pelo Governador Paulo Maluf, era 10% do orçamento, fomos reduzir e apesar das obras que fizemos quando entregamos o governo com 4 anos foi zero o déficit orçamentário.

Eu mostrava outro dia ao Fernando Henrique, pretendem que ele elimine o déficit em alguns meses, é claro que não é possível, se num Estado, em São Paulo eu levei 4 anos para chegar a eliminação do déficit não é em alguns meses que se pode resolver, deve reduzir, mas é uma tarefa necessariamente demorada, não se pode esperar um milagre.

Sobre descentrar, eu quero dizer que ao assumir o governo em 1982, eu precedi a campanha de um trabalho, de uma programação com a participação da comunidade.

Participaram da elaboração do meu programa de governo, é uma estimativa aproximada, 50 mil pessoas, fizemos um primeiro esboço, primeira versão fundada nessas 3 idéias fundamentais, descentralização, participação da comunidade e geração de empregos. Essa última de geração de empregos eu acrescentei no fim por causa de um secretário de sindicato do interior, a

quem perguntei: quais são os problemas de vocês? Eles não queriam falar. Eu disse: quero que vocês falem. Eles disseram: tome nota, Senador, então, peguei o lápis, primeiro problema: desemprego; segundo: desemprego; terceiro, desemprego. Aquilo era muito significativo, então eu coloquei como terceiro ponto. Descentralização, participação e geração de empregos.

Eu abro este trabalho com algumas frases que estão na proposta de Franco Montoro de 82, descentralizar é colocar o governo mais perto do povo, e, por isso, torná-lo mais eficiente e mais democrático. Tudo que puder ser decidido e realizado pelo bairro, pelo município, pela região não deverá ser absorvido pelos órgãos superiores da administração.

O que puder ser previamente debatido com representante da comunidade não deverá ser decidido nos gabinetes fechados, a população é quem conhece melhor os seus problemas e por isto deve ser ouvida sempre.

Assim abriremos os caminhos para a substituição dos métodos paternalistas e burocráticos pelas soluções elaboráveis com a participação organizada da população, de modo que cada comunidade seja também agente do seu próprio desenvolvimento.

Está na proposta de 82, em um governo de 4 anos eu procurei resolver, todos os problemas foram enfrentados dentro dessa perspectiva.

Na página 3 deste documento eu começo a apontar em cada área. Na área da Educação o que fizemos?

Primeiro, a municipalização da merenda escolar, toda merenda, para 5 milhões de crianças era comprada na capital, de 4 firmas que ganhavam sempre as concorrências, o mantimento vinha do interior, era leofilizado, desidratado, depois uma boa encadernação, uma boa roupagem, voltava para

o interior, nós acabamos com isso, fizemos a municipalização da merenda escolar.

Foi uma dificuldade, havia uma luta violenta, as empresas e as empreiteiras também colocavam na boca dos jornalistas esta pergunta que era feita como um desafio, qual vai ser a sua grande obra como governador de São Paulo? Eu então dizia: a minha grande obra vai ser o conjunto das pequenas obras. Era a forma de responder.

Na merenda foi tipicamente a luta, mas o governador não decide, o governador decidiu, tinha 500 prefeitos a decidir, como é que se fez a municipalização? Peguei a verba total e para cada município proporcionalmente a população escolar, de três em três meses a população do Estado punha à disposição da prefeitura a importância para isto e criamos uma Comissão Municipal integrada por pais de alunos, professores, representantes dos fornecedores de mantimentos, locais para acompanharem a aplicação, o resultado foi fantástico, porque eles diziam: comprem o mantimento aí ou produza aí e surgiu então produção, hortas, houve até uma campanha famosa, mãos à horta, psicultura, apicultura, o comércio se fortaleceu, houve uma modificação enorme, uma economia brutal, porque metade do custo era transporte para trazer mercadoria do interior para a capital e depois levar da capital para o interior, isso continua no aspecto federal, apesar da luta dos Ministros, porque essas organizações é que influíram na nomeação das pessoas chaves.

Ouvi na televisão outro dia, um dos representantes dizia: como é que o prefeito do interior pode saber quantas calorias etc.? Ora caloria, feijão,

arroz, mandioca, estão passando fome, não é preciso esse requinte e tudo é para justificar uma tecnologia inteiramente dispensável.

Então, assisti dois espetáculos nesse sentido, um no Ceará, com Tarso Góes, ele mostrou a chegada de um caminhão que teria vindo de Florianópolis, caminhão levando mantimento para Fortaleza, é um absurdo, e parece que era rapadura, porque 4 ou 5 empresas ela tem interesse nisso.

E a outra foi com Jader Barbalho, Tancredo Neves, em Belém do Pará, vejam aqui acaba de chegar a merenda escolar, veio do Rio Grande do Sul, um alimento que nós não suportamos o cheiro, como provavelmente eles não suportam o cheiro de nosso alimento também.

Agora, é um absurdo que o caminhão leve, e continua havendo isso, milhares de quilômetros para transportar o que poderia ser produzido ali mesmo. A soja, por exemplo, a EMBRAPA demonstra não há território do Brasil onde não se possa produzir a soja, em São Paulo a soja deu origem a chamada vaca mecânica, leite de soja, com um resultado enorme.

Um dia recebi uma carta de Fidel Castro e quando ele foi nos visitar querendo saber o que era a vaca mecânica e comprou não sei quantas para alimentação do país, foi a descentralização que produziu o melhor resultado. Ainda hoje a gente vai ao interior e o prefeito faz questão de mostrar a horta municipal, uma horta comunitária, nas escolas, nos jardins e para dar exemplo disso, no Palácio do Governo uma parte do jardim minha mulher transformou em horta, quem almoçou comigo lá durante o meu governo, o primeiro prato era uma salada com vegetais tirado da horta do Palácio.

Na parte da educação ainda a municipalização das construções escolares, em lugar do governador construir 500 escolas, com concorrência em

que só as grandes empreiteiras ganhariam, fizemos um convênio com cada prefeitura de modo que a verba ia para a prefeitura e fazia concorrência local.

O Deputado Marcelo Barbieri, quando governador fui a Araraquara e numa reunião na Câmara Municipal com o prefeito alguém pediu a palavra, e o prefeito me disse: olha, esse é um adversário nosso. Eu disse: ele pediu a palavra tem que dar a palavra a ele. E ele pediu a palavra para elogiar, dizendo: olha, eu sou um engenheiro novo e pela primeira vez ganhei uma concorrência que foi feita aqui para as escolas. E o custo ficou quase metade do custo da escola anterior e com uma sala a mais, porque o terreno era em declive, nós aproveitamos e fizemos uma escola a mais, usando tecnologia local, material local, mão-de-obra local. Foi a descentralização das construções escolares.

Descentralizamos também a questão de verbas, o material escolar era mandado, havia uma Comissão Central de Compras que mandava o material.

A primeira carta que recebi foi de uma professora que dizia: eu acabo de receber aqui um freezão Central de Compras que mandava o material.

A primeira carta que recebi foi de uma professora que dizia: eu acabo de receber aqui um freezer, eu não pedi freezer, não preciso de freezer, não sei onde por o freezer. Mandei verificar tinham comprado 200 freezers, então nós acabamos com essa centralização, a Comissão Central de Compras, o dinheiro é mandado a diretora da escola, ela compra e presta contas à Delegacia de Ensino, descentralização. O resultado foi fantástico.

Fui a uma cidade do interior, os professores me prestaram uma homenagem e disseram: o giz que nós temos aqui é ainda consequência da sua gestão, porque daqui para lá, infelizmente como Aspásia disse, o meu sucessor falava muito em descentralização, mas acabou com a Secretaria do Interior e a colocou como dependência do seu gabinete, centralizou o mais possível as verbas e a atuação política.

Na parte da saúde há várias coisas interessantes, primeiro relatório que recebi, está na página 4, em São Paulo 250 municípios não tinham sequer um médico residente, é um absurdo, metade dos municípios não tinham um médico residente. A idéia era nomear médicos do Estado para o município, de acordo com o princípio da descentralização eu disse: não Sr., nós vamos ajudar, mas quem vai nomear o médico é o prefeito, será um médico municipal, mas vamos fiscalizar e foi o que se fez, uns 250 municípios passaram a ter médicos, mas o médico do município, se eu nomeasse do Estado a primeira coisa que ele fazia era pleitear a sua transferência ou não ia, agora, sendo do município tinha que ficar lá o tempo todo.

Eu tenho cartas de prefeitos dizendo: a história do município pode ser dividida antes e depois do médico, veio um médico aqui, passou um mês trouxe a mulher e a filha, a mulher era assistente social, acabou formando um clube de cinema, um centro social, o posto de saúde foi transformado com a colaboração da comunidade num hospital de base para coisas essenciais e a mudança foi completa por causa do médico que ficou o tempo todo lá, municipalização do médico, se fosse enviado pelo Estado ou pelo governo federal ele estaria fora de lá agora sendo do município.

Os conselhos comunitários de saúde e a municipalização de serviços, ali começou o SUDS, porque nós encontrávamos no município, no centro você tinha, o serviço do município, um posto de saúde do Estado, do governo federal, e os médicos iam passando de um para outro, cumprindo a sua presença, seria uma articulação. Então, achamos que era necessário harmonizar com base no município, fizemos um primeiro entendimento com a Previdência Social, o Passarinho era o Ministro e começamos a fazer uma experiência que se transformou no SUDS, é preciso unificar, porque o mesmo assunto era tratado por três hospitais e no mesmo lugar e na zona periférica nenhum.

Então, para que você pudesse planejar tinha que haver uma unificação para o planejamento e a direção tem que ser do município, é claro, com a colaboração e a fiscalização do Estado etc.

Na administração, nós dividimos o Estado em 42 regiões, micro regiões, cada uma com dois municípios mais ou menos, e que todas as medidas, por exemplo, estrada vicinal, o Secretário não decidia no seu gabinete, tinha que ir a região e na reunião daquela subregião, presentes os prefeitos e as lideranças locais, é quem dizia qual era a estrada vicinal que devia ser feita, o resultado é que nenhuma estrada saia da fazenda do deputado ou do prefeito da cidade etc., era do interesse público e fizemos 4 mil quilômetros de estradas vicinais, quer dizer, duas vezes a TRANSAMAZÔNICA, facilitando a produção e a circulação dos alimentos.

No orçamento também a Secretaria do Planejamento tinha que receber e atender na medida do possível a indicação feita pela base, não era o



secretário ou deputado que indicava, mas aquele Conselho da região é que indicava a prioridade.

Da mesma maneira as secretarias se descentralizaram dando poder aos órgãos locais, a Caixa passou a ser chamada de Nossa Caixa Municipal, Conselho Municipal do BANESPA, Conselho de Representantes dos Empregados passaram a indicar representantes junto a direção e sempre que possível no próprio órgão de direção um ou dois representantes eleitos pelos empregados.

Iniciamos também ali o Juizado de Pequenas Causas, o Presidente do Tribunal nesse tempo, Moreira Alves, foi a inauguração do primeiro juizado, no Bairro da Lapa e disse: essa é a grande reforma judiciária, 90% dos casos são resolvidos diretamente sem burocracia, sem um processo escrito, o caso se resolve na base de entendimento de uma decisão local.

Consórcios intermunicipais, foi aqui lembrado, quando o município é pequeno ele pode resolver o problema no entendimento com outros municípios, eu tenho aqui uma relação de uma série de consórcios intermunicipais, principalmente em relação a defesa do meio ambiente, por exemplo, Vale do Jundiá, são 8 municípios, o rio está poluído e ameaçando de tornar a cidade inabitável, então houve um consórcio entre os 8 municípios com a participação das empresas locais, cada um dando a sua participação para a solução do problema, um município sozinho não pode, mas o consórcio intermunicipal permite isso.

Na área da agricultura fizemos a regionalização da pesquisa, porque nós tínhamos, lá grandes institutos que faziam a pesquisa apenas na esfera estadual, é preciso verificar em cada município qual é a situação que varia, o

também a idéia da Delegacia da Mulher, que hoje se multiplica, eu recebi um prêmio da UNESCO.

O que é a Delegacia da Mulher? A delegada, sub-delegada, datilógrafo, funcionários, todo mundo é mulher, para dar liberdade, porque a mulher chegava na delegacia e tinha dificuldade, o resultado foi surpreendente, estão havendo reformas no Código Penal, verificaram violências no seio da família e que não eram reveladas porque não havia clima, a primeira delegada é hoje deputada estadual, é até secretária hoje.

Então, vejam como o Conselho foi criando condições, criaram-se conselhos em vários Estados e no plano nacional, mas o primeiro foi lá.

Conselho da Comunidade Negra, com bons resultados, eu não vou me estender a esse respeito, mas houve, por exemplo, em cada Secretaria de Estado, no caso da mulher e dos negros também, em cada secretaria passava a haver um representante da comunidade negra, quando há qualquer problema eles têm lá dentro junto à direção uma pessoa para fundamentar as queixas, as discriminações que possam ocorrer.

Conselhos Comunitários de Segurança, em cada Distrito Policial, uma vez por mês a polícia civil e a polícia militar, pela sua maior autoridade e só excepcionalmente com seu representante, junto com as lideranças locais examina o problema da comunidade local, alguns estão funcionando maravilhosamente, porque eles ajudam a polícia, dizem: olha, vocês estão fazendo policiamento aqui e ali, o lugar é junto a ponte tal, em tal lugar e outras coisas.

Eu me lembro de uma reunião que fui em Campo Limpo e que uma mulher dizia, o Sr. não imagina o número de partos que ocorrem aqui dentro

da rádio patrulha, aliás, ela fazia um grande elogio à polícia militar e a rádio patrulha, eu faço uma proposta, é que dado a multiplicidade desses casos, em toda a rádio patrulha haja medicamento de urgência para partos. Estava presente o Temer que hoje é Secretário e disse: olha, eu me dou bem como pessoal da Johnson e a Johnson deu a todas as delegacias que pediram o equipamento de base, sem nenhuma despesa.

Vejam como as coisas se resolveu concretamente. Da mesma maneira o Conselho de Defesa do Meio Ambiente, fizemos o Conselho e notem não foi pacífico não, havia brigas terríveis em cada um deles.

O Fábio Feldman com quem viajei ainda agora, ele fazia parte do Conselho e fazia críticas violentas, hoje ele se convenceu que aquele era o grande caminho, eu acabei criando depois a Secretaria do Meio Ambiente que partiu exatamente dentro da base, foi da base que veio as grandes soluções, o Conselho da Juventude, o Conselho da Pessoa Deficiente.

Por exemplo, o Conselho da Pessoa Deficiente, primeira reivindicação deles, é que nos conjuntos habitacionais houvesse uma ou duas casas de uma certa proporção destinada a família que tenha um membro deficiente, a porta tem que ser maior, porque a cadeira de rodas tem mais de 80 centímetros. Então, a porta tem que ter um metro e outras coisas nestes sentido, no banheiro uma trave para que ele possa fazer as suas necessidades, são coisas simples de cortar o coração, que, aliás, foram encaminhadas e começaram a ser feitas, são coisas concretas e humanas que vêm da base.

Mas, uma das experiências maiores e com essa eu concluo, quando eu assumi havia uma lei estabelecendo que a primeira-dama seria responsável por um organismo de Estado chamado Fundo de Assistência Social do Palácio

do Governo, tinha uma verba relativamente grade, em geral os governos se utilizavam dessa verba para cooptar o apoio político dos prefeitos, é claro que nosso objetivo era outro, minha mulher que é assistente social pediu primeiro que mudasse o nome e em vez de Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, muito paternalista passou a chamar-se Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e mais para que não houvesse esse paternalismo e o uso político das verbas, se estabeleceu que tendo em vista a descentralização, que cada município que criasse um Fundo Municipal de Solidariedade, dirigido pela primeira-dama, ou por pessoa por ela indicada, receberia automaticamente uma parte, naquele tempo, era um milhão de cruzeiros, era uma quantia razoável, criaram-se por lei municipal 440 Fundos municipais de solidariedade, eram 560 municípios, praticamente todos, apesar do prefeito não ter maioria, para um Fundo como esse se conseguiu e fizeram várias campanhas, campanha do menor, campanha do artesanato, com resultados espetaculares, mas o mais importante foi a campanha de alimentos, de produção local de alimentos, o título da campanha foi "Mãos à Horta".

Então, o que se dava, a vários tipos de hortas, a horta escolar, uma parte do jardim transformada em horta, horta municipal, o prefeito pega o terreno da prefeitura e faz a horta para produção de soja, por exemplo, para servir a merenda escolar, horta comunitária, uma sociedade de moradores monta sua horta em baixo das linhas de moradores, monta sua horta em baixo das linhas de transmissão da CIESP, da ELETROPAULO, você não pode construir, mas pode planta ou ter uma pequena criação, mas, principalmente, hortas domiciliares, você pode ter na sua casa, no jardim, no quintal, no corredor e até em caixotes plantar alimentos, cenoura 60 dias, mandioca 8

meses e mais do que isso, ela fez com que no jardim do Palácio uma parte se transformasse em horta e em toda a refeição o primeiro prato era de vegetais colhidos da horta e no terraço do Palácio Bandeirantes, ela mandou fazer 10 caixotes onde plantava de acordo com a estação, com pequena orientação você pode plantar e ter isso permanentemente.

Quantas hortas vocês imaginam que foram feitas? Calculada não por ela, eu pedi a polícia militar que tem um destacamento em cada município fizesse um levantamento. Sabem quantas hortas foram feitas durante esse governo? Duzentas e cinquenta mil hortas domiciliares, se multiplicarmos por 4 pessoas na família, nós diríamos que um milhão de pessoas estavam produzindo seu próprio alimento.

As cozinhas comunitárias nas favelas etc., sopas, nos organizávamos com a comunidade local, começou em Osasco, depois levamos para outros municípios também, com um resultado extraordinário.

Eu citei alguns exemplos, quero citar um último que me ocorreu agora que é da maior importância, eu fiz um governo um pouco parlamentarista, eu raramente despachava com o Secretário, eu dividia o secretariado em 4 áreas: Econômica, Social, Jurídico-Administrativa e da Infra-estrutura.

Da área social participava o Secretário da Educação, Secretário da Saúde, do Trabalho, os representantes dos conselhos comunitários que faziam parte, tem um preto lá que diz: tem lá minha fotografia, numa dessas reuniões o Secretário da Educação, da Saúde, trouxe o seguinte dado: as caixas d'água em São Paulo estão quase todas infectadas, é barata morta, mosquito, sujeira e está havendo um aumento de doença infantil, é preciso cuidar da limpeza e

trouxe um projeto. São 500 mil caixas, isso representa uma despesa enorme etc.

O Serra, que era o Secretário do Planejamento disse: não há verba para isso. Aí o Paulo Renato Souza, que era o Secretário da Educação, disse: quem sabe não podemos usar o Sistema Estadual de Educação e foi o que fizemos. Fez-se o estudo e no dia 11 de agosto em todas as escolas de São Paulo a professora dava a seguinte aula: hoje, a aula vai ser dedicada à limpeza da caixa d'água, a caixa d'água de vocês em suas casas está contaminada e, certamente, tem barata, morcego morto lá dentro, sujeira, é preciso limpar, vocês com seus pais, tios, vizinhos podem fazer isso, aqui estão as instruções e dava a cada um.

O que deve fazer? Primeiro: esvazie a caixa d'água, tire o registro, tire toda a sujeira, põe substância tal, compra na farmácia, põe a água, deixa por 12 horas, depois esvazia, põe a água, está feita a limpeza.

Fizemos a experiência e o resultado foi espetacular, fizemos depois no Palácio uma festa de entrega de prêmios para aqueles que colaboraram aos melhores resultados, foi impressionante o salão estava com mais de mil alunos e professores, mostrando o resultado entusiasmados.

Eu como governador tinha que encerrar ainda era o tempo da ditadura, eu me lembro, então, que eu dizia: olha, se este problema fosse levado ao governo federal especialmente no atual regime, o que aconteceria? Eles diriam: se em São Paulo as caixas d'água estão assim, imaginem o resto do Brasil.

Então, é um problema nacional e é preciso enfrentá-lo com coragem, qual seria a providência? Criariam imediatamente um órgão para isto, uma espécie de LIMPOBRÁS para cuidar da limpeza.

Primeira providência seria mandar uma comissão ao Japão, à Suécia, Noruega, Alemanha, Itália, para examinar quais são os processos tecnológicos mais modernos para limpeza da caixa d'água, quando voltassem fariam um seminário internacional convidando autoridades, fariam um seminário formidável, imprimiriam o resultado em papel acetinado com gráficos, fotografias, entregariam as embaixadas e as caixas d'água continuariam sujas, quer dizer, com uma despesa enorme, sem despesa nenhuma, porque praticamente não se gastou nada, calculou-se que foram limpas 400 e tantas mil caixas d'água pelo sistema da descentralização.

São esses os dados que eu queira trazer, quais foram os resultados? No plano político passou a existir no Estado um ambiente geral de liberdade e de diálogo democrático que deu impulso e sustentação a campanha nacional pelas eleições diretas, eu me entendi com Tancredo.

Naquela ocasião colocamos os governadores, foi a campanha das diretas que encontrou clima a partir daí e foi a campanha das diretas que acabou com a ditadura no Brasil, quem não acredita no povo basta lembrar, quem derrubou a ditadura no Brasil foi um golpe, contra golpe, não, foi o povo nas ruas, foi a campanha das diretas, mesmo perdendo a primeira votação, emenda Dante de Oliveira, alguns deputados que votaram contra, como um, por exemplo, de São Paulo, de Rio Preto, ele chegava na Capital telefonava para a família e dizia: não venha para cá, senão o pessoal é capaz de linchar

você, porque voltou contra e ele durante 3 meses não pode voltar para a cidade dele.

Foi o que determinou a mudança da mentalidade do colégio eleitoral e acabou com a vitória do Tancredo. No dia em que terminou o mandato do Figueiredo e veio a posse do Tancredo, acabou a ditadura no Brasil.

No plano de administração podem ser destacados primeiro funcionamento financeiro que está aqui na primeira página a queda, segundo a construção de 4 mil quilômetros de estradas vicinais; terceiro, a construção em média de uma escola por dia, 11 o número de escolas construídas por dia no Estado; a construção da linha do metrô, Itaquera-Barra Funda, com 17 quilômetros beneficiando uma população de 5 milhões de trabalhadores.

Tive uma luta terrível com as empreiteiras que queriam fazer as grandes usinas e eu consegui desviar uma parte.

A hidrovia Tietê que se tornou navegável em 440 quilômetros e agora 1.600 com a construção das eclusas Ibitinga, Promissão e a abertura do canal Pereira Barreto, essa hidrovia como MERCOSUL e a integração da América Latina são fundamentais para o nosso desenvolvimento.

E, finalmente a justiça e o diálogo democrático no processo de fixação de vencimentos, deveres e benefícios dos servidores do Estado.

O Almir Pazianoto publicou um artigo mostrando que quando houve a reivindicação dos funcionários, a primeira providência que nós tomamos foi fazer um Conselho integrado pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Educação para examinar com os interessados o problema e pedíamos a organização dos professores, por exemplo, que tinham 200 entidades que designasse um grupo para ter um Conselho para dialogar



conosco. Foi esse diálogo que permitiu que fosse elevado, hoje, a reivindicação deles e ter os dias que tiveram durante o nosso governo.

Esse resultado em pesquisa eleitoral nós terminamos o governo com o apoio popular, foi o maior índice de aprovação feito pela população. O resultado dessa descentralização e participação.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Senador, muito obrigado. Eu acho que todos nós fomos premiados por esta detalhada, mas sintética exposição.

Eu não sabia de muitas dessas coisas, talvez muitas pessoas também não tivessem conhecimento dos aspectos tão diferenciados dessa política de descentralização.

Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra, estava previsto passar a palavra para o José Lino, até porque a gente está querendo saber como é que surgiu esta idéia de município como entidade federativa, mas não sei se Gustavo e Márcio estão com muita pressa e poderiam nos dar dez minutos para falar um pouco disso, porque acho que tem a ver com essa coisa do princípio da subsidiaridade e como é que o município emergiu como ente federativo.

Agora, seria a maneira de ver a relação entre a crise brasileira, o novo pacto e o município.

O SR. GUSTAVO KRAUSE - Fiquei assustado quando verifiquei que no programa a Sra. me comete um tema como resolver a crise? Se eu tivesse resposta para isso eu continuaria como colega de governo da Sra. eu estaria no governo e não seria "krauso" breve, por pouco não fui brevíssimo, tive que controlar meu temperamento em alguns momentos, mas já que quem sabe faz e quem não sabe ensina e ensinar também é muito pretencioso, eu

preferia situar a minha participação e gostaria que a Sra. marcasse 20 minutos no máximo e avisasse quando chegasse a 15 pelo menos a ajudar a compreender o que está acontecendo no País.

Qualificar um pouco a crise e qualificar a grande mudança existente no Brasil, realmente qualificar a crise num país que caminhou entre choques, e hoje caminha entre cheques e choques parece uma coisa muito difícil, mas vou fazer um esforço.

Eu diria que existe uma superposição de fenômenos caracterizados da seguinte maneira: profundas mudanças estruturais que a poeira do prazo nos segue e a gente não imagina que as mudanças são tão profundas, há realmente uma superposição de crises, crises nos vários planos e uma transição política inacabada.

Essas camadas se superpõem e cria entre outras coisas um clima psicossocial, produz uma enorme ansiedade no homem brasileiro.

O homem brasileiro é extremamente ansioso porque ele é participante de um processo que é um processo histórico mas tem a sua amplitude, nós imaginávamos um Brasil para nós, começamos a imaginar um Brasil para nossos filhos, otimisticamente um Brasil para nossos netos, isso cria uma profunda ansiedade quando olharmos o que vou qualificar agora como é os obstáculos mais evidentes para que o processo de mudança avance já que as mudanças estruturais visíveis da modernização conservadora todo mundo pode apalpar.

Dizer que o Brasil deixou de ser um país urbano para ser um país rural, e que a mão-de-obra dos empregados na indústria é 20% e que as

exportações mudaram, de que as estradas se ampliaram de que as hidrelétricas foram construídas isso é uma coisa palpável.

Agora, quais são os grandes obstáculos não palpáveis a este processo de mudança? Eu considero três obstáculos muito interessantes que merecem a nossa reflexão.

O primeiro é o que chamo a contra cultura da cidadania, o que é a contra cultura da cidadania? É um agir coletivo que não dá a menor bola para a impessoalidade da vida, é um agir coletivo que forma o que Jurandir Freire Costa chama de cultura da razão cínica, e se manifesta de várias maneiras, se manifesta no autoritarismo difuso que Roberto da Mata qualificou quando a expressão "você sabe com quem está falando? Ele captou isso nas suas observações.

No que eu chamo a desigualdade formal e a desigualdade real, tem um pouco do choque da Constituição brasileira com a Constituição da revolução dos portos.

Depois, um pouco a contra cultura da cidadania a excludência que gera uma certa passividade política e só pode gerar, uma passividade política de 30 milhões de excluídos.

Depois, a terrível impunidade, impunidade dos ricos e dos cidadãos de primeira classe.

Terceira as manobras do jeito que é a lei das espertezas, sempre tem as manobras do jeito, eu as reputo até menos grave e a cultura da inflação que cria dois tipos interessantes.

Além de nós termos todos entulhos inflacionários que substituíam os entulhos autoritários, a cultura da inflação cria dois tipos, o predador e o

salafrário, são dois tipos que depois posso tecer até algumas considerações contra eles interessantíssimas, o predador tem um pouco de salafrário, o salafrário tem um pouco de predador etc., mas isto cria fragmentos que forma a contra cultura da cidadania que é o avesso da cultura da cidadania que é o senso de justiça, o senso do dever, a realização da justiça, a relação do compromisso político entre representados e representantes etc., etc.

Contra cultura da cidadania, primeiro obstáculo, a aceleração do processo. Segundo obstáculo, a ineficácia da democracia disfuncional.

A democracia disfuncional dá nisso que nós estamos vendo aí, fragmentação partidária, falta de clareza no financiamento das campanhas que dá representantes de caixa 2, ao invés de dar representantes de população, sistema eleitoral e representação desequilibrada.

Estou aqui diante de um político nordestino que nós compartilhamos que este negócio não pode continuar, Jarbas deu uma entrevista muito corajosa e competente nas páginas amarelas da Veja, esse negócio de ser ferrado pela tarja nordestina não significa dizer que é um desequilíbrio brutal na representação.

E o sistema de governo, me desculpem, é nostalgia parlamentarista, onde se sintetiza a relação, a gestão do poder político da seguinte maneira: o Executivo tem mais responsabilidade que poder e o Legislativo tem mais poder que responsabilidade.

Então, essa democracia disfuncional ela se torna ineficaz e não responde as questões concretas do cidadão, aliás, acho que a crise existente no Brasil facilitará, se houver revisão constitucional, as mudanças no plano institucional.

Finalmente, a crise no Estado nacional e o que eu chamo os ismos do passado, não chamo os ismos do atraso, porque acho que é uma qualificação preconceituosa e equivocada.

Os ismos do passado, a crise do Estado nacional, é uma crise de paradigma, a crise da harmonia das grandes organizações não passa por aí nenhum viés ideológico não, a falta de centro e de centro político no caso brasileiro, do Estado nacional foi a grande alavanca disso tudo, mas nós isso teve um subproduto que é o estatismo, que é uma questão psico-analítica, o Estado está entre nós e tem a ver com a cidadania e tem a ver com o pacto federativo. Não vou falar sobre o estatismo, porque já se cansou de tanto se falar sobre isso.

Eu falaria também na questão do nacionalismo econômico, estou falando do nacionalismo como definição sociológica, definição de laços sociológicos, falo do patriotismo enraivecido, pobres ainda que as coisas fiquem inexploráveis, o capital estrangeiro, mas é um ismo do passado, é um ismo que mobilizou em certo momento e eu não sei se deve estar mobilizando o País.

E, finalmente, o populismo que é a antítese de tudo aquilo que o governador Montoro disse aqui, é o antípodo, é aquela velha prática de tentar soluções simples para problemas graves, problemas sérios, oferecer o paraíso ao pobre do eleitor, é o populismo da massificação da falta de irregularidade e do surgimento daquela peleja que leva uma nação ao inferno, que é o líder carismático.

Esses são três obstáculos que no meu entender obstaculizam e dificultam o processo de mudança, mas existe uma grande mudança no País.

Aquilo que não tem sentido prático tem que ter um sentido histórico, essa coisa de que vai haver uma pequena guilhotina aí, que vai cortar a cabeça de 20 ou 30, é pouco, não é isso que foi atingido, não é isso que se pretende atingir, o que se pretende atingir, o que tem que se atingir é um eixo do poder, é o sistema do poder oligárquico, é isso que nós que estamos no parlamento tem que prestar atenção, temos que bater tanto que as pessoas não distinguem, nos protagonistas dessa ópera, essa ópera cruel com o país não distingue o estafeta e aquele que representa os esteios do poder, neste depoimento é preciso distinguir quem é? O cara se sai muito bem, ele é o sistema do poder.

Então, a grande mudança é a seguinte, o país deixou de ser a construção daquilo que a Professora chama, de que os cientistas dizem: o país construído da conciliação pelo óbvio.

A gente começa no Império onde o parlamentarismo era de fachada, as eleições eram de fachada, sistema eleitoral era de fachada, só não era de fachada o poder moderador.

Depois, quando o trôpego Deodoro imaginava que estava colocando em prática no Brasil as virtudes urbanas, "quebrou a cara", tinha uma porção de bestializados vendo aquilo ali e depois Campos Sales urdiu um outro pacto, era uma conciliação pelo alto, na própria Revolução de 30, um ilustre representante da classe política brasileira disse: vamos fazer a revolução antes que o povo o faça. E por aí saiu.

Depois vieram alguns suspiros democráticos e esse poder oligárquico comeu pela beirada os suspiros democráticos e os arroubos também do regime militar, comeu, comeu feito papa quente, comeu pela beira.

Então, a grande mudança hoje é um país construído de baixo para cima, para construir um país de baixo para cima necessariamente tem que se pensar como a Professora, como muitos brasileiros daqueles que estão aqui estão pensando, pacto, esse negócio que pacto social no Brasil não funcionou, funcionou e o pacto inflacionário funciona, então, é mentira essa história de que pacto não funciona no Brasil, isso é uma forma de desmobilizar os espaços de convergência, é mentira, é mito e mentira.

O pacto corporativo, por que o pacto corporativo não funciona? Por quê? E se nós estamos falando de cidadania incompleta, se nós estamos falando de uma mudança do baixo para o alto.

Para encerrar a minha participação, eu vou contar um pouquinho a história de prefeito, não com a riqueza de detalhe do Governador Montoro, mas vou contar a história de um prefeito biônico que descobriu excelências do poder local.

Essas excelências do poder local são 4. Vou dizer quais são elas, mas vou contar algumas histórias, para poder chegar a elas.

Uma vez estava visitando o Vasco da Gama, bairro que o prefeito conhece muito, no início da gestão, quando fui puxado por uma Sra. marcada pela pobreza, marcada pelas dificuldades, ela virou para mim e disse assim: está vendo aquele buraco ali, cheio de entulho, de tudo quanto é ruim? - Estou vendo. O Sr. por que não endireita aquilo? Eu tinha aquele medo, e continuo tendo aquele medo de prometer e não cumprir, eu disse: quero dizer a Sra. me chamou, entrei na casa, botou um cafezinho e começou a pedir. Eu não posso fazer, não vou me comprometer com a Sra., porque o compromisso me transformará num escravo, eu não tenho dinheiro para fazer isso, mas voltarei

aqui para lhe dar uma resposta. O Sr. não tem dinheiro para resolver problemas de buraco, mas tem dinheiro para fazer viadutos, não sabia nem falar a palavra viadutos.

Qual é a lição que ela dá ao governante naquela hora? Hierarquia de necessidades sociais num poder local é uma coisa, hierarquia de necessidade social é necessidade mesmo, é necessidade com cara de herege antropomórfica, não é necessidade que chega sob forma de relatório ao Presidente da República, aos Ministros, a mortalidade infantil é de 67 por mil nascida, no município, no poder local o cara pede dinheiro para enterrar o anjinho, eis a diferença.

Quando se fala em desnutrição, porque as hortas, ele estava falando das hortas, eu me lembro das hortas que fiz com os pneus velhos da empresa de transporte urbano, nação seio nem se ela deve existir, mas existia, tinha muitos pneus, a gente faz aquelas hortinhas suspensas, porque tem gente que não tem lugar.

Vou contar outra historiazinha para retirar daí uma outra excelência do poder local, certa vez no bairro de Nova Descoberta, fui ouvir as reivindicações da comunidade, eles hierarquizarão as reivindicações.

Eu disse: dentro de 2 meses eu volto. E tinha a estrada do brejo que era uma reivindicação de 20 e tantos anos. Então, para não frustrar o povo que não aguenta mais ouvir o palavrório hoje, menos ainda dois meses depois voltei e já expedii a ordem de início de construção e tomei todas as atitudes, o pessoal muito contente, o clima muito favorável, eu disse: tem uma coisa que vocês não pediram e que eu vou fazer, na sexta-feira, dia de Nossa Senhora do Balaio, eu vou trazer para cá o caminhão da COBAL, quando eu disse isso,



nenhum aplauso, nenhuma manifestação, apenas um cidadão lá no canto perguntou lá, com a linguagem dele dura, crua: num traga o caminhão da COBAL não". Eu disse: por quê? - Dr., a gente não compra um maço de cigarro, a gente compra 4, 5 cigarros; segundo, a gente nem sempre pode comprar a vista, a gente compra com a caderneta. O sistema métrico decimal é outro, o conjunto de valores que eu levava, o conjunto de valores bem intencionados, estabelecido pela sabedoria tecnocrata, que não é nada mal acabar com essa história de tecnocrata não, o tecnocrata sabe onde tem as vendas, nós não, nós é que temos que optar por isso, nós políticos é que somos os condutos e que têm que decidir sobre isso e se der certo o Sr. vai acabar, liquidar com as mercearias, havia uma rede informal de abastecimento que a mão visível e invisível do governo não tinha que mete muito o bedelho.

Era isso o que o cara queria dizer a mim. Na hierarquia das minhas necessidades essa não é uma boa.

De outra feita, fazendo uma escadaria num daqueles morros do Recife, estava visitando a obra, quando o Acioly me procurou e disse assim: muito bom Dr., está urbanizando isso aqui, fazendo escadarinhas para a gente não descer como desce num tobogã para trabalhar, para quando tiver que descer uma pessoa doente. Dr., o Sr. porque invés de fazer uma escadinha assim olhe minhas pernas, cheias de varizes, por que não faz assim? Eu chamei o engenheiro: pode fazer? Ele disse: pode. Então, faça.

A intervenção clássica era revogada pelo peso do fardo do cotidiano.

Então, o poder local, uma outra excelência é quem pode viabilizar soluções simples, baratas e com a ajuda da sabedoria popular, pode haver uma

simbiose, um casamento da sabedoria popular com a sabedoria técnica, com a sabedoria acadêmica.

A terceira excelência do poder é a questão do controle social sobre o governante, eu sou um sujeito cada vez mais cético com os instrumentos institucionais do controle, não quero que acabe Tribunal de Contas, tribunal não sei do que, custódias e se você descentraliza esse negócio, vamos admitir a pior hipótese, o sujeito rouba, cria trombadinha, se você centraliza cria megaladrões, na pior das hipóteses.

Então, o controle social está lá perto, sabe quem rouba, quem não rouba, se querem eleger prefeito, se não tem, são problemas que eles vão ter que resolver lá, mas o controle social é muito mais eficaz.

Finalmente, uma outra excelência é a questão da mobilização e da construção da cidadania, claro.

O mínimo de sensibilidade dá para você construir a cidade justa, a polis, politizar a cidadania, fazer com que ela reivindique, ela caminhe com seus próprios pés, vai ter problema de cooptação? Vai, mas não importa, isto faz parte do nascimento, do crescimento e do fortalecimento da cidadania, é que eles façam que a polis é a cidade justa, a cidade política, isso o poder local é muito mais importante para fazer.

Só gostaria de dizer que contra o poder local conspiram algumas coisas que nós temos que estar atentos, primeiro conspira a cultura monumentalista, ainda, as dores ensinam a partir, dizia minha bisavó, o localismo é um escape, não é uma tomada de consciência, não tem dinheiro, então, a casa de farinha lá no agreste pode ser uma escola, o pé de joá pode, as pessoas têm vergonha disso aí, vergonha daquilo que o Governador Franco

Montoro fez com tanta simplicidade, se quer dar dinheiro para empreiteira não precisa fazer CIACs, dê de outro jeito, não venha com essa invenção de fazer essa coisa aí.

Esta é uma coisa que conspira, segundo, é o preconceito, porque em nome da racionalidade foi que se centralizou, então, nós continuamos com preconceito, dizer que quando a gente que pensar em descentralização com a cabeça em Brasília, não dá, tem que pensar de lá para cá, não é daqui para lá, não dá para pensar, o que é que o prefeito vai fazer, não sei, são problemas deles lá, eu não sei não, ele é que vai resolver lá, em nome da nossa racionalidade centralizadora a gente começa a criar a síndrome de Odorico Paraguassu.

Depois a fatalidade instrumental do município, eu quando assumi a prefeitura da cidade do Recife, fiquei horrorizado, porque ela só cuidava do "design" da cidade, ela não entrava nos problemas estruturais, mas por que não entra nos problemas estruturais? Porque isso não é com a gente, mas é claro que é com a gente. O problema estrutural está batendo na porta, é fome, é desemprego, é problema estrutural, estão lá, isso já melhorou muito, esse fatalismo instrumental do poder local, realmente avançou bastante.

Eu espero que se consume nas propostas jurídicas que o IPEA há de fornecer a nós.

Finalmente, para os conflitos da prioridades, eu certa vez fui ao BNDES pedir dinheiro para os locatários de mercado público. O cara olhou para mim, um desdém tão grande que quase que eu corro, o mercado público é uma relíquia. Quantas vezes não fomos ao Mercado do Bacurau? Não é Dr.

Jarbas, ou ao Mercado São José, Santa Rita, para tomar uma sopa de cabaça de peixe?

Primeiro, é um lugar de convivência e depois é um lugar de você dar emprego, não era que eu quisesse revogar leis de uma relação bancária, chegava lá e dizia: eu quero um programa de lavanderia para ocupar, não, nós temos grandes dinheiros para grandes projetos para lavanderia não.

Por isso tem que acabar, por isso temos que fazer com que o milagre brasileiro aconteça, o milagre brasileiro hoje é funcionar sem moeda, orçamento e federação.

Então, vamos ver se a gente faz funcionar pelo orçamento, acabando com esse bando de transferências voluntárias e se a moeda podre do clientelismo, fazer a federação funcionar, faz o orçamento funcional e vamos arrumando a moeda para esse negócio daqui a um ano funcionar.

Gostaria de concluir fazendo minhas as palavras de Tokebil, quem mais percebeu o funcionamento sobre democracia e o conceito dele sobre união, é um conceito brilhante, como brilhante é a obra dele, a gente fica encantado com seus olhos argutos, sua capacidade de enxergar. A União é uma grande república quanto a extensão e uma pequena república por causa do seu pouco número de objetivos de que se ocupa o governo.

Então, borracha nessas competências privativas, borracha muita. A União é feliz como uma pequena Nação gloriosa e forte como uma grande Nação, se Brasília se transformar nisso cuidados com "chicos da corte" certamente que nós teremos um pacto federativo e o país vai aí caminhando dentro de engenharia institucional mais racional.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Deputado, o Sr. é grande, é muito grande.

O SR. GUSTAVO KRAUSE - Olha que tamanho é documento.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que é tão importante romper inclusive essa barreira do jurista que via preparar emenda, o político que conhece a sua base e que conhece seu ofício, os técnicos que vão avaliar os números, acho que essa convergência que estamos procurando aqui, que nós estamos conseguindo tão admiravelmente.

Senador Márcio Lacerda é um velho militante do pacto federativo e ele tem uma teoria que ele já defendeu em alguns fóruns, mas que vai repetir para a gente aqui, certamente com uma riqueza de detalhes muito grande, porque é um prato feito para o Sr. Senador tudo que está acontecendo aqui, são sus previsões.

O SR. MÁRCIO LACERDA - Eu tenho uma avaliação que faço hoje, eu tenho a impressão que o país vive uma gravíssima crise institucional, decorrente fundamentalmente do esgotamento, da exaustão do nosso modelo de organização do "Ministro Breve", deve ser dado muito mais contundência do que eu sobre isso, se nós pegarmos os dados, as informações que nós temos hoje e qualquer coisa de 30% da economia brasileira na absoluta informalidade, sobraria o universo de 70 e que nesses 70% nós temos uma sonegação fiscal de 50%, isto quer dizer, que mais ou menos 65% da atividade econômica do país está fora do controle do Estado em qualquer instância, mas quando nós pegamos esses 65% de informalidade e sonegação, isso não quer dizer que o universo dos sonegadores seja o mesmo, porque o cidadão que recolhe sobre 80% não recolhe 20, não deixa de ser sonegador por isso.

Eu tive oportunidade de discutir na Federação das Indústrias de Mato Grosso, com todo o colegiado da Federação, perguntei para eles, na opinião deles, quantos por cento das empresas brasileiras hoje suportariam uma auditoria fiscal?

A resposta veio do Presidente da Federação perante o colegiado que ele dirige, segundo provavelmente nem 1% e provavelmente nenhuma empresa.

Ora, se nós tivermos um universo de 98% das pessoas ou das entidades que deveriam estar abrangidas pela lei seja qual for a razão, estão fora do alcance da lei, eu não sei se o problema está nas pessoas, isso, pelo lado da cidadania, se nós pegarmos o lado da representação política hoje, exatamente no pique da CPI do Collor, quando começou esse processo todo, em que a sociedade brasileira cassava um Presidente da República basicamente por crime político, nós tivemos uma eleição municipal em 5 mil municípios no país e nessas 5 mil campanhas, sem exceção, as práticas adotadas, quer dizer, a necessidade levou a que houvesse financiamento de recursos ou de caixa 2, seja lá o que for, em todos os partidos e em todas as campanhas.

O que nos remete a uma situação para os políticos quase tão parecida ou muito próxima da realidade da sociedade, ou seja, muito próxima de 100% dos mandatos eletivos da sociedade brasileira, do país, sejam os quais forem por mais decentes que sejam as pessoas, eles são eivados de alguma ilicitude de origem.

Ora, meus Deus do céu! Se nós temos 98% praticamente do universo a ser abrangido pela lei, do lado observado que não quer, não

consegue, ou rejeita, ou recusa, por essa ou por aquela razão cumprir a lei e por outro lado na representação a mesma coisa ou nós somos efetivamente uma sociedade de marginais, ou nós somos efetivamente uma sociedade que recusa os compromissos coletivos, sei lá porque e não acedito nisso, ou nós temos um processo de esgotamento absoluto dentro dessa nossa forma institucional.

Essa realidade cria uma situação interessante, porque na verdade você tem aí uns economistas que entende muito mais disso do que eu, eu não sou economista, entendo quase nada, concentrei 65% do esforço nacional fora do controle do Estado ou fora de qualquer espécie de contribuição, evidentemente que o esforço de 1/3 ou 1/3 da sociedade não vai suportar as demandas e as necessidades dos 3/3 ao todo.

E o que resulta disso, conta da receita e despesa da União que é o bendito e famigerado orçamento, nós temos a seguinte distribuição, qualquer coisa como 67% para rolagem da dívida pública, qualquer coisa como 27% para transferência constitucionais e despesas de custeio e sobrariam 6% que seria a despesa de investimento e essa coisa toda que está acontecendo aí.

Ora, como os 2/3 estão fora, sobraria qualquer coisa como 12% e eu queria saber com 2% do esforço nacional quem é que governa o quê?

E o mais grave de tudo isso é que apesar de toda essa absorção, nós temos centralizado na União a maioria das competências e eu concordo plenamente com a análise do Gustavo e do Governador Franco Montoro, evidentemente o governo local é muito mais capaz de identificar as demandas, é um fenômeno universal, porque só para as grandes na modernização tecnológica científica que está acabando com as fronteiras e que está

obstruindo a imagem dos Estados nacionais, nós temos um brutal fortalecimento do poder local, fenômeno de todas as partes, há um brutal fortalecimento do poder local pela simples e óbvia razão de que eu posso produzir para o mundo, posso produzir a produção intelectual, a produção industrial, mas a minha demanda eu preciso de uma boa escola, é na cidade, onde eu moro, a minha família, para as pessoas que trabalham comigo, exatamente no universo, onde eu exerço ou sou estabelecido.

Os próprios danos ambientais que a minha atividade venha eventualmente a causar eles também têm a sua origem e a sua solução a partir daquele próprio universo, é uma coisa mais ou menos óbvia que é a falência das grandes corporações, a falência das grandes instituições está levando a concentração da eficiência da descentralização administrativa ou da descentralização do exercício do poder e até efetivamente o processo de democratização, quer dizer, que é que nós temos hoje no Brasil? A rigor, continua sendo atribuição do Presidente da República dizer pelo seu Ministério de Bem-Estar Social, via LBA, quem é o cidadão que vai receber uma cadeira de rodas ou um conjunto de fraldas descartável ou não, ou seja lá o que for, como continua sendo atribuição do Presidente da República via Ministério da Integração Regional dizer qual é o município, qual é o distrito onde vai ser feito uma estrada vicinal ou uma ponte de madeira, ou uma obra qualquer de infra-estrutura por menor que seja.

Isso traz duas distorções absolutamente incontornáveis na medida em que ela tira aí pela própria cultura que nós temos a transparência da ação do setor do poder público local, uma vez que o orçamento municipal não é



negociável a nível de municípios, mas ele é transferido para o Orçamento da União.

Evidentemente que seja por mais qualificado que seja os técnicos do Governo Federal, e por mais estudiosos e eficientes que sejam os parlamentares federais e senadores e o próprio Presidente da República, nós transformamos com esse modelo de organização o Presidente da República no grande prefeito do País e o Congresso Nacional na grande Câmara de Vereadores. Evidentemente que os dois com absoluta incapacidade de estarem presentes à todas as demandas locais onde estariam prefeitos e vereadores dos conselhos municipais e a própria comunidade, a sociedade organizada a nível local, que teria muito maiores condições de exercitar a cidadania e controlar e ter um mecanismo quase eficiente de controle da própria ação do setor público.

Eu não sei, eu tenho a impressão que eu estaria nesse momento que a história que o País vive, talvez seja a grande oportunidade do Brasil tenha que se reordenar no grande pacto de ordenamento.

O Brasil é um país com unidade idiomática, com um sentimento nacional bastante acentuado, mas ele é um país plural, não tem nada a ver com o Pantanal cheio, não tem nada a ver com o Rio Grande do Sul temperado ou com a Amazônia, com a sua biodiversidade completamente diferente.

Eu tenho feito alguns exercícios em alguns momentos, é que eu não sei se nós vamos chega, eu sempre defendi um aprofundamento do pacto federativo, a consolidação do pacto federativo com a Federação. Eu acho que talvez nós vamos passar daqui à pouco até por uma solução mais radical que a

nossa vocação seria um pacto confederativo, tal a diversidade das nossas regiões, tal a diversidade das nossas vocações.

Eu imagino, por exemplo, que se nós reuníssemos os Estados amazônicos e mais o Centro-Oeste e parte do Centro-Oeste ou então dois dos principais, como a Amazônia que é uma preocupação mundial e o próprio Pantanal, por exemplo, que nós optássemos na Amazônia por definir o primeiro grande projeto mundial de desenvolvimento eco sustentado.

Com toda certeza, do mundo inteiro choveriam propostas de apoio de tecnologias, ciência e apoio financeiro, não é uma proposta dessa que evidentemente seria um grande salto até na qualidade do desenvolvimento para o mundo, especialmente para o mundo que já apregoa seus recursos, só que se nós vamos fazer isso nós não teríamos nunca a oportunidade, porque a política florestal é federal, a política fundiária é Federal, enfim, qual é a possibilidade que nós teríamos, por mais que tivéssemos opção política de promover um projeto, por exemplo, como esse que seria mundialmente aceito do primeiro grande programa de desenvolvimento sustentável, é absolutamente impossível e inviável.

Esse é, na minha opinião, o grande conflito que o País vive hoje que ele está começando a quebrar.

Eu tenho colocado sempre que eu acho que o Presidente Collor ainda vai merecer uma estátua da sociedade brasileira, porque foi a primeira vez que se colocou as vísceras do sistema para fora, não que ele tivesse a vontade política de fazer isso, ele até percebeu os cursos de modernização, de enfrentar, a falência do modelo, do Estado etc., mas por caminhos transversos, ele ganha em sua sociedade brasileira, provocou na sociedade brasileira essa

tomada do segmento e vai se desdobrar. E eu acho que todas as caixas pretas que se for abrir hoje, seja no sistema de concessões de serviços públicos, seja no do transporte, seja de energia, seja do sistema financeiro...

Não por culpa do sistema, eu acho que o sistema hoje se transformou num instrumento da cultura inflacionária, já leva 67% dos recursos adiantados, quer dizer, o setor financeiro se transformou num instrumento de política monetária, que raramente vai combater a inflação, aumentando os juros para frear a demanda, o Estado toma 85% de empréstimo em torno dele que aumenta as taxas de juros para evitar a inflação se aumenta o rombo, não sei onde vai isso e até onde é que isso vai?

Na verdade, isso retirou do sistema financeiro até a essência do sistema que seria captar pelo que ouvi falar, é que a função do sistema financeiro seria captar a poupança de terceiro para aplicar no financiamento, mas ao nível que nós chegamos, 95% de empréstimos do setor bancário privado hoje são praticamente feitos ao Estado e na medida que a cada vez que se tentava combater a inflação, aumenta os juros e eu não sei qual é o resultado, na minha modesta opinião, aumenta o déficit e incapacita o Estado.

Então, nós ficamos numa situação hoje tão interessante no País em que está todo mundo na marginalidade, mas na absoluta maioria da sociedade, todo mundo tem razão.

O contribuinte se recusa a contribuir ou porque não suporta a carga tributária do sistema arcaico superado, ou porque não recebe os benefícios do serviço do Estado e eu procuro evitar de todas as formas a sua responsabilidade da contribuição. Tem razão, não recebe o serviço, ele paga

um imposto e tem que pagar as contas, a escola do filho e, por outro lado, o Estado também tem razão. Se ele não recebe, ele vai fazer o quê?

Então, eu tenho a impressão de que nós estamos chegando agora exatamente num momento de quebra que na minha opinião é um processo em que quase todas as sociedades do mundo passaram por isso, num momento em que há um divórcio completo e absoluto, este Brasil institucional e o Brasil real.

Eu tenho para mim que no momento em que nós conseguíssemos e isso seria um grande passo, é que nós conseguíssemos institucionalizar o Brasil real e evidentemente a institucionalização do Brasil real, vai ser uma configuração de Estado que reflita as vocações de cada região, que reflita a possibilidade do exercício da cidadania, que reflita que cada comunidade por menor que ela seja, defina suas prioridades e assuma as responsabilidades pelas suas omissões.

Eu não vejo, não tem nenhuma cidade, um município sequer, por menor que seja, por mais pobre, por mais miserável, que não seja problema de exportador de renda pelo sertão do Amazonas ou ao menos no Nordeste. E que evidentemente essas populações estão sobrevivendo, apesar do nosso modelo de Estado, que algumas de vez em quando são atropeladas por essas distorções do nosso próprio mecanismo de decisão política, quem define onde vai ser feito um programa de saneamento de Pernambuco, não é nem sequer a Bancada de Pernambuco, mas é a Bancada do Congresso Nacional, ou se vai fazer uma creche lá em qualquer cidade do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul, também é.

Então, nós criamos uma super estrutura que se esgotou, se exauriu. E que evidentemente vai ser esse o processo.

Eu não acho, não acredito que a sociedade brasileira seja composta por cidadãos vocacionados à marginalidade.

Eu acho que essa situação hoje que está vivendo, por exemplo, o empresariado nacional, que está qualquer coisa como 90, 98% à margem da lei, numa situação muito incômoda. O cidadão que tem uma empresa ou inicia uma qualquer, ele investe ali o capital dele, ele investe em criatividade, ele investe na ..... na ..... que ele tem que ter o poder de exercitar essa atividade. E hoje quem ..... que ele vai pagar não é a lei, é o fiscal. E quem é que garante que ele vai ..... com o fiscal ou que num determinado momento não vai ter pego numa ..... em qualquer instrumento de atuação do Estado, que hoje são absolutamente eficiente. É uma situação de intranquilidade absoluta. Como é que intranquilidade também aqui todos os cidadãos que ..... que eu sou pela atividade pública pela política.

Quais são os partidos políticos hoje que não têm uma certa intranquilidade com relação ao que está ocorrendo?

Evidentemente, é uma coisa extremamente desagradável, a cada momento que vai se fazer uma disputa eleitoral, seja ele prefeito, seja ele vereador, seja ele governador, seja ele Presidente da República, você tem que levar um orçamento fraudulento para a Justiça Eleitoral. Esse processo contamina tudo. A campanha custa pelo menos vinte vezes, dez vezes ou trinta ou cem vezes mais.

Aí você vai contratar a televisão, tem que ser um contrato..... e que todo esse serviço também custa.

Então, acho que nós estamos vivendo um momento extremamente delicado, há uma certa ansiedade, há uma certa intranquilidade da sociedade brasileira e são quase todos na mesma situação e é uma coisa muito comum.

Então, eu acho que nós estamos vivendo esse momento, acho que a grande questão brasileira é essa. Acho que nós temos aí alguns pontos que são fundamentais, essa modernização do sistema tributário não tem maneira mais..... o sistema de organização do ..... também está eletrizado, eu tenho estado .....

Você pega um aparelhinho eletrônico, coloca qualquer documento no fax, ele sai do outro lado do mundo em fração de segundos. Se vai levar uma ação na primeira instância a última instância do judiciário leva trinta anos. Será que todos os juizes nesse País são incompetentes ou são incapazes? É possível..... pelo menos aceitável ..... o que nós estamos vivendo, na minha modesta opinião, é um processo de quebra institucional que com toda certeza e essa quebra institucional ela está forçando, nós estamos vendo que ouvimos Dr. Franco Montoro, vamos ouvir daqui à pouco, vamos ouvir o Prefeito Vasconcelos, milhares e milhares, são centenas e milhares de experiências que estão sendo feitas por municípios nos mais, dos menores aos maiores com soluções absolutamente satisfatórias dos problemas e as demandas que ..... aquela cidadã que diz: o Sr. não tem dinheiro para tapar um buraco, mas tem para fazer um viaduto.

Evidente que a coletividade tem muito mais noção do que é um grau de demanda e priorizar as soluções.

Nós estamos pensando aqui numa grande estrada, numa grande ponte, num grande viaduto e o cidadão está pensando em tampar um buraco de uma estrada de terra para poder passar com o burro dele, qualquer coisa dessa natureza e a prioridade dele é aquela. Não vai dar nunca para se definir essa coisa de Brasília.

Eu tenho a impressão que muito mais do que propor qualquer coisa de solução num fórum inteiramente interessante de pessoas que pelas suas mais diversas trajetórias de experiência tem enfoque, na maioria se aproxima por diferença de visão, diferença de experiência.

Mas eu vejo assim, eu sou uma pessoa que acredita no País, eu tenho colocado sempre como exercício da necessidade dessa descentralização, da necessidade de que nós possamos institucionalizar o Brasil real.

Eu sou de Mato Grosso, um Estado grande territorialmente grande, Estado pobre, está como todos os outros quebrados. Mas esse é o Mato Grosso institucional, qual é o Mato Grosso real?

Mato Grosso real é o Estado que produz esse ano seis milhões de toneladas de grãos, que produzia o ano passado 6,5 ou 5, cresceu quase 20% em área de plantio. Nós fizemos um levantamento sobre a questão da produção mineral do Estado, é um problema na Amazônia. E naquela época se chegou a uma conclusão que a produção de ouro no Mato Grosso correspondia a qualquer coisa como cinco a seis vezes o valor da safra agrícola da época.

Eu levo em consideração que essa atividade também caiu bastante e que hoje ela representa qualquer coisa como duas vezes, nós teríamos aí talvez

o quê? Mais doze milhões de toneladas, correspondendo doze milhões de toneladas.

Mato Grosso tem hoje qualquer coisa como 5 ou 7% de todo o rebanho bovino do País. E tem uma pequena atividade empresarial, industrial ou comercial em crescimento, uma atividade extrativa como madeira, por exemplo, é o maior produtor de madeira hoje. Tudo isso é representar se qualquer coisa para se ter o número como dois milhões de toneladas, por exemplo.

Nós teríamos um ..... em Mato Grosso correspondente a qualquer coisa como vinte milhões de toneladas de grãos, que é o equivalente a toda a safra agrícola do Centro-Oeste. Será que esse Estado é pobre? Será que esse Estado é absolutamente inviável ou inviabilizado?

E há uma verdadeira revolução agrícola no interior do Estado de Mato Grosso. É talvez a agricultura mais moderna do País hoje, a que está se implantando no Estado. Inclusive trazendo do Sul uma experiência da agricultura predatória que foi feita lá, hoje os gaúchos estão vindo para Mato Grosso. Não são os predadores que estavam lá no Sul, está se plantando hoje com um sistema de micro bacias, feito pela própria comunidade. Eu estava vendo uma prefeitura numa prefeitura já fizeram, já patrocinaram mais de dezessete mil hectares de micro bacias e o projeto atingir 100% das agriculturas do município que vai a cento e tantos milhões de área plantada.

Como iniciativa municipal, absolutamente municipal, o programa em que envolve a comunidade dos agricultores que são exatamente os agricultores gaúchos que vieram do Sul, dos desertos que eles deixaram lá.



Se nós transpusermos esse mesmo exercício que nós fizemos para Mato Grosso lá para Pernambuco, evidentemente que o PIB de Pernambuco é diferente, é diferente do PIB formal de Pernambuco hoje. Se nós, podemos, por exemplo, imaginar o Rio de Janeiro quebrado e está. Mas só que o Rio é o primeiro produtor brasileiro de petróleo, o Rio é o terceiro pólo industrial do País, ele deve ser o segundo centro de serviço do País em excelência e talvez o segundo centro de serviço.

Então, se nós colocarmos essa realidade de cada uma das regiões, nós vamos ver que é outro País.

As próprias realidades..... Estado de São Paulo que parece que é sair de outro País. Você sai do interior de Mato Grosso e volta de lá assombrado com o que está ocorrendo. Você vem do Nordeste com essa explosão do turismo no Nordeste, se o Nordeste puder definir o projeto de desenvolvimento ..... evidentemente ...

Enfim, eu não sei se nós não vamos ter que aprofundar essa discussão, porque a distorção do modelo de desenvolvimento colocou hoje 85% do PIB no Centro Sul do País e transformou o resto do País em grandes periferias condenadas a pobreza e nós vamos ter que fazer essa discussão. Não tem maneira de nós quebrarmos esse desequilíbrio regional, aprofundando a concentração da atividade econômica no Centro Sul. Essa situação é tão grave que hoje o próprio Rio Grande do Sul está se transformando numa periferia e esse movimento hoje se acentua a propósito do separatismo desde o Rio Grande, que é um Estado que já experimentou o subdesenvolvimento, uma situação de ter uma posição até privilegiada no resto do País. E se sente hoje esvasiado.

Eu não acredito nisso de que haja..... País para isso.

Mas a definição de um novo modelo, isso não é nenhum discurso neoliberal, acho fundamental, porque no caminho que nós vamos, numa primeira instância a sociedade na minha opinião já revogou-se o sistema que está aí, o sistema ....

E na segunda instância está revogando literalmente o Estado e aí a sociedade, o País está funcionando apesar da União, apesar do Estado, ou seja, nós conseguimos botar no Brasil real, no Brasil institucional, a cara do Brasil real.

Obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Senador, eu acho que estamos perdendo, o Krause está saindo.

Eu chamo a atenção aqui para a gravidade e a consistência do discurso do Senador Márcio Lacerda, no sentido de nos propor a reflexão, alguma coisa que vai entre um federalismo frouxo e uma confederação.

Eu acho que não é o único, mas talvez seja das mais brilhantes defesas dessa posição do federalismo frouxo e é óbvio que isso gera polêmicas, tem que gerar polêmicas, eu acho que o problema principal é aquele de constatar que a metade dos municípios brasileiros são muito pobres e vivem mais de 50%, como mostra o Ibam, de recursos federais e, portanto, como é que sobreviveriam esses municípios pobres que dependem dessa transferência de recursos?

Em outras palavras, o que eu penso que seria importante, objeto de discussão nosso, é o que fazer com fundos de participação d forma como eles estão sendo utilizados, porque a confusão, a esquizofrenia é grave.

A estrutura dos fundos de participação, a maneira como eles estão sendo gastos, é uma estrutura de Estado unitário, não é uma estrutura de federação frouxa.

Então, o que está acontecendo é que com a mão nós desejamos a independência, a liberdade e com outra mão nós desejamos justiça e aparentemente essas duas coisas não são fáceis, elas não vem juntas. Então, eu acho que vamos ter oportunidade única de ouvir aqui dois grandes prefeitos, um prefeito que foi um grande prefeito de uma cidade que é das mais prósperas desse País, uma cidade equilibrada, uma cidade de renda alta e que realmente nos orgulha, porque projetou esse País para todos os cantos desse planeta e isso não é pouca coisa e vamos ter também uma discussão sobre uma cidade que tem uma enorme área de pobreza, de portanto mais do que qualquer outra pode pensar e nos obrigar a pensar sobre o papel da ajuda externa, digamos assim, para que esses desequilíbrios sejam vencidos.

Como eu acredito piamente, eu acho que todo mundo acredita que o papel do governo federal é reduzir diferenças, reduzir desequilíbrios, é essa a razão de ser dessa coisa chamada federal que é fidúcia e que no fundo quer dizer confiança, eu acho que nós vamos aprender muito com essas duas exposições.

Com a palavra Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER - Bom, eu quero dizer que o prazer que eu tenho de compartilhar aqui essa reunião. Eu aprendi a admirar e estou de acordo com muitas das colocações, principalmente com relação ao assunto. É o fim de uma era política. E acho que o País deve aproveitar isso para começar daqui para frente um novo País.

Um novo País não se começa como um País afetado por uma síndrome de tragédias que hoje a gente ouve em todos os pronunciamentos, em todos os momentos, todo tipo de colocação que nos coloca sempre na impossibilidade de mudar, nos coloca sempre na inviabilidade do País.

Eu tenho participado muito das reuniões do País, fora do País, as coisas até fora do assunto cidade, eu tenho visto muitos brilhantes políticos nossos brasileiros sempre tratar o assunto do País assim: o nosso País, tantas e tantos milhares e milhões de..... nós, trinta milhões de brasileiros, apenas que tem acesso, constituem mercado, tem acesso à meios de serviço.

Eu acho que essa visão, essa síndrome de tragédia cada vez nos encaminha para essa visão que o País é enviado, eu acho que se cada vez mais nós fizermos, projetarmos a tragédia, nós vamos encontrar a tragédia. Se nós tentarmos fazer com que cada vez mais nós consolidarmos essa síndrome, nós vamos ter a tragédia. Se nós tentarmos fazer do nosso País um cenário de sucesso, nós temos grandes chances de chegar lá.

Não se muda um País a partir de medidas econômicas, ou atitudes assim rapidamente. Já se pensou em se mudar o País com sistema de governo e nós estamos agora esperando um pacote econômico, mais um milagre que vai acontecer, que vai resolver todos os nossos problemas, se bem que hoje está cada vez mais difícil acreditar e eu sinto que não há possibilidade de mudarmos o País, senão só com medidas econômicas, elas não sobrevivem, essas coisas não sobrevivem enquanto não houver uma vontade nacional. Os países que saíram da crise são aqueles países que em determinada instância de sua história conseguiram mobilizar uma vontade nacional.

Nós não vamos ter uma vontade nacional enquanto o povo não se sentir respeitado. Eu acho que esse é o ponto chave do momento em que estamos vivendo em nosso País, sinais de respeito. O povo brasileiro hoje não se sente respeitado. Então, como é que vai participar de alguma mudança, o pacto de alguma coisa positiva para o País se ele não está sendo respeitado?

Os sinais mais evidentes de respeito são nas cidades. Municípios pequenos, médios, grandes, é ali que o cidadão tem a resposta, quando há necessidade de habitação de educação de seus filhos, atenção primária de saúde e aí que ele se sente respeitado ou não. Se ele se sentir respeitado, ele assume uma co-responsabilidade para com a cidade para com o País. Se ele não se sentir respeitado, não há como se pensar numa grande medida, eu acho que primeiro passo da vida nacional num novo País daqui para frente é a necessidade de respeito. Aí nós podemos falar em medidas econômicas, podemos falar em qualquer outra mudança.

Eu não compartilho dessa visão trágica que muita gente tem do nosso País. Porque eu tenho visto mudanças acontecerem em mais de uma centena de cidades brasileiras, muito mais. E aqui uma cidade que faz uma grande mudança na área de saúde, é outra cidade que faz uma grande mudança na área de educação, a outra que faz uma grande mudança na área da criança.

Muito mais do que uma centena de municípios hoje tem feito, tem dado resposta e parece que a nação não tira os proveitos disso que acontece nesses municípios, é significativo, é importante.

O que nós estamos vendo? Cada vez mais com as demandas crescentes da sociedade há cada vez mais frustração em relação ao poder

central. Mas não é só no nosso País. Grande parte dos países há uma grande frustração com relação ao poder central, porque as demandas cresceram e rapidez na resposta não aconteceu.

A nossa sociedade está cada vez mais acostumada como o Senador falou, cada vez mais acostumada a respostas rápidas.

Na nossa vida, a tecnologia nos aproximou, nos deu, está nos dando cada vez mais condições de ter respostas rápidas. Todo dia o cartão de crédito nos dá a mercadoria na hora, o fax nos traz mensagens na hora e telemarket, para nos dar todo tipo de resposta imediata. A única coisa que ainda está na idade da pedra é o poder central. O único poder que tem alguma capacidade de resposta mais rápida é o poder local. Por isso que todo mundo começa a se afirmar mais que o próximo século será o século da cidade.

Eu acho que os países não se deram conta dessa realidade, correm o risco de ficarem à margem da história. Como aproveitar então esse poder de mudança rápida que o poder local tem? Por que é o poder local que responde pelas necessidades fáceis? É aí que nos diferencia um país de terceiro mundo, primeiro mundo, nós tivemos nossas necessidades básicas respondidas.

Eu acho que cada vez mais nós temos que entender essa possibilidade de mudança que nós temos a partir das cidades. Às vezes nós não entendemos isso. Entendemos as cidades e municípios como grandes problemas. Eu acho que nós temos que ter uma visão estratégica, uma visão de mudança, e nessa visão estratégica eu acho que os municípios e as cidades podem ser o grande instrumento de mudança do País. Eu não falo isso porque eu fui prefeito ou sou arquiteto urbanista por profissão, que dá excessiva importância da cidade e do município, não é por causa disso.

Eu falo por razão estratégica. Porque as cidades podem resolver melhor o problema da criança, eu tenho visto essa discussão criança de rua, eu vou citar exemplos de cidades, nós começamos a constatar que nossa cidade, o problema da criança de rua.

Então, a gente começa a ver quantas crianças de rua poderiam, a gente começa a ver os dados em todas as cidades brasileiras, às vezes os dados são exagerados.

Houve recentemente um artigo do Márcio Moreira Alves que esclareceu bem essa visão trágica do problema da criança de rua do País, mas é uma grande vergonha que nós temos uma nova vergonha perante a nação e perante os outros países, para isso nós somos programados para sofrer uma grande vergonha.

Então eu comecei a ver, o que está acontecendo na minha cidade? Se nós temos, há uma ação cinérgica em relação ao problema da criança, nós temos, não estou dizendo a que seja a única, há uma atenção às mães, nós temos depois as creches, são mais de duzentas creches, o pré-escolar na creche, o centro de educação integral, a escola informal são mais de sessenta que procuram trazer a criança de volta para a escola, a linha do ofício é do ônibus que há mais de dez anos deixa de servir o transporte coletivo, ele é reciclado, transformado numa escola de iniciação à ofício, nós já treinamos mais de 45 mil adolescentes nessas linhas do ofício.

Então, quantas crianças de rua nós poderíamos ter em Curitiba? Não há quantidade muito grande, milhares, na realidade nós temos hoje de 100 a 200, 300, em grande parte elas vem da região metropolitana e há uma atuação do próprio município de Curitiba, de trabalhar junto com os outros

municípios de conseguir reduzir e dar mais atenção nessa origem de onde vem o problema.

O que eu estou falando não é novidade, porque muitas cidades estão fazendo isso. E muitas dessas cidades têm essa visão trágica, o que prova que, se todas as cidades quiserem, se todos os municípios quiserem nós não vamos ter o problema da criança de rua. E tenho certeza absoluta disso, vamos ter, mas um número bem menor, claro que vamos ter, há desequilíbrios regionais, problemas de muitas cidades, mas nós vamos ter esse problema numa quantidade, numa dimensão muito menor.

As cidades podem resolver melhor o problema da criança, a cidade pode resolver melhor o problema do transporte coletivo, é óbvio, a cidade pode resolver melhor o problema da educação, a cidade pode resolver melhor o problema de saúde, a municipalização da saúde está provando e nós estamos chegando perto de uma solução, porque os municípios cansaram de ficar esperando aquela quantia pequena que vinha através do sul, a placa é deste tamanho, o recurso não chega a um décimo e tira todo mundo fotografia, todos os condicionantes, os municípios começaram a se libertar desse negócio e começaram a municipalizar, temos a responsabilidade pelo menos nós não vamos participar mais de uma farsa, de uma idéia de que estamos recebendo recursos, porque isso está sendo realmente conduzido pelo governo federal.

As cidades podem mudar o perfil energético de um País, a cidade pode mudar um país e aí eu gostaria de dar dois exemplos, porque isso diz respeito à nossa soberania, a todos os problemas que nós estamos vivendo no nosso País.



Eu peguei dois dados: transporte coletivo e lixo. Não vou cansá-los com dados, porque aí seria, mas vou dar um dado, a cidade de Curitiba economiza menos 25% de combustível do que na proporção das demais cidades brasileiras. Eu quero dizer uma coisa, esclarecer, Curitiba não é uma cidade de relojoeiro suíço, nós temos todos os problemas de todas as cidades brasileiras. Um altíssimo, infelizmente, um altíssimo índice de imigração no Estado de predominância agrícola, nós temos problemas de invasões de áreas, infelizmente não foge ao perfil de todas as grandes cidades brasileiras.

Então, se eu cuidar do transporte? Nós constatamos, nós temos realmente um bom sistema de transporte, esse sistema é vinculado ao planejamento da cidade e nós constatamos o seguinte: pensando bem na nossa realidade, por gente nossa não ficamos mais.

No começo dos anos 70 nós tínhamos cada semana um vendedor de tecnologia, um vendedor de metrô cada semana. E nós resolvemos partir para uma solução dentro da nossa realidade. Então começamos com o sistema de 25 mil passageiros por dia, hoje nós transportamos um milhão e meio de passageiros por dia, quatro vezes o número de passageiros no metrô do Rio, duzentas vezes mais barato por quilômetro.

Mas o dado mais importante foi o seguinte: a partir do momento em que nós implantamos aquelas linhas diretas com aqueles tubos, nós constatamos o seguinte: é uma rede completa de linhas diretas que permitem as pessoas economizar uma hora, uma hora e meia por dia. Nós constatamos que 28% da população que tem carro passaram a usar o transporte coletivo. Isso é um dado fantástico, porque isso é menos 28% de combustível, energia, menos 28% de comissão.

Então, eu imagino o que poderia acontecer nas nossas grandes cidades: Rio, São Paulo ou mesmo Nova Iorque, com menos de 30% de carros rodando nas ruas. O que isso significa para a vida de uma cidade? Então, menos 30% de poluição, menos 30% de energia.

Nós pegamos o problema do lixo. Hoje 70% da população de Curitiba faz a separação do lixo nas suas casas. O que eu quero dizer é que essa separação não é porque é moda ou porque é, é porque é uma consciência da população, a criança aprendeu na escola, elas ensinaram os pais. Então, toda criança hoje sabe que o resultado dessa atitude, ela ajuda a salvar mil e duzentas árvores, porque existe aquela relação de cinquenta quilos de papel reciclado salva uma árvore. Mil e duzentas árvores, ela sabe que isso corresponde a seis bosques por dia. Isso quer dizer que se toda cidade brasileira fizesse a mesma coisa e não é difícil fazer a separação do lixo e é perfeitamente viável e não é difícil, poderia se salvar quinhentas árvores, quinhentos bosques por dia em nosso País.

Não é só o problema da árvore, é o problema do minério, o problema da energia, quando eles começam a somar os dados, nós vamos verificar o quê? Que o nosso País, o problema da nossa dívida externa, a dívida que sacrificou uma relação brasileira com a recessão, o desemprego, com o empobrecimento, a marginalização, foi uma geração de brasileiros de ponto sacrificados e a gente vai ver qual é o perfil dessa dívida? Uma parte são de grandes projetos de geração de energia.

Então, a pergunta é a seguinte: se por um passe de mágica nós conseguíssemos equacionar o problema da dívida externa, será que daqui há seis meses nós vamos sair de novo nos endividando?

Porque nós não aprendemos, a sociedade brasileira ainda não aprendeu a ter uma visão responsável do País. Até quando nós podemos esgotar os nossos recursos? Nós somos uma geração que de uma certa maneira foi estragada. Não aprendeu a ter uma visão responsável e as cidades podem apontar esse caminho.

Eu digo isso com absoluta certeza, porque eu já trabalhei na grande maioria das cidades brasileiras, grandes capitais, cidades fora do País e é possível um avanço significativo na área de transporte, na área de lixo, mas muito rapidamente.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Mesmo no Rio de Janeiro?

O SR. JAIME LERNER - Mesmo do Rio de Janeiro. Não tenho dúvida nenhuma.

Não é uma questão de dinheiro. Por quê? Porque na verdade cada problema de uma cidade tem a sua equação de co-responsabilidade.

O Governador Montoro nos deu alguns exemplos, todos deram exemplos de como se monta essa equação de co-responsabilidade em cada município. Nós não tínhamos recursos para montar o sistema de transporte, não tínhamos recursos para investir, criou-se uma equação do poder público gerenciar sistema, a iniciativa privada compra a frota, nós pagamos por quilômetro rodado.

Graças a isso a iniciativa privada investiu nos últimos dois anos, trezentos milhões de dólares. É um sistema de altíssima qualidade, com conflitos fantásticos, todo dia guerra, e não vai deixar de ser isso. mas a qualidade...

Então, o que eu estou procurando dizer é o seguinte: Curitiba não é nenhum país, esse é o lado que eu procuro mostrar. Nós temos todos os governos que todas as cidades tem.

Agora, tem alguns sinais de respeito. A população tem alguns sinais de respeito. Na hora que precisa de um transporte ela tem uma resposta em termos de qualidade, ela vê restituída a sua dignidade.

Eu sinto isso, em muitas outras cidades está acontecendo. Quando há necessidade de educação, há bom sistema de educação, quando há necessidade de equipamentos de saúde, há bons serviços de saúde.

Então, acho que na verdade está se conseguindo fazer e muitas cidades estão conseguindo fazer, e é aí que a coisa começa realmente, a fazer a grande mudança, é quando se tem a cidade toda uma causa partilhada.

Outro dia, há alguns anos, eu li um crítico de arte do New York Times fazer um comentário sobre os cem anos da ponte de Brooklin, que ele disse assim: uma obra se constitui, passa a se constituir no momento quando ela passa a assumir uma causa partilhada por todos os segmentos da sociedade.

Muito mais do que uma ponte, do que um monumento, é cidade, um país. Se nós conseguirmos fazer nas nossas cidades uma causa partilhada, há um avanço fantástico. Por que isso não acontece em nossas cidades e por que acontece em outras cidades? Eu acho que é um problema de estratégia.

É necessário uma visão estratégica. O que eu chamo de visão estratégica numa cidade, num município? É o equilíbrio entre as necessidades que a população pressiona diariamente e as potencialidades, os responsáveis pela cidade, prefeitos, vereadores, lideranças políticas, tem por obrigação de

apontar porque se um prefeito ficar só nas necessidades, ele não faz mudança. Agora, se ficar só nas potencialidades, ele se afasta do povo.

Então, essa visão estratégica pode parecer uma coisa simples, mas às vezes a gente acaba se perdendo no meio da pressão diária das necessidades. Então, por que há necessidade de uma visão estratégica? E também necessidade de uma reciclagem da classe política? Por quê?

Eu tenho observado que grande parte das lideranças políticas com honrosas exceções em todos os partidos, com essa eu quero ressaltar, mas em geral a classe política se especializou nas denúncias e no diagnóstico. Ela não se preparou para fazer acontecer, talvez devido aos vinte e poucos anos de autoritarismo, ela teve que fazer a denúncia, mas ela acabou não se preparando para fazer acontecer. E isso tem ocasionado a frustração de esperanças, toda vez que se assume o poder, poucas vezes se pode frustrar uma população. Uma vez, duas vezes, três vezes.

Eu acho que a raiz também está na falta de reciclagem para as políticas entenderem que fazer acontecer é importante.

Existem influências, ainda influências nefastas que aparecem cada vez mais, influências políticas, de um lado uma elite egoísta, copiadora, independente e frustrada em privilégios que não quer abrir mão dos seus privilégios. Apostam na inflação, vivem da inflação, essa é uma parte, não é influência nefasta. Outros são os manipuladores da miséria, aqueles que querem impor cada vez mais uma situação difícil para que eles possam ser os salvadores. É estética do abandono, é uma coisa nefasta.

A terceira, são os revolucionários de palanque, porque a palavra é Reforma Agrária, qualidade de vida fica muito genérico. E o povo está começando, querendo enxergar o que está por trás da palavra.

No meu entender, cada vez mais a palavra tem que ser um desenho exato, um desenho claro daquilo que acontece ou vai acontecer.

Fora o problema da corrupção. Tudo isso não é motivo para nós desistirmos da possibilidade de mudar, porque eu vejo uma possibilidade imensa de mudar o País a partir das cidades. Acho que isso é estratégico, eu acho que isso tem todas as possibilidades, cada vez mais fica a pergunta: se todos os municípios podem resolver grandes problemas, mas as necessidades básicas eu não seria tão ingênuo e dizer que os municípios resolvem todos os problemas. Eles dão uma condição, eles dão os sinais de respeito para que aí então o governo, o governo central e os governos estaduais possam ter as suas estratégias de atuação.

Quando se fala num país de trinta milhões, que apenas trinta milhões tem acesso ao mercado de bens e serviços, a pergunta é a seguinte: a sociedade brasileira se for se sentir respeitada, tem que ser desafiada à fazer do nosso País um mercado de cento e cinquenta milhões de brasileiros ou dobrar, ou triplicar, de cento e cinquenta milhões de brasileiros vestidos, alimentados, calçados, com educação e com saúde, existe essa possibilidade de fazer isso mais rapidamente, a partir das cidades, mas será esses sinais de respeito, a classe empresarial começa a se sentir desafiada?

Eu tenho certeza absoluta de que se chamarem as grandes lideranças empresariais do País e dizer assim: olha, queremos um projeto que entre a ação do mercado. Eu tenho certeza que com um mercado com cem

milhões de brasileiros, nós vamos depender cada vez menos na bolsa de Chicago.

Nós vamos poder ampliar as oportunidades de emprego, criar áreas de excelência em cada região, mas podemos dizer com esses sinais de respeito podemos começar a pensar na grande estratégia do País.

Daqui para frente, nenhuma criança sem a garantia da qualidade de vida, sem educação e saúde, isso é possível. Daqui para frente uma nova Previdência, daqui para frente.

Por que as coisas às vezes não acontecem nas cidades?

Eu acho que primeiro existe uma espécie de rejeição a soluções simples. Eu acho que nós temos que ter uma espécie de comprometimento com a simplicidade. Nós nos afastamos cada vez mais das soluções simples e eu acho que um dos segredos de Curitiba foi este, nós não tivemos medo de adotar soluções simples, porque a cidade não é tão complexa quanto os vendedores de complexidade querem nos fazer acreditar, aliás, nós estamos até aqui, com vendedores de complexidade.

Acho que foi a idéia, acreditar em soluções simples que transformou, que nos colocou numa área de excelência hoje no mundo na área de transporte, na área de planejamento urbano, de compradores de tecnologia hoje, é a cidade de Lion, Nova Iorque, do Cairo, de Santiago, estão interessados nos sistemas em Curitiba.

Então, não há esse complexo. Eu acho difícil às vezes uma cidade brasileira querer adotar no sistema que deu certo e nenhuma grande cidade como Nova Iorque não se sente constrangida em adotar uma solução de uma cidade menor.

Acho que um dos segredos foi simplicidade, segundo, não querer todas as respostas.

Eu acho que no começo das mudanças nós temos que começar nas cidades. Não esperar ter todas respostas, nós não podemos ser tão prepotentes em relação às próximas administrações ou as futuras gerações, querendo fazer tudo, o começo é importante, porque nós temos condições de corrigir daí a trajetória, corrigir a trajetória, acompanhar a trajetória, fazer a correção.

E, terceiro, é sempre criar ações cinérgicas, não se resolve o problema de transporte da criança se a gente adotar soluções pontuais. às vezes os administradores se iludem com a solução pontual. É uma escola aqui, uma creche lá. Acho que há necessidade de toda uma história, é quando uma ação ajude a outra para que realmente possa fazer uma gestão de mudança.

Acho que o fazer acontecer às vezes a gente não acredita muito na possibilidade de mudança rápida.

Eu quero dizer uma coisa, que a gente aprendeu a vida toda que a pressa é inimiga da perfeição. Eu cada vez estou acreditando mais que no nosso País a pressa tem que ser amiga da perfeição, porque a pressa significa iniciar um processo de mudança e não postergar, não existe coisa mais trágica que alguém assumir o poder e não fazer a mudança, se nós morássemos em cidades italianas como a Sena, onde não há necessidades de mudança, aí tudo bem, mas nós temos necessidade urgente de mudança.

Eu quero dizer uma coisa: outro dia numa viagem, se fala muito que o nosso país desperdiça 40 bilhões de dólares por ano.

Eu resolvi fazer outro dia uma viagem muito cumprida, pegar alguns dados, fazer alguns exercícios e depois cotejar esses dados com outros dados,



com pessoas mais atualizadas naqueles campos, mas eu me coloquei a perguntar: é possível restituir rapidamente os sinais de respeito à população? Mudar rapidamente o País? Eu posso dizer que é possível isso no prazo de um ano.

Eu fiz o seguinte exercício: não quer dizer que sejam prioridades, se nós aplicássemos um oitavo daquilo que se diz que o País desperdiça, que é 40 bilhões de dólares por ano, vamos pegar 5 bilhões de dólares, que é possível qualquer orçamento fazer um remanejamento, conseguir realmente investir, criar uma ação cinérgica de todos os poderes trabalhando, mas imagine o que poderia acontecer se aplicasse um bilhão de dólares em educação, um bilhão de dólares em saúde, um bilhão de dólares em saneamento, um bilhão de dólares em transporte coletivo. Só para efeito de raciocínio, não quer dizer que sejam essas as prioridades, mas um bilhão de dólares em habitação não é uma Margarida Procópio que vai diluir mais um bilhão de dólares se houver a parceria do município com o terreno, criar essa ação compartilhada, se houve a ajuda do município com o terreno e pode-se construir um milhão de moradias, uma casa embrião custa mil dólares. Então, um milhão de moradias é um número forte, significa abrigar quase cinco milhões de brasileiros e empregos.

Eu peço que não registrem apenas como um dado, assim de número, mas imaginar que isso é uma ação que leva outra ação do Estado, que leva num município, que leva na iniciativa privada. Por exemplo, um bilhão em educação, sabem quanto? Eu sempre fui partidário da solução do CIEPs do Rio, elas têm custo de um milhão de dólares, os CIACs custam dois ou três milhões de dólares.

O nosso Centro de Educação Integral que aproveita as escolas existentes, onde nós construímos os Centros de Educação Integral custam cem mil dólares, e eu tenho certeza que muitos municípios no País, muitas cidades acabaram adotando soluções, nas suas soluções, soluções mais baratas.

Se se fizer realmente uma parceria do município com o governo, União com 50% do município, com 50% dá para construir 20 mil centros de educação. Escolas ou centros de educação integral, 20 mil, quer dizer, se nós contarmos 600 crianças dá para atender mais 12 milhões de crianças. É claro que a gente sabe que o essencial são os recursos humanos, mas eu já quero chegar em relação ao desafio que toda a sociedade começa a ter quando as coisas começam a acontecer.

Economia não é uma ciência, é fé, é fé, porque se não há, se se criam as condições, outro dado na área de saúde, com um bilhão de dólares dá para construir cinco mil centros de saúde iguais aos nossos centros de saúde, 24 horas que custam mais ou menos 200 mil dólares. Cada centro de saúde atende a 10, a 15 mil pessoas, vamos dizer, 12 mil, dá para atender 60 milhões de crianças.

Área de saneamento.

As cidades têm grandes problemas de saneamento, são as cidades de mais de 100 mil habitantes. Sabem quantas cidades com mais de 100 mil habitantes nós temos no nosso País? Apenas 187. Vamos dizer que sejam 200. Isso significa aplicar 5 milhões de dólares por cidade, acho que dá para dar um grande avanço na área de saneamento, posso dizer com absoluta certeza, ia dar para dar um grande avanço na área de transporte coletivo, as cidades

que têm problemas de transporte coletivo são aquelas com mais de 200 mil habitantes.

Sabem quantas cidades com mais de 200 mil habitantes nós temos em nosso País? Oitenta e cinco. Vamos dizer que sejam 100, isso corresponderia a um investimento de 10 milhões de dólares por cidade, é um enorme investimento, dá para resolver, dá para avançar, catalizar uma ação muito importante no transporte coletivo e trazer a iniciativa privada com financiamento da frota e tudo mais.

O que eu quero dizer? Claro que na área de educação precisa de recursos humanos, claro que na área de saúde precisa, mas se há um clima desses, a iniciativa privada pode entrar ajudando com bolsas de estudos, não entrando na área salarial, ajudando com bolsas de estudos nesse centro de educação podem entrar, quando há um clima desse no País, não estou contando nada diferente do que aconteceu na minha cidade.

Então, para encerrar.

Eu, às vezes as pessoas me perguntam muitos debates: ah, muito bem isso, nós estamos de acordo, mas como é que se faz para fazer acontecer? Eu volto a repetir aquele artigo, aquela frase: na verdade fazer acontecer é propor um cenário, uma idéia, uma proposta que todos entendam como desejar, que passe a ser uma causa partilhada por todos e todos ajudem a fazer acontecer juntos.

Então, eu me recuso a imaginar o nosso País como um país de perdedores. Estou vendo uma possibilidade de mudança do País daqui para frente e o fim de uma era política, agora só depende do fato de nós

começarmos cada vez mais a acreditar na possibilidade de mudança em nosso País.

Acho que demorei demais.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Não Jaime Lerner, você não demorou nada.

Nós estamos todos pensando que você está propondo aqui algo que é muito convergente com o que nós estamos ouvindo, a começar pelo Senador Franco Montoro. A idéia de uma revolução cultural na cidade, eu acho que Paulo Henrique está muito envolvido com essa causa da revolução cultural, é isso que eu entendi, que você está propondo para ontem.

Mas vamos ouvir agora o Jarbas Vasconcelos e eu lhe pergunto o seguinte: este grande sonho que a gente pode começar numa cidade próspera, mas que o Jaime afirma que pode ser compartilhada por todas as cidades, como é que você vê essa gestão de uma cidade como Recife, que é uma cidade grandiosa, é um patrimônio nesse sentido da cultura brasileira, talvez poucas cidades nesse País tenham tanta densidade cultural quanto Recife, mas é ao mesmo tempo uma cidade de grandes desafios, porque a pobreza ela cria esses constrangimentos que o Krause mencionou aqui e, portanto, eu acho que é preciso além de muita imaginação também há esse problema dos recursos, que é muito grave, como é que você vê isso, Jarbas? Ela pode viver independente? Ela tem uma capacidade de ocupar espaços autônomos ou qual é o tipo de ajuda que ela vai precisar?

O SR. JARBAS VASCONCELOS - Eu acho que esse tema ele terá que ser debatido aqui, mas em primeiro lugar, tem que se ter em mente de que

a realidade das cidades brasileiras são diferenciadas, eu não posso aplicar na cidade de Recife experiências adotadas na cidade de Curitiba.

Por outro lado, nada me impede de que copie as experiências positivas que por acaso possam se dar bem na cidade de Recife. Não há mal nenhum de se copiar aquilo que deu certo, aquilo que teve êxito em Curitiba ou em outra cidade.

Esse debate me parece que foi idealizado não somente para ver uma questão de novo pacto federativo, município, um grande protagonista, mas sobretudo a perspectiva de uma mudança na Constituição, onde o IPEA se dispunha na ocasião da convocação acolher não só do prefeito, mas ex-administrador, de outros estudiosos, subsídios para poder ajudar o Congresso Nacional nesse trabalho de reforma da Constituição.

Em primeiro lugar, a gente não sabe nem se vai ter ou não a reforma da Constituição.

As próprias complicações inerentes à reforma da Constituição, afloraram com um certo capitalismo como a questão da CPI, que escandaliza meio mundo no Brasil e deixa as pessoas perplexas, e nem devia escandalizar e nem deve deixar as pessoas em estado de perplexidade.

Desde 89 se fala na questão dos anões dentro da Câmara dos Deputados, dentro do PMDB, fora do PMDB essa questão dos anões vem sendo tratada à "boca pequena" desde 1989, logo ninguém deve se surpreender se o escândalo vem à tona, pode se surpreender com a forma como o escândalo chegou à opinião pública. E a perplexidade a gente deve romper, eu acho que a gente não consegue fazer nada na vida nem no setor administrativo, nem na nossa vida particular, mergulhado num estado de

perplexidade. Eu acho que se tem que assumir a coragem, a clareza, sobretudo a clareza, de dizer que é necessário, é fundamental reformar a Constituição.

Essa questão de se dar uma interpretação de determinado artigo das discussões transitórias, se o legislador, o Constituinte colocou com clareza se era com cinco anos ou não a reforma constitucional, isso é de somenos importância.

O mundo mudou, o Brasil mudou mais do que o mundo, é preciso acompanhar aquelas regras, aqueles conceitos, aqueles preceitos constitucionais, eles precisam se adaptar a uma nova realidade. Foi um erro tremendo dos partidos tidos como progressistas não tentarem sentar à mesa para definir uma pauta da reforma, excluir aquilo que deveria e me parece polêmico, me parece polêmico à opinião pública para uma fase posterior.

É um perigo reformar a Constituição às vésperas de eleição.

A Constituição que nós temos, ela não é só uma Constituição paternalista, ela é corporativista, ela é "mamãe Noel", "Papai Noel", no sentido de conceder tantas benesses que o Estado hoje não tem condições de assumir isso.

O ajuste fiscal, não me passa pela cabeça que partidos como o PT ou o PDT de Brizola, eles se neguem a discutir uma questão do ajuste fiscal, da Previdência Social.

O tamanho do Estado, a que se definir também, o Estado também é um Estado que vem sendo definido em todas as partes do mundo, não precisa nem estar citando, dizendo exemplos de partes do mundo, mas em todos os lugares do mundo está sendo definido, foi definido a questão do tamanho do Estado, a política de pessoal.

É uma imoralidade a estabilidade financeira ao servidor público. Se o trabalhador comum ele não tem a estabilidade, como é que se você vai conceder na Constituição que os Estados, os 27 Estados da Federação repetem o preceito constitucional da lei maior do País, que é a Constituição Federal? Não pode. A chamada estabilidade financeira, é outra aberração!

A incorporação, não sei se vocês, a maioria de vocês aqui sabem o que é incorporação, existe isso lá no município, a Lei Orgânica transplanta isso para os municípios. Existem 11 Secretarias, a prefeitura da cidade do Recife tem 11 secretarias, daqui a dois anos e meio, não é daqui a cinco anos, daqui a dois anos e meio a prefeitura, segundo um estudo que eu mandei elaborar, vai remunerar 318 secretários municipais por causa dessa chamada incorporação.

Então, a prefeitura que hoje tem 11 secretários municipais, daqui a dois anos e meio vai remunerar um secretário ganha 80% do que ganha um prefeito. Então, os municípios terão 318 pessoas recebendo 80% do que recebe o prefeito.

Isso é uma aberração, um desajuste de imoralidade, isso tem que ser enfrentado. O receio que se tem de não mexer nisso é porque às vésperas de eleição e o eleitoral predomina dentro do Congresso Nacional, que predomina junto às bancadas para os deputados, para os senadores, o receio que se tem é de que isso deixe de ser eliminado e seja até incorporado a outras vantagens.

Há uma pessoa que diz lá no Recife que o receio que se tem é que se dê até para a aposentadoria ao prematuro nessa escalada, nessa caminhada de benesses com chapéu alheio, é óbvio para mim o prefeito da cidade de Recife fazer benesses, bancar o Papai Noel, a gente está chegando na época do Papai Noel, Papai Noel é daqui a um mês. Bancar o Papai Noel um mês inteiro

dando aumento ao funcionalismo público de forma irresponsável, de forma que você não veja o Orçamento, seja um irresponsável por gastar mais do que se arrecada, permitir que a folha de pagamento chegue a 80%, a 85%. Eu deixo que a folha de pagamento da prefeitura chegue a 85% na imprensa, a imprensa deixa para lá, ela publica o que ela quiser, eu não tenho nenhum interesse de ficar esclarecendo isso. Ela vai baixar, não é só no preceito constitucional, ela vai baixar de 65%, porque eu não me elegi prefeito a um ano atrás para ser prefeito da prefeitura, eu me elegi pelas forças populares do Recife e se tem dois terços de população pobre, dois terços de carentes em Curitiba, dois terços da população são marcadamente pobres, desses dois terços uma grande parte não tem sequer um trabalho, o direito ao trabalho. E não tendo um trabalho, não tem renda, não tem educação, não tem saúde, não tem lazer, não tem dinheiro para pagar o transporte. Enche o centro da cidade na economia informal, deforma o centro da cidade, degrada o centro da cidade, porque existem milhares de camelôs e milhares de ambulantes que não pode fazer isso.

A questão da magistratura isso tem que ser equilibrado, no município, por exemplo, no Tribunal Regional Eleitoral do Recife, o Desembargador, o Juiz que é convocado para passar dois anos no Tribunal Eleitoral, as férias deles são contadas em dobro, veja que imoralidade! Isso apenas é uma das fases da magistratura, o Juiz ou o Desembargador que é convocado, o Tribunal não é só da Justiça, não é só da magistratura, do Tribunal Eleitoral, ele é composto de advogados e de outros representante e não só a magistratura.



Mais tarde foi convocado para o Tribunal por um mandato de dois anos, que pode renovar esse mandato por mais dois, as férias deles são contadas em dobro, porque *ele está prestando serviço na Justiça Eleitoral*. Não pode um negócio desses! Isso tem que ser visto, tem que ser analisado, tem ser extirpado do texto constitucional, da lei de magistratura, das leis municipais, lei orgânica dos municípios, porque não há município, a gente está dizendo isso e não há município que vá aguentar isso, isso tem que ser enfrentado com toda a clareza e com toda honestidade, porque senão as cidades como Recife, como São Paulo, como Curitiba vão ter um estrangulamento mais cedo ou mais tarde. E se não tiver cuidado eu vou enviar. Ele deu um prazo até agora dia 30 de novembro, eu vou esperar que a Câmara Municipal refaça isso em parceria comigo.

Vou tentar um segundo lance de que a Câmara aceda e eu assino a responsabilidade e o projeto passa a ser oriundo do Executivo e sai do Poder Executivo, mas se não for eu vou mandar para a Câmara propondo pura e simplesmente a queda da estabilidade, a queda da estabilidade financeira, o desaparecimento da imoralidade da incorporação, tudo aquilo que hoje me inviabilize e que vai inviabilizar mais ainda os meus sucessores, isso tem que ser visto.

A representação da Câmara, eu sou nordestino, não sou recifense, eu nasci num município encravado na Zona da Mata de Pernambuco, que é uma zona de contrastes a opulência dos canaviais, a miséria mais absoluta igualável apenas à região do Vale do Jequitinhonha, com quem já conversamos aqui sobre isso. E fui para Recife, é uma farsa, é uma mentira, é uma indignidade dizer que a bancada do Nordeste por ser maior tirou proveitos no

bom sentido para o Nordeste. Mentira. O Estado poderoso e forte ele não pode ser punido, porque é forte e poderoso, o Estado forte e poderoso ele tem que ter uma representação de acordo com o seu fortalecimento, de acordo com o seu desenvolvimento, de acordo com a sua população.

É mentira essa história de dizer que Pernambuco, Ceará, que Paraíba, que Maranhão se beneficiaram disso, que tem uma representação maior do que no Centro Sul, ao contrário essas bancadas se fortaleceram através do assistencialismo mais barato, mais indigno no sentido de botar emenda no orçamento para hospitais inexistentes, para construir hospitais que não foram construídos, para fazer pavimentações que não foram feitas, estradas vicinais, escolas, agora o aspecto já danoso que não é de hoje, que vem de muito tempo das chamadas subvenções sociais.

Então, é mentira essa história de dizer que o Nordeste continua atrasado, Recife continua sendo a capital do desemprego, é mentira quando a estatística, agora mesmo eu recebi, fazem quinze dias hoje que recebi, dizendo que Recife tem 24% de área saneada. Mentira, não corresponde à verdade.

Recife hoje tem 10% de área saneada, 10%, porque no estudo da SUDENE não foi levado em conta e em consideração, as invasões.

Por uma questão de terminologia, nós não chamamos invasão para não ofender o pobre, a área de ocupação que o pobre ocupa não é porque acha bonito, é verdade que tem alguns atravessadores, mas ele ocupa porque não tem espaço, não tem emprego, não tem onde morar, não quer morar no viaduto, debaixo da ponte, debaixo da ponte só cabe duas, três famílias, quatro, em lugar de cem.

Então, eles têm que invadir alguma coisa e tem que ir para lá. Então, é mentira que o Recife tem 24% de área saneada, tem 10%.

É preciso fazer o saneamento, não podemos recorrer um saneamento convencional, porque é caríssimo, temos que fazer a questão, por exemplo, do esgoto condominial. Esse esgoto condominial foi adotado na nossa primeira administração. Isso faz quatro anos.

Então, como diálogo, o relatório dele, do ano passado, 1992, colocou no relatório dele, a recomendação para que os países pobres do Terceiro Mundo, subdesenvolvido, adotassem o esgoto condominial.

Pois bem. Eu fui ao Banco Mundial, fui eleito, tomei posse em janeiro, em fevereiro eu fui ao Banco Mundial. Cheguei lá, encontro um jogo do Banco Mundial, porque 1993 é o ano de erradicar a miséria no mundo, eu vi para lá, ele já tinha tido uma experiência comigo, uma experiência que está no papel, não é só nas palavras, está no papel, elogiando a administração, muita seriedade, a profundidade da administração perfeita, a experiência que a gente fez no Banco Mundial com dinheiro, para corrigir o Capibaribe, eu disse a ele que não estava interessado em corrigir o Capibaribe, eu queria era dinheiro para endireitar as favelas, endireitar o morro, essa coisa toda. O Capibaribe podia esperar.

Para mudar isso foi uma novela! As missões foram e depois eles ficaram surpresos como é que um prefeito tinha condições, forças para mudar uma coisa do Banco Mundial. O Banco Mundial tinha aprovado aquilo. Tinha passado três anos para aprovar. Era muito dinheiro!

Aí a gente foi e já definiu que aquele dinheiro já não me interessava para desviar o Capibaribe, era uma obra que precisava de muito dinheiro,

precisava fazer uma parceria com o Estado, com a União, podia fazer cem metros, duzentos metros e não ia servir para coisa nenhuma.

Pois bem. Eu fui ao Banco Mundial e disse: eu venho aqui, você já me conhece, administro uma das capitais mais pobres, mais miseráveis do mundo. Não foi à toa que os americanos aqui, do Houston, classificou aqui do Recife como a 4ª pior capital do mundo.

Então, eu vim para cá, para dizer a vocês que Recife só tem 10% de área saneada e que o esgoto condominial que você diz que a experiência foi positiva, e tanto foi positiva que o Banco Mundial adotou o seu relatório, como exemplo a ser seguido pelos países do Terceiro Mundo, eu venho pedir dinheiro para você fazer isso. Manda a missão, a missão vai comigo. Eu espero a missão.

Nós não podemos fazer negócio, nós não podemos fazer convênio. Não se pode firmar convênio com os Municípios. O convênio tem que ser com o Estado ou tem que ser com o Estado ou tem que ser com a União.

Dinheiro para a saúde? Não tem dinheiro para saúde! Não é verdade.

Há em Brasília 400 milhões de dólares no Ministério da Saúde, parado, absolutamente parado, porque esse dinheiro está destinado a cidade que não tem capacidade devidamente para fazer esse tipo de empréstimo e o cólera imperando em todo o Nordeste e a gente paga uma taxa de permanência aos agentes do Governo Federal. Uma taxa de permanência de 1% ao dia; 1% ao dia pela não utilização desse dinheiro, 400 milhões de dólares e a gente "matando cachorro a grito", atrás de dinheiro.

Na minha volta eu denunciei isso ao Presidente da República, denunciei publicamente, e agora esse dinheiro começa a chegar. Começa a chegar porque uma redefinição, estão mandando esse dinheiro para as capitais.

Então, as coisas são complicadas, muito complicadas, como a Aspásia falou, uma capital buscar recursos fora. Então, buscar recursos fora, tem que ter uma autonomia administrativa, autonomia política de acordo com a competição, não tendo essa autonomia, está aqui o Prefeito Jaime Lerner, que é mestre nisso, o município tem que se firmar através do Estado, através da União, através do Ministério, mas ele sozinho não pode.

O Banco Mundial está afastado para fazer esse tipo de negócio. Ele é o Banco Mundial, despejou muito dinheiro em aventuras, você sabe disso, muita aventura por aí à fora, na África, na América Latina, muito dinheiro foi desperdiçado, não era só o dinheiro brasileiro desperdiçado em aventuras, em projetos mal feitos, mal elaborados em coisas velhas, projetos novos, audaciosos que o Banco Mundial muitas vezes deixou de ajudar. Ele é tão burocrata como o Governo Federal, quer erradicar a miséria sem primeiro erradicar a burocracia.

De forma que eu fiz esse preâmbulo que já me alonguei, para dizer que é fundamental, a reforma da Constituição pouco importa, os golpistas disso e daquilo, pouco importa.

O que importa é assumir a responsabilidade, porque é necessário reformar a Constituição, pode enumerar aí, o ajuste fiscal, o tamanho do Estado, a Previdência, a política do pessoal, toda essa coisa do pessoal que está dentro da Constituição, a representação política.

Eu sou autoridade para dizer isso, eu sou um nordestino, eu sou do Recife, eu administro o Recife, sou filho de Pernambuco, tenho absoluta condição ética, moral e política para dizer a um representante nordestino que ele está mentindo, ele não está dizendo a verdade.

Nem Ceará, nem Pernambuco, nem no Rio Grande do Norte, estes Estados se desenvolveram porque tinham representação maior. Esses Estados continuam no atraso porque tinham uma representação maior, porque a representação maior foi incapaz, incapaz de mudar a situação do Nordeste.

Aí, o problema da seca, o problema da seca, é impossível que numa época como hoje, em todo lugar do mundo, em Israel, nos Estados Unidos, no México, em todos esses países tiveram a solução para as áreas secas. No Brasil não se tem essa solução. Nós temos o problema do racionamento de água no Recife, no Recife tem o problema, mas o problema não é meu, mas eu não estou em serviço até porque eu não vou fazer a pesquisa para fazer toda a popularidade do prefeito, porque a população não quer saber se a água é do governo do Estado ou do Município, não. A população está de mau humor, como está de mau humor, o desejo é destituir o prefeito, porque o prefeito não presta, o prefeito é irresponsável, ela não quer saber que é da CONTEG e a empresa é do Governo do Estado. Eu não tenho responsabilidade para isso, aliás, o Prefeito Jaime Lerner colocou aqui que há uma deformação dos políticos quando gritam nos discursos a sua prática política em cima de duas coisas: da denúncia e do diagnóstico.

Eu concordo inteiramente. É a voz da experiência que diz isso, apenas me permitiria acrescentar mais uma, a denúncia, o diagnóstico e a transferência de responsabilidades.

É um crime eu chegar ao morro do Recife e a barreira está caindo e eu dizer: isso não é comigo, porque não tenho dinheiro. Não desobstruir, obstruir uma rua, por exemplo, quem conhece o Recife naquela Estrada Mascarenhas de Moraes, que dá acesso ao Aeroporto dos Gararapes, aquela rua marcava que dava um metro d'água, até ônibus boiava.

Pois bem. Mandeí ver o que era, isso era um fato importante, uma denúncia. Mandeí ver.

Num dia de sábado de manhã, eu fui para lá. Então, quais são os pontos críticos? Porque se o Prefeito não vai em cima do técnico, do camarada, ele quer abrir a rua toda. Quais são os pontos críticos? A avenida tem cinco quilômetros, então, tem dez pontos críticos. São os maiores pontos críticos. Abra em cima desses pontos críticos para ver.

O primeiro que foi aberto deu em cima de uma caixa da TELPE, TELPE é uma Companhia de Telecomunicações de Pernambuco. Deu em cima de uma caixa da TELPE, de forma irresponsável, foi seccionada, a tubulação, esgoto e galeria do Recife.

No mesmo sábado procurei o Presidente da TELPE, encontrei na segunda-feira a TELPE, então, mandei comunicar de que aquilo não podia permanecer e que dava um prazo a ele, de uma semana, para que ele mandasse tirar aquilo. Ele me respondeu com bilhete, por escrito que aquilo não era problema da Prefeitura, que ele só podia fazer aquilo depois de uma ampla revisão e para saber o que ia fazer.

Eu, aí, não dei mais alternativa, mas respondi e diminuí o prazo, do sábado para sexta-feira. Ele não pegou na sexta-feira. Eu mandei levar os equipamentos da UBE e comandeí a operação de destruição das caixas da

TELPE e mandei botar em cima do caminhão e entregar na TELPE. Porque não tem essa história não. Até o buraco, o Prefeito Jaime Lerner sabe disso, muitas vezes o camarada cai dentro do buraco, já está acostumado. O buraco não é da Prefeitura não, o buraco é do Estado, o buraco é da União, não é daqui do Município.

O Prefeito deu de descarado de dizer que o buraco não é dele! A pessoa caiu, há realmente uma deformação muito grande.

Eu acho que o ambiente é propício. A pessoa que nos convocou tem ampla autoridade para isso, é uma estudiosa e tem dado a sua colaboração através de estudos e opiniões sobre os problemas, é Dra. Aspásia, ela tem autoridade e tem história para nos convocar para esse debate.

Agora, é preciso politicamente colocar as coisas. A crise no Brasil ela não é uma crise econômica, social e até mesmo moral, a crise é fundamentalmente política. Você bote isso na cabeça dos estudiosos, todo mundo, que a crise é política, você superando o impasse político, você há como superar as questões regionais, as questões econômicas, a questão moral que hoje nos enxovalha, eu acho que isso é um passo dos mais importantes.

Eu administro uma cidade com um milhão e trezentos e sessenta mil habitantes, ganha para Curitiba por cada dez habitantes, segundo o Censo de 1990; tem metade do tamanho de Curitiba. Curitiba tem quatrocentos e poucos hectares de quilômetros quadrados, Recife tem apenas duzentos e dezenove, é seguramente a menor capital em extensão territorial.

Por conta disso, a população de Recife permanece a mesma, cerca de seis a sete anos, variando entre um milhão e trezentos a um milhão e trezentos e cinquenta habitantes.



É uma cidade com apenas 10% de esgoto, de saneamento. Eu estou pensando em fazer esgoto condominial, com a parceria com a população. é um estágio dramático, porque eu vou precisar da parceria, com quem não tem renda, não tem mesmo. Vou precisar da parceria com eles, eu não tenho, eu invento a parceria com eles. Eu digo a eles: vá buscar lixo, ponha o lixo para reciclar que eu dou a ele a tubulação para fazer o esgoto condominial.

O esgoto condominial é trabalhoso, ele requer uma ampla participação da população.

Para vocês terem uma idéia, uma pessoa só numa rua, em três você não tem esgoto condominial, porque ele passa, ele rasga a casa toda para coletar os dejetos para colocar junto a bacia do aparelho.

Então. há que ter uma participação da população pobre e até de classe média, já tem classe média hoje no Recife, classe média baixa, classe média pobre, querendo esgoto condominial.

Eu vou dizer para eles: tenho dois minutos para vocês, agora, se eu for aplicar só esses dois minutos eu não vou fazer 100 casas, se vocês entram, dá condições de fazer mais de 30 casas. Não vamos fazer 130 casas se vocês ajudarem, mas nós não temos dinheiro, mas temos a mão-de-obra.

Na mão-de-obra vai arrecadar lixo, precisa lixo para dar à Prefeitura o papel, o plástico. O caminhão vem aqui, recolhe lixo para você.

A Prefeitura tem aonde buscar esses recursos através do lixo reciclado.

A parceria com o empresariado.

Hoje a Prefeitura de Recife praticamente vai deixar daqui a dois anos de tomar conta das praças. Eu não quero que o empresário,

evidentemente para fazer a praça. Eu recupero a praça e entrego a eles, de acordo com os documentos, a parceria para que eles adotem a praça, eles adotam a praça a partir daquele momento e a responsabilidade é deles, de irrigação, de cuidar, de poder ficar tudo certo.

A Prefeitura tem um paisagista, um agrônomo para ver essas coisas. O turismo, que o nosso Senador falou: é uma salvação para o Nordeste, tem que acabar com isso.

Algumas pessoas do PT dizem: o turismo que a Prefeitura quer [é turismo do hotel cinco estrelas! Mentira. Não é turismo do hotel cinco estrelas.

O turismo movimentava uma cidade como Recife que tem as duas praias mais bonitas do Nordeste. Quem tem uma praia mais bonita do que a Praia de Boa Viagem? Nem Salvador tem, nem o Rio Grande do Norte tem, nem Ceará tem. A gente tem até a vantagem de ter a praia e ter o circuito histórico, que só pode ser comparado talvez com Fortaleza e Natal.

Pois bem. Recife vem perdendo. Recife é a porta de saída, de chegada internacional do Porto de Guararapes. Recife vem perdendo gradativamente turistas da Paraíba, Rio Grande do Norte, para Maceió. Falo isso porque são capitais com dados menores do que a nossa. Nós temos é que investir no turismo.

Preparei uma ampla publicidade, uma publicidade muito cara para fazer. A Prefeitura não vai fazer só, eu não vou bancar o Papei Noel com isso aí. A publicidade é tanto, a Prefeitura vai dá tanto e o trem turístico vai dá tanto.

O que é trem turístico? Os donos de hotéis, os donos de restaurantes, eles vão entrar, eles vão dar, o chamado trem turístico, eles vão

dar uma parte para fazer a propaganda, se não der eu não faço a propaganda. A propaganda não fala no meu nome, não fala na Prefeitura, fala na cidade do Recife.

Uma propaganda nacional, você faz isso, eu dou uma parte e vocês dão a outra e vá fica com o governador Joaquim Francisco outro pedaço para diminuir os nossos esforços, tem que ser assim. Você não vai trazer turistas, Senador, não vai trazer turistas se você não investe. Como é que vou trazer turista se eu não invisto?

Hoje na Argentina, que é o principal pólo de turista, sobretudo no Nordeste.

O governador Ciro Gomes gastou de uma tacada só 500 mil dólares numa propaganda. Uma propaganda feita em Buenos Ayres e no interior da Argentina.

Pernambuco não quer gastar um tostão! Como é que você vai trazer turistas?

O Governador Ciro Gomes investiu corretamente na questão do turismo, para você trazer turistas.

Então, há de se trazer isso. É motorista de taxi, é o garçon, é a pessoa que vai trabalhar no hotel, é o biscateiro que vai para praia nas áreas permitidas para vender alguma coisa, é o dinheiro que se deixa na cidade, isso hoje todo país de consenso que te dirigente de consenso sabe que isso é um bem importante na questão turística que a gente tem que investir.

Já falei aqui na ajuda externa, devo dizer a vocês que o Banco Mundial teve a maior boa vontade para me ajudar, mas não me ajudou. A maior boa vontade!

Eu agora acabei de apresentar, foi aprovado, está na COFIEIX um projeto estruturador para cidade do Recife, projeto na ordem de 300 milhões de dólares. Só para ver a cor desse dinheiro, perfeito sacrifício, daqui há três anos, mas eu tenho que fazer isso. E se alguém me colocar nessa situação a gente vai para o estrangulamento, o sistema viário vai para o estrangulamento, os morros vão desabar, aqui tem particularidades que nem Fortaleza e nem Curitiba têm.

Nós gastamos, por exemplo, um dinheiro enorme que nem a Prefeitura de Curitiba nem de Fortaleza gasta. É um problema de drenagem, enquanto você tem um dinheiro para arrasar uma bebida, para pavimentagem, Recife tem 66 canais para cuidar. O Recife é cortado por cinco rios e 66 canais, uma cidade que foi tirada das águas. Então, são 66 canais.

Uma administração quando quer embelezar a cidade cuida de cinco a seis canais, os mais vividos, não é? O da Praia da Boa Viagem, você tem que limpar os canais da favela, para minorar o sofrimento da população, senão você não tem como dormir, tem insetos, tem muriçocas e tudo isso, é realmente um drama hoje.

Gustavo Carlos Fontoura, o meu antecessor contou várias histórias aqui. Eu apenas vou contar uma, porque essa uma, diz de todo o drama do que é ser prefeito. Eu não estou me maldizendo, não vou cair, não vou ocorrer no erro de ter que complementar o conceito de Jaime Lerner, de estar me maldizendo, o contrário, sempre quando chega um secretário para mim, chorando, um diretor com desemprego, um presidente, eu digo: olhe, eu não sei você, mas quando eu disputei a eleição que não queria disputar, eu sabia

de todos esses problemas. Sabia que não tinha recursos, que a cidade estava degradada, que a cidade estava assim.

Então, eu não tenho o direito de dizer isso a ninguém, nem em recinto fechado e muito menos publicamente, dizer que não tinha recurso, que não tinha isso, porque a cidade é complicada, que a cidade é difícil, porque tudo isso eu sabia antes da minha chegada aqui na segunda vez.

Então, já tinha falado coisa simples, apoio governamental levando pelo humor para favela, a viela que se cria de dia some à noite!

Os caminhões não têm acesso, os coletores de lixo não tem acesso. Então, como não tem acesso, muitas vezes o administrador fecha os olhos, deixa lá como se não existisse.

Eu fui um dia de semana. Recebi uma denúncia de que uma favela, todas elas têm o nome das novelas da Globo. Tive nessa favela e cheguei lá saltei com mais de cem metros de distância, porque nem o carro tinha acesso à favela e era uma situação realmente grotesca. Duzentas famílias morando dentro de uma favela, outras ainda construindo no lixo, numa podridão. Eu achei que não podia assumir compromisso de remover, não podia assumir compromisso de imediato, para fazer isso, para fazer aquilo, mas pelo menos um, eu podia fazer, uma limpeza necessária: vou mandar rasgar o acesso, vou fazer qualquer coisa. Aí o problema é meu. Não é de vocês. A limpeza vai ser feita.

Voltei para a Prefeitura, determinei por escrito, uma ordem, de que a favela fosse limpa dentro de 48 horas, não pela empresa que limpa a cidade do Recife. Recife tem um sistema de lixo privatizado, 60%. É uma empresa do Sul do País, a chamada Empresa Interna, já está no segundo contrato, eu

encontrei, mantive o contrato, esse contrato foi renovado. Eu mantive esse contrato. Ela limpa a tonelada de lixo por 22 dólares. É um preço compatível com o preço das capitais do País, o resto é feito pela limpeza urbana da prefeitura.

Sabe quanto custa? Quarenta e cinco dólares. No setor privado eu pago 22 dólares. No setor da prefeitura, hoje está custando 70 a 75%, dado o nosso equipamento está superado, nós pagamos 45 dólares para poder limpar. Lógico que eu vou elevar o privatizado, pouco me importa que os garis da prefeitura me engulam com qualquer coisa, eu não vou mais precisa deles, porque o setor privado limpa a cidade por 22 dólares, eu limpo a cidade com isso e a parte que eu limpo de morro e de favela eu pago 45 dólares, não pode! Tem alguma coisa errada aí e você tem que aumentar a privatização.

Eu não faço 100%, porque eu sou contra fazer 100%. Eu acho que deve deixar uma margem de 10% para servir o cemitério da prefeitura, serviços emergenciais de escola e de postos de saúde, sempre pede a questão da greve, você faz isso, porque se criou o sindicato. Isso paralisa.

Quando há uma greve na prefeitura esse ano não teve ainda, segundo o mandato, quando não tinha greve na prefeitura não me molestava nada, o Banco mandava limpar, não tinha problema nenhum, o grande problema era quando eu ia para limpeza urbana, aí sim, porque ameaçava parar a limpeza urbana e parar a cidade, inviabiliza a cidade.

Então, não dá para você, eu não recomendo a ninguém privatizar 100%, sempre deve ter uma margem no poder municipal, não só nos casos emergenciais, mas para a questão da greve, você tem uma saída para a questão da greve.

Eu acho que com relação à Constituição de 88, seja mantida a questão vista de 88. Essa história que o município hoje está ganhando bem, não é verdade.

O ex-Governador Franco Montoro disse uma frase aqui, é uma frase que todo administrador que tem responsabilidade sabe disso, porque já leu, ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, ninguém mora em Pernambuco, a pessoa mora em Olinda, em Recife, em Caruarú, mora na cidade. É a cidade que tem responsabilidade, é a cidade que faz a cota da água, que limpa a rua, que faz esgoto, que tira o lixo do cidadão, que faz tudo, que ganha a questão do visual, da paisagem da cidade, do verde da cidade, das crianças da cidade.

Então, é no município que estão localizados os grandes problemas, que é um caminho, ao contrário, a gente deve é fortalecer o município, acabar com essa questão de emenda no Orçamento, buscar um outro meio, uma outra via, onde o município tenha assegurado o seu recurso e não precise o prefeito estar pendurado num avião, gastando diária e passagem de avião para vir liberar dinheiro para o município.

Muitas vezes uma prefeitura como Porto Alegre, como Curitiba, como Rio de Janeiro, não precisa disso, mas o prefeito nordestino tem constantemente que estar aqui para liberar, para pedir favor ao Ministro, para lutar em emenda a emenda. Que não venham me confundir hoje ou amanhã, no mínimo por uma falcatrua com relação ao problema do Orçamento.

Eu eleito prefeito, Jaime, fui eleito no primeiro turno, eu vim para cá para junto à bancada de Pernambuco, pedir ajuda, pedir emenda para área de saúde, de educação, de morro, de SENAI, de tudo. E vivo batalhando!

Hoje eu vim para cá, mas vou passar no Ministério para ver se me liberam esse dinheiro, porque o caminho não é esse e acho, desde que você faça ele com correção, que não assalte, que não misture o dinheiro público com dinheiro privado, com seu dinheiro, você tem que fazer isso e tem que fazer a obra.

Não é só tirar o recurso daqui e não fazer a obra lá no Recife. De forma que eu acho que a gente tem que lutar por isso. Não é só chamar atenção do que estiver longe de mim, mas a Dra. Aspásia e os presentes aqui de que é fundamental nesse momento lutar sobretudo pela reforma da Constituição, lutar pela reforma da Constituição é importante para o Brasil. É fundamental para o Brasil. A gente não pode entrar em 94 dentro do desespero, dentro do desequilíbrio, do desajuste que foi em 93. Tem que ficar com alguma expectativa positiva. E só pode fazer isso realmente com alguma coisa substancial, com uma reforma, se não é ideal, mas pelo menos que veja ajuste fiscal, a questão previdenciária, a política de pessoal, a representação da Câmara pode ser feito.

Essa é a minha impressão e que com a questão do Município é desnecessário dizer nesse Encontro, nesse Seminário que é fundamental o Município. É fundamental. É preciso preservar, é preciso ampliar, é preciso colocar, aí sim, no ordenamento jurídico do País.

Novas perspectivas para criar novos municípios. Não se pode criar novos municípios como criaram em Pernambuco 17 municípios. Não tinha absolutamente nada, nada, nada, absolutamente nada, absolutamente nada!

O município com uma rua só, onde o Prefeito se elege na perspectiva de receber e roubar, meter a mão e tirar, e a cidade não tem nada,



quer dizer, ela perdeu a condição de ter alguma coisa como distrito, aumentar o rigor, aumentar as exigências, acabar com essa febre de novos municípios. Isso sim, é que deve ser feito. Não é? E procurar adotar o município para ajudar o município, a administração da saúde, mas o município tem que saber o que é que ele vai contar comigo, senão não está me ajudando. O que adianta eu agilizar a municipalização da saúde no Recife e se daqui há pouco eu não tenho recurso para isso?

Peço desculpas, mas era esse o depoimento que eu queria dar.

Tem um projeto que adotei na primeira administração e deu certo, porque ele deu certo deve ser repetido, porque a prefeitura nós dividimos a cidade do Recife em cinco regiões LBA, regiões políticas, administrativas, cadastramos em cada LBA as entidades, essas entidades depois de cadastradas enviam a Prefeitura a sua demanda social, o grosso dessa demanda social e distribuí com antecedência para os setores de urbanização com urbanização, o que é de transporte.

O transporte coletivo no Recife é um nó, é a melhor solução chamar transporte metropolitano, não tinha sentido eu manter, para mim é importante na cabeça de um Prefeito, eu não sei, porque aqui tem 209 quilômetros quadrados. Você anda quatro quilômetros, está dentro de Olinda, anda três quilômetros, está dentro de Jaboatão.

Então, não dá para fazer isso. Recife tem um milhão e meio, um milhão e trezentos mil habitantes, mas em compensação sua área metropolitana de 12 municípios tem três milhões de habitantes. Então, é bem maior do que Salvador, maior do que Fortaleza. E hoje você não tem mais como falar em região metropolitana, é uma coisa só.

A transportadora metropolitana tem apenas uma empresa com duzentos homens, as companhias de transportes urbanos precisam seriamente ser privatizadas, porque ela dentro do sistema, hoje, sistema metropolitano, ela está puxando a passagem para cima, aumentando o preço da passagem.

Na minha primeira administração ela estava bastante equilibrada, mostrar que a vida útil de um pneu é de 70 km e não 50, e provava isso na Câmara.

Hoje não. Hoje ela está com a frota envelhecida, não tem dinheiro para se renovar, funcionários demais e com toda certeza dentro do sistema de 23 empresas, ela ajuda a elevar o preço e não a abaixar o preço. Esses exemplos que eu citei e a necessidade que eu acho premente, urgente da reforma da Constituição das causas maiores e bem maiores que dentro delas manter aquilo que é fundamental para sobrevivência do município.

Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que tivemos muitos ensinamentos nesta exposição do Jarbas, sobretudo a idéia de que a revisão não é uma espécie de coisa que está lá em cima, ela chega até a cidade, os problemas que a Constituição define positiva ou negativamente eles chegam até a cidade, eles têm que ser resolvidos lá.

Eu acho que nós vamos ter de tarde a possibilidade de ouvir as sugestões, enfim, os trabalhos que nós estamos fazendo e que se ocupa muito com o aspecto que você frisou, que é a questão, por exemplo, dos recursos para o soerguimento das regiões. Não há razão nenhuma.

Dentro dessa linha do Jaime, não há razão nenhuma para que esse País não possa utilizar recurso para irrigar o Nordeste, quer dizer, isso é

verdadeiramente grotesco, que a gente tenha gasto dinheiro com tantas coisas inúteis e pecaminosas como essas do Orçamento e que não possa tirar dez milhões de dólares para resolver esse problema que outros países já resolveram.

Então, o Dr. Torquato já está aí com uma idéia pronta para propor mais agilidade nesse tipo de proposta, quer dizer, que os incentivos, que eles não sejam usados para favorecer empresas, que eles sejam usados para favorecer programas, que sejam estrategicamente importantes para soerguer as regiões.

Eu acho que vamos ouvir também essa experiência do Jequitinhonha, que foi muito importante nesse sentido e eu acho que a Constituição pode ser mais clara, ela pode ser mais incisiva e nós podemos, inclusive, regulamentar dois artigos que estão soltos, um que permite a ação do Estado e outro que permite ação da União e que na verdade não estão sendo usados nesse sentido, porque nós estamos perdidos nesse emaranhado, nessa rede de vereadores mal sucedidos.

Então, eu acho que a gente vai ter que interromper.

Eu gostaria muito de ouvir o Zé Lino e Paulo Henrique. Teríamos essa lógica natural de fechar esse belíssimo debate com a exposição dos dois, mas como eu acho que a hora já está realmente adiantada e o Jaime vai ter que sair também, nós vamos dar esse intervalo para o almoço e continuamos o debate de tarde.

O SR. JARBAS VASCONCELOS - Não levo mais que um minuto. Com necessidade de dar outros exemplos, acabei esquecendo de contar uma historinha da favela.

Então, eu mandei limpar a favela. No dia da limpeza da favela o Secretário da Saúde me procurou e disse que a limpeza da favela não poderia ser feita. Tinha que suspender a ordem.

Os caminhões já estavam lá, porque primeiro ele tinha que desratizar a área, os ratos iam concorrer para atacar as crianças da favela. Eles não tinham mais o lixo para se alimentarem. Teria que fazer a desratização na área para preservar as crianças.

É um quadro grotesco, dantesco, mas que serve para ilustrar a miséria das cidades como a cidade de Recife.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Quer dizer que até limpando o lixo pode piorar, não é?

Vocês todos estão convidados para almoçar, o almoço é parte do nosso programa, até porque eu acho que muitas coisas a gente vai discutindo espontaneamente.

Enfim, eu gostaria que todos ficassem para o almoço.

Eu sei que o Jarbas vai ter que sair, vai dar uma fugida, mas eu preciso de vocês aqui, para a gente fechar essas emendas, essa questão urbana também, eu acho que é importante, eu não sei o que o Zé Lino vai dizer sobre isso, mas nós sabemos que as cidades, as grandes cidades não recebem proporcionalmente com relação ao número de seus habitantes, não é?

A partir de 250 mil habitantes todo mundo recebe igual, então, como é que fica a miséria aí? Ela está sendo bem contemplada? Nesse esforço pela equidade?

Eu acho que é outro ponto que seria importante que nós tivéssemos que tirar uma conclusão para encaminhar para revisão.

O SR. - Hoje falo só dois segundos, porque muitos vão se ausentar.

Só dois me deixaram preocupados. Primeiro, a questão da recessão.

O Prefeito Jarbas Vasconcelos se referiu aos dois processos de privatização na área de transporte e na área do lixo, mas que evidentemente acontece, não por uma deficiência do Estado, mas por uma ausência de recursos para investimento e por isso o barateamento desses serviços.

Segundo, um aspecto da possibilidade de manter em centralização fiscal, ou seja, dos municípios criarem os seus próprios impostos. Isso é o que eu queria ver discutido e mais aprofundado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que esse é um ponto realmente importante, inclusive no passado nós tivemos essa possibilidade. É lógico que a criação de impostos é sempre onerosa politicamente para o Prefeito, o que é uma coisa boa, porque significa que ele só vai querer criar impostos que sejam realmente necessários. Isso nos permite, acho que lidar muito com heterogeneidade, não é Zé Lino? Acho que isso é um ponto importante para discussão, realmente.

Então, vamos dar essa pequena pausa para o almoço.

(Intervalo)

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vamos reiniciar a nossa reunião da manhã, anunciando a presença de mais dois participantes deste Fórum, Dr. Cristiano Tash, Presidente da DATAPREV e Dr. Antonio Massarioli André, do Ministério do Bem-Estar Social.

Nós vamos ter uma produtiva e animada discussão sobre como se desmontam grandes máquinas. E quais os riscos que eventualmente até de vida, que se pode correr numa operação como essas.

Mas, antes disso, vamos prosseguir com a nossa discussão sobre o Brasil, redescobrir a cidade, dando a palavra aos nossos dois debatedores, Paulo Henrique Martins e depois ao Dr. José Lino, que vai nos fazer um comentário síntese, a partir da revisão do IBAM, que é realmente o órgão, inclusive inventar dessa idéia do grande protagonista municipal, o federalismo municipal, esse crédito tem que ir para o IBAM, eu acho até que é para o Prof. Lordelo, que é um velho municipalista e que nos dá também fazer os seus comentários sobre como isso se enquadra dentro de uma visão mais ampla e até estatística mesmo, sobre a realidade dos municípios brasileiros.

Agora eu passo a palavra ao Paulo Henrique. Acho que vamos ter que ter muito mais seriedade com o tempo para a gente poder generalizar a discussão e que todos possam participar e comentar as discussões da manhã.

Paulo Henrique, 10 minutinhos.

O SR. PAULO HENRIQUE - É um prazer conhecer Aspásia.

Fui convidado para esse Encontro, esse Ministério aqui, eu ouvi dizer que as palavras dirigidas a mim essa manhã, atribuo que a sua generosidade, como uma intelectual que vem mexendo com a cabeça da opinião pública desse País. Vejo como cidadã que tenha assumido responsabilidades públicas e políticas.

Então, eu fico um pouco num clima de realismo pelos debates que estamos promovendo.

Eu queria colocar a ques tão das cidades e assumir a minha participação nesse Fórum como sendo um professor, alguém que vai ajudar e dar subsídios para uma reflexão sobre a crise e o papel da cidade que ultrapassa a dimensão da experimentação, a dimensão do trabalho direto que muitos daqui vêm exercendo pública, como parlamentares ou como executivos municipais.

A minha impressão da cidade ela parte por dois pontos de vista. Primeiramente, eu considero que a cidade é um ponto político privilegiado para criação e reprodução cronológica coletiva do poder. Eu acho que na cidade se geram novos nortes e sempre geraram novos nortes desde a antiguidade.

Essa gente são voltadas para a explosão demográfica.

Não é nem casa-grande não é nem nos castelos feudais. É justamente, todavia uma fusão, troca de idéias, havia um encontro, encontro de caminhos de pessoas de situações diversas que geravam novas situações políticas, novos fatos políticos.

Você tem que pensar. Na cidade, a meu ver, tem que ser consideradas duas questões, não se trata de se poder privilegiar uma abordagem metodológica local, digo, por exemplo, existe uma crise no desenvolvimento nacional do Brasil, vamos pensar no poder local.

Não se trata absolutamente de discussão sobre a cidade, estamos justamente tentando ultrapassar qualquer visão particularista do fenômeno da modernização nacional, tem justamente no seu contexto universal que na cidade nós vamos ter essa universalidade, vamos discutir a cidade e o poder local e pensar no marco do poder, a marca política. E não é por outro que a

discussão sobre o desenvolvimento brasileiro já passou do limite da discussão da cidade que favoreceu a criação do centro administrativo.

É lógico, Brasília, o centro econômico industrial como São Paulo e favoreceram os centros regionais, é sempre em torno da cidade, os projetos da modernização.

Então, falar da cidade como política, um lugar onde impera a concentração do poder, a hiperconcentração do poder, que vai germinar na própria organização do território social. Uma geral que ultrapassa os limites do município. Essa a primeira questão.

Segunda questão que acho importante no debate que já vem dando preocupações, que as próprias burocráticas aqui sobre a questão como resolver o problema dos municípios brasileiros que não tem autonomia, é fazer uma separação dos municípios que não se consideram cidades e que se consideram municípios e aí são grandes diferenças que considerar.

Quando falamos em cidade como um lugar com hiperconcentração do poder, estão falando de particular, de circulação de sociabilidade que nem todos os municípios preenchem esse tipo da questão do que deve se usar.

Também grande parte considerando município do Brasil a estratégia, Dr. Jarbas Vasconcelos, aqui estava chamando atenção, são estratégias, digamos, de uma política de favor, de clientelismo, digamos assim, de ocupação de espaço político são realmente um aglomerado urbano, ligado, subordinado realmente a outros blocos da cidade. É muito importante na estratégia sob utilização estamos falando numa leitura eficiente na necessidade de fazer fiscalização, saber fazer uma leitura eficiente na cidade.



O que nós queremos como cidade é ver a estratégia de fiscalização; sob pena de grande parte dessas medidas fiscalizadoras gerarem um grande buraco negro, ou seja, municípios que não têm meios absolutos de exercer um projeto de autonomia da coletividade simplesmente, digamos, absorver esses processos descentralizadores que vão apenas servir para reforçar políticas estratégicas fracionárias.

A questão da cidade está ligada a autonomia na medida das decisões locais, porque a parte de gerir e de germinar novas estratégias é por sua responsabilidade.

Então, essa questão de cidade não comunica poder, cidade não só como município. Pensar o problema da consideração, da hiperconsideração de praxis, política voltada para emancipação da cidadania.

A outra questão é de entender a cidade como um culto cultural privilegiado para a compreensão intelectual dos processos de universalização e singularização. E aí vem outra questão que estava sendo colocada aqui a cidade como lugar de utopia. Significa que no cotidiano, no cotidiano que os indivíduos podem começar a idealizar e fantasiar, o que remete para outro problema colocado aqui no Fórum, como gerir e conciliar o dever de transformar, o desejo está presente no gestor público, o desejo de estar presente na população com a escassez de recursos econômicos e recursos materiais.

Essa ansiedade, essa angústia, desejo de tomar, da exigência em nome da população brasileira, informação que deve a existência de recursos materiais para essa transformação. E aí, a cidade, ela aparece como lugar de utopia. Antes, antes de seus meios materiais para se processar a transformação

de uma sociedade nacional ou da sociedade local com esse idealismo no futuro, como é que se cria essa utopia?

Então, a cidade é um lugar de utopia, porque na medida que o cidadão está ao mesmo tempo atravessado por uma série de demandas, pela sua vida cotidiana na rua, no trabalho, ele está atravessando uma série de demandas, uma série de possibilidades de construção de sua prática.

É nesse processo de construção coletiva do seu cotidiano no seu trabalho e dentro da sua cidade que ele vai gerar processo de autonomia, processo de criação de uma utopia. E ele vai conseguir imaginar a sociedade nacional.

É incapaz o cidadão que fica derrotado no urbano, imaginar como é o futuro do seu país.

Aí é único lugar em que ele pode imaginar completamente como é que ele vive como cidadão. Ali no seu bairro, na sua cidade, elegendo seus vereadores, ali tem viabilidade sobre o processo da construção da cidadania.

Então, não adianta nada ele fica completamente derrotado fragmentado em sua vida cotidiana ter que imaginar um futuro para sua cidade.

Então, é um processo paralelo de construção de um ideal nacional de um ideal de um país e também de um ideal de sua utopia. É a perspectiva na questão da utopia e a cidade como gerador de um ideal e de um futuro.

Sobre a questão da cidade e o que eu acho fundamental que foi observado por Max Piter, analisando um pouco o processo da modernização, ele colocava a seguintes questão: porque no Ocidente houve a criação de um processo de transformação de modernidade e no Oriente não se deu esse processo? Porque nas experiências das cidades do Oriente houve muitos

processos de rebeldia de tentativa de mudar a ordem vigente. Mas só esse processo se dá no Ocidente? Por que no Ocidente? Por que essa experiência cultural singular?

Então, ele vai partir na questão dos moralistas da cidadania. Ele vai mostrar então trabalhar como a cidade e a cidade pré-ocidental não era realmente a cidade desse tipo que nós estamos falando, de um lugar de concentração de um poder cultural. Essa cidade é muito mais um lugar de concentração de um poder doméstico.

Eram grandes senhores que detinham fatias desses espaços, desse municípios, disso que nós chamamos cidade e teriam efetivamente o processo da construção coletiva do cotidiano.

Então, ele vai observar que é justamente no Ocidente onde vai se verificar uma ruptura com o passado. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que também, digamos, nessa passagem da cidade para moderna, para cidade moderna, eu falo tudo isso porque nós conhecemos esse tipo de experiência de ruptura com o passado patrimonial, na realização do novo cotidiano.

Uma outra questão fundamental nessa ruptura, de uma ordem holística onipotente para uma ordem organizada e aí, digamos assim, com uma aproximação, com um olhar psicanalítico, é que a construção do outro, a autoridade, a construção da autoridade, nas sociedades pré-modernas, elas estão praticamente limitadas aos corredores da corte. Fora da corte não existe a alta, existem fantasmas, existem sombras, mas não existem indivíduos que funcionem como lugar legítimo para construção do poder político, porque existem sombras, são excluídas, a alteridade, o outro como elemento que serve

para destruir o eu na construção de um processo democrático que existe na corte. Fora da corte não existe nada de exceção. É quebra desse destino onipotente, da experiência da modernidade e da experiência da democracia.

Efetivamente para o caso do país não situado na experiência européia, e aí eu faço a ressalva, quando nós estamos no Brasil, nós temos o mau hábito de associar a experiência brasileira à experiência européia, eu digo que é um mau hábito, porque nós temos nossa experiência associada à experiência portuguesa.

A experiência portuguesa de modernização não conheceu nenhuma das grandes revoluções européias, nem revolução científica, nem revolução política, nem revolução industrial.

Portugal era um país da periferia da Europa e exportador de mão-de-obra até pouco tempo. Portugal nunca foi uma nação industrial, uma nação revolucionária. Portugal foi sempre uma sociedade conservadora patrimonial e profundamente ligada às diretrizes da Igreja de Roma.

Então, é essa lógica burocrática conservadora que vai ser a fonte de criação da nossa "cidadania" e nisso a questão da nossa cidade é uma questão problemática já da emergência da democracia, porque a nossa sociabilidade é grande parte do que consideramos como cidade com um simples feudo.

Essa é a questão fundamental. Em função disso, eu achava que é importante salientar que a distinção do município como espaço doméstico e como espaço público, mormente os espaços urbanos, os espaços municipais ocupados por grandes famílias que loteiam a forma de funcionamento das cidades, elas temem, digamos, a reiterar e a legitimar ordens não democráticas.

Daí, para terminar, eu queria falar sobre quatro dilemas que eu considero da crise brasileira.

Primeiro dilema da crise brasileira, é o da democracia social; é uma experiência frágil, encontra a cidade por objeto da lógica doméstica e a procriação do espaço coletivo, o que remete diretamente mais os quatro mil e tantos municípios desse país, quantos deles realmente funcionam como espaço de gestão da vida coletiva e democrática desse país? E quantos funcionam justamente contra essa lógica? Funcionam a favor de uma lógica de apropriação, o que remete a uma segunda questão: até quanto, o que nós chamamos de municípios na vida brasileira tem se visto justamente dentro de uma norma patrimonial e hierárquica e piramidal, no qual o que era local é simplesmente uma das fontes de uma corrente que tinha no poder central, o próprio funcionamento, uma obra particularista.

Então, é a questão do esforço sobre a democracia. Faço essa discussão sobre a cidade como objeto de uma lógica doméstica ou objeto de uma lógica coletiva e plural.

A segunda questão eu vou logo com o dilema, é que acreditamos na realidade nacional significando a crise da sociedade nacional da cultura nacional e do poder nacional centralizado, impõe uma nova divisão urbana de trabalho, inspirado na multiplicação de centros decisórios, multiplicação de centros decisórios voltados para um projeto, para um novo projeto nacional e multinacional, na medida em que a sociedade nacional, estados de desenvolvimentos que nós conhecemos até hoje, eles estão partindo em frangalhos, desde uma ordem de globalização nos processos econômicos, uma ordem de globalização dos processos econômicos que traz uma rede de

fragmentação, uma maré de fragmentação atrás e mais do que nunca, exige repensar na questão da autonomia e do cotidiano.

Como no cotidiano da cidade, somos capazes de reconstituir fragmentos produzidos pela universalização da cultura, da cultura de massa e pela cultura local, tentando reconstituir projetos de autonomia que não sejam ligados a vida do bairro ou a vida da cidade, mas que atravesse a vida do bairro e da cidade para não haver necessidade de chegar nova solidariedade.

A terceira questão, a inevitável descentralização política administrativa recoloca a cidade como um lugar sócio-histórico e privilegiado, para se repensar alteridade, democracia e liberdade.

A questão da autoridade, é fundamental. Essa questão do rompimento de uma ordem de onipotência. Alteridade significa a instituição do "alter", instituição do outro. O outro pode ser de sexo diferenciado, raça diferenciada, cor diferenciada, mas são sujeitos políticos e desejando tanto quanto eu, e que no Brasil, com essa violência, essa violência quase visível, essa violência mansa de esconder os processos de destruição da alteridade, um elemento fundamental, como isso fosse revisto a partir da expansão de rever o cotidiano da cidade, autoridade e democracia, infinidade e liberdade.

O quarto elemento seria o que coloca dúvida sobre a questão da cidade, que o projeto de criação do novo homem social, onde o indivíduo seja compreendido não como individualismo, mas como instituição social primária, é ameaçado pela perversão de poder econômico que ao mesmo fim que desperta em cada um o sonho e desejo utilitário, da existência deste sonho.

Como enfrentar a questão da esquizofrenia social, provocada pela exclusão. A mídia cada dia promovendo a possibilidade de excesso a um

conjunto de bens de consumo e ao mesmo tempo a sociedade retirando dos indivíduos a possibilidade de ter acesso a esses bens; tudo cria um abismo.

Meu ideal nas funções completas de realização na minha possibilidade de ser cidadão. Esse é um desafio que me parece que leva a repensar a questão do federalismo, mas a repensar a própria ordem nacional, a partir de um lugar onde sejamos possível visualizar o local, o nacional e o internacional.

É isso que eu vejo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

Acho que você deu aqui uma visão bem ampla, quase no limite do filosófico e do metafísico para esse problema que muito nos ajuda a pensar essa questão fundamental da espacialidade e também do conteúdo da natureza social, das relações espaciais, porque eu acho, o que está em jogo agora, não é aquele velho sonho federalista do início do século, que nos deu oligarquias descentralizadas muito poderosas, mas uma descentralização democrática, eu acho, combinar essas duas coisas é um grande desafio que exige muito protagonismo.

Passo a palavra agora para o José Lino.

O SR. JOSÉ LINO - Até há poucos anos vínhamos vivendo no Brasil a época das grandes obras e a época do centralismo. Mas hoje nós vimos, essa é uma situação que está mudando. A época das grandes obras está sendo substituída pela realização de pequenas obras.

Nós tivemos no depoimento do Governador Franco Montoro um exemplo da maneira como ele realizou um grande governo, através de pequenas obras, descentralizando a administração estadual de várias formas,

abrangendo todos os setores do governo. Felizmente o País tem tido administradores competentes, criativos.

Nós vamos encontrar muitos municípios com administrações muito criativas, muito voltadas para as coisas básicas essenciais da sociedade brasileira.

Nós tivemos aqui hoje, o testemunho do ex-Prefeito, atual Deputado Gustavo Krause, fez uma belíssima administração. Eu me lembro na época quando ele era prefeito, falando em realizar consórcios na Prefeitura. Não consórcios de carro, mas consórcios de filtro de água, para que as pessoas pudessem tomar água limpa.

Tivemos o depoimento do Prefeito Jarbas Vasconcelos em segunda administração que também fez uma belíssima readministração criativa, inventiva e voltada para coisas essenciais da administração.

Também tivemos o testemunho do Prefeito Jaime Lerner, também falando de sua administração em Curitiba, também administração inventiva, criativa e caminhando sempre para o lado daquilo que é essencial e sempre economizando recursos, economizando dinheiro, resolvendo os problemas dentro das possibilidades do seu município e da sua cidade e não pensando em soluções acima dessas possibilidades.

E graças a essas pessoas criativas, inovadoras, o País está tomando outros rumos, essas pessoas estão abrindo caminhos para os administradores municipais que os estão sucedendo e caminhos para os administradores de outros níveis, mostrando como o País, como se pode resolver outros problemas da população com os recursos de que se dispõe.



O Senador Márcio Lacerda também nos deu um depoimento extremamente interessante, nos falando do País que as grandes cidades desconhecem, do País que trabalha, que produz, que empreende, que está em andamento e há pouco eu tive a oportunidade de fazer uma viagem pelo Centro-Oeste, pelo interior de São Paulo, de muitos quilômetros, não uma grande viagem, mas uma viagem longa que vi que esse é um País que as grandes cidades desconhecem e que está trabalhando e que o Senador então diz que é necessário que o País institucional reconheça este País, que é o País real, que ele está vivendo um País, que quando se olha esse País, às vezes se tem dúvidas se realmente nós estamos vivendo um período de crise.

Mas isso tudo nos diz também que o município é uma escola de administração, ela é uma escola de política e é uma escola de administração.

Esses prefeitos inventivos, criativos, eles estão inventando uma nova forma de administrar o País. E o que nós queremos é que esses exemplos, que esses ensinamentos se espalhem, cheguem a todos os recantos do País.

Então, é realmente um município, tem sido um município, uma escola de administração e uma escola de política.

A Professora Aspásia Camargo hoje de manhã levantou alguns pontos. Primeiro, é a questão de a Constituição considerar o município como parte do pacto federativo. Essa é uma tese antiga do Professor Lordeiro e que ele debateu muito essa tese durante anos e vários juristas acabaram concordando com eles. E por que o município é parte do pacto federativo? Porque desde a Constituição de 34 que o município aparece como um dos entes com um poder específico dentro da Constituição, definido na letra da

Constituição, como são definidas também as competências da União e do Estado.

Então, essa é a principal razão, se nós olharmos do ponto de vista formal não há uma diferença entre o município e o Estado. Ambos têm uma esfera de poder definida dentro da Constituição.

Um outro argumento que ele sempre levantou é que a lei municipal tem o mesmo valor da lei estadual e da lei federal, dentro da competência do município, o que não é comum em outros países. É muito comum que a lei municipal em outros países não tem essa designação de lei, mas de ordenança ou então de norma municipal, a postura municipal, mas não a lei. E a lei estadual e a lei federal se sobrepõem à lei municipal, no caso brasileiro não a lei municipal dentro da competência exclusiva do município, só não se sobrepõe à Constituição Federal.

Então, por essa razão ele sempre defendeu e vários juristas como o Professor Ely Lopes Meireles, especialista e famoso nessa área, concordou com ele, por isso é que na última Constituição então se introduziu o município como parte do pacto federativo.

Também falou a Professora, levantou a questão do que é essa autonomia municipal. Também está definida na Constituição, desde a Constituição de 34, que esta autonomia está definida nas suas linhas gerais.

Em primeiro, é a autonomia política, a possibilidade de eleger os governantes, cada município ele se autogoverna através da eleição do Prefeito e da Câmara Municipal.

Tem a dimensão administrativa, a Constituição assegura ao município a possibilidade de organizar os próprios serviços de fazer a organização dos seus serviços.

Autonomia financeira, o aspecto financeiro da autonomia, que essa possibilidade de arrecadar e aplicar as suas rendas segundo os interesses locais e não o segundo que possa determinar o governo do Estado e o governo da União. Mas, segundo as conveniências, as prioridades locais.

E, finalmente, a autonomia legislativa de que eu falei, é a possibilidade de na sua área de competência votar as leis, estabelecer as leis, estabelecer as regras de convivência para sua comunidade.

Falou também a Professora da questão do deputado como um vereador de luxo, de levar recursos para o seu município. Achoque o Governador Montoro na sua administração, ele deu um exemplo de como se evitar isso. É que a delegação de competências numa esfera de governo para outro, ela deve ser feita segundo um programa estabelecido com critérios estabelecidos e foi o que fez na merenda escolar, foi um programa exitoso, de grande êxito, eu acompanhei muito de perto por interesse esse programa, um programa exitoso, a questão da construção das escolas, mas segundo critérios previamente definidos e conhecidos de todos e não na base da negociação de quem tem maior poder político, maior influência política para conseguir os recursos.

Então, essa é uma medida que talvez se possa pensar na Constituição, modos de se contemplar isso de tal forma que as transferências de recursos se façam segundo programas previamente estabelecidos e não segundo negociações políticas que se possam fazer.

Mas eu gostaria, Professora, eu sei que os meus dez minutos já acabaram, e dar alguns dados sobre os municípios.

Ao se tratar da descentralização há que se considerar que ela tem duas dimensões, ela tem uma dimensão financeira, que é importante, que é a questão dos recursos fiscais que parcelas de recursos deve caber ao município, ao Estado e à União, como essa é uma questão de grande importância.

A outra dimensão, é que se refere às competências, então, nós temos também que ao discutir descentralização, nos temos que discutir as competências municipais e ao meu ver uma coisa, as duas coisas, essas duas discussões devem ser feitas paralelamente, uma coisa está ligada à outra.

Um município brasileiro comparado aos municípios de outros países, ele tem uma situação invejável, se nós compararmos os municípios de outros países em desenvolvimento. Vejam que hoje estima-se que os municípios detêm 23% da receita fiscal do País. No Peru nós temos dois e meio por cento, a organização municipal no Peru são com esses volumes de recursos. No Equador, 1,4%; Portugal 12%, em 92 certamente em razão da crise essa importância cresceu para 400 mil dólares. E nós sentimos isso através das queixas dos administradores municipais ue começaram a reclamar que estão vivendo um período de dificuldades financeiras.

O SPN que foi instituído em 1965 e começou a vigorar em 1967, representa para a grande maioria dos municípios brasileiros a sua principal fonte de recurso e é natural que seja assim, porque as pequenas comunidades das regiões mais deprimidas do País, não têm como arrecadar tributos, o poder contributivo da população é um poder pequeno.

Então, é necessário que haja a mesma transferência de recursos de outras áreas do País para aquelas administrações. Então, há uma estimativa para cerca de 50% dos municípios, evidentemente, os mais pobres, o SPN pode representar de 50 até 90% da sua receita.

Então, para a manutenção, para a existência desses municípios é extremamente importante a manutenção do sistema de receitas partilhadas, é extremamente importante, como também para algumas cidades grandes eu acredito que ele seja importante para uma cidade como Recife, que é uma cidade grande, mas é uma cidade com muitas carências, é importante talvez para a cidade mais próspera, ela não seja tão importante assim.

Mas se nós compararmos esses 400 mil dólares anuais com as receitas de municípios de outros países, nós vamos ver o quanto nós caminhamos no processo de descentralização. Porque o nosso processo de descentralização ele começou há anos. Já nos anos 30 havia gente que se rebelava contra o centralismo e daí a Constituição de 34 ter dado as características básicas do município brasileiro que vigora até hoje.

Rafael Xavier, Aliomar Baleeiro, Juarez Távora, são pessoas que foram influentes na época e que conseguiram, então, fazer nessas conquistas.

Na época do governo Alan García, no Peru, uma boa parte dos municípios tinham 500 dólares, não são 500 mil não, 500 dólares de renda anual por mês não, por ano, 500 dólares!

Então, essa é uma ficção e é graças ao sistema de partição de receitas partilhadas que um grande número de municípios brasileiros não constituem uma ficção, de outra forma, nós teríamos um bom número de

municípios que só existiriam no papel. Seriam municípios incapazes de atender às suas comunidades.

Um outro exemplo, Honduras. Até há poucos anos a classe modal de distribuição é de receita municipal, estava entre 25 mil e 35 mil dólares. Muito melhor do que o Peru, mas evidentemente nenhuma instituição municipal pode prestar serviços com recursos tão parcos, tão escassos e por isso é em muitos desses países, a pavimentação de rua é uma tarefa nacional e não uma tarefa local.

No Panamá é assim, quem pegar os orçamentos, os planos de governo, do Panamá aí vê que quem pavimenta a rua no Panamá é o governo nacional, é o Ministério das Obras.

Então, essa não é uma situação que nós queremos para o Brasil. Então, o STN essas receitas partilhadas, são extremamente importantes para que o País possa, para que a organização municipal, as instituições de governo local possam existir.

Dados preliminares de uma pesquisa que o IBAM está realizando, diz que 95% dos municípios revelam que nesse período de 88, antes da revisão constitucional até 92, 95% dos municípios tiveram aumento das receitas próprias, então isso vem clarear, um mito está levantando de que município não arrecada, não. Houve um aumento real de receitas, foi calculado em dólar, tem 95% dos municípios pesquisados.

De fato, o Brasil avançou muito no processo de descentralização, entretanto quando nós consideramos, quando nós olhamos para os países desenvolvidos nós vamos ver que tem muito por realizar. A regra hoje nos países desenvolvidos é que todos os serviços de interesses imediatos do

cidadão, aqueles que dizem respeito à sua vida diária, à saúde, à educação, às infra-estruturas urbanas, à pavimentação, o esgoto, a água, o ensino de 1º grau, as estradas vicinais, os caminhos, todos esses serviços são serviços municipais.

Em alguns países apenas nas grandes cidades existem repartições nacionais, as repartições públicas são todas locais, o correio é nacional, mas a agência do correio é municipal.

Então, isso nos diz que nós temos muito ainda por realizar, muito por andar. Eu acho são esses prefeitos, esses administradores excepcionais, esses administradores criativos que estão nos apontando os caminhos, os caminhos para nos continuarmos.

A continuidade desse processo acho que depende de uma série de coisas, uma definição clara das competências, nas responsabilidades é que vai evitar essa confusão institucional que nós temos de saber quem é responsável pelo serviço. O uso da delegação como utilizou o Governador Franco Montoro, delegar funções ao invés do Estado cuidar da merenda, que o município cuide da merenda, delegando a função, a alocação de recursos financeiros compatíveis é importante, e ainda é muito comum também, eu já vi programas estaduais de descentralização e de municipalização em que o Estado apenas quer lavar as mãos, ele não quer passar os recursos, ele não quer apoiar tecnicamente os municípios.

Então, o apoio para essa técnica é importante. A descentralização deve ser vista como um processo gradual, não é o fato de se aprovar a norma e em troca encerrou a descentralização, tem que haver um processo de passagem

de transferência com apoio técnico, com apoio financeiro para que ela possa funcionar.

A descentralização do serviço não pode justificar o afastamento do Estado ou da União, daquele setor de atividade, isso seria contra o pacto federativo. No pacto federativo tem ue haver solidariedade, é necessário que uma esfera de governo apoie outra e ajude a outra nas suas dificuldades, então, não é o fato, é a municipalização que eu não tenho mais nada ver com isso, a União, o Estado não pode nem ter essa atitude. Isso seria todo o pacto federativo.

Enfim, são essas as observações que eu gostaria de fazer.

Eu gostaria, só para encerrar, eu acredito verdadeiramente, já foi dito aqui hoje, que a descentralização é essencial para a democracia no País. Eu acredito que através da descentralização o Estado pode se arraigar na sociedade, o cidadão vai participar das decisões importantes para sua vida, e acredito que o município, além de ser uma escola de administração, uma escola de política, é também uma escola de cidadania, é ali que a cidadania se forma.

Só um dado estatístico. Os municípios brasileiros com menos de 10 mil habitantes, são 11 mil setecentos e noventa e seis, representa 40% do universo. Entre 10 e 50 mil, são 2.229, representa quase a metade dos municípios, e com mais de 50 mil nós temos 466 municípios.

Evidentemente os municípios que necessitam, que mais dependem das transferências para esses municípios de um modo geral com menos de 10 mil habitantes. São os municípios, esses municípios tem aproximadamente 1,4% da população e os municípios dessa faixa intermediária, de 10 a 50 mil



tem 24%, 25% da população e os demais, os 466 municípios com mais de 50 mil habitantes têm 73,8% da população.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

Eu acho que foi uma bela síntese e uma bela defesa também. Não podíamos ter um advogado de defesa melhor do que você. Nós vamos fazer uma publicação e um registro televisivo desse Encontro memorável e eu acho que muito importante para podermos ter uma visão numérica da situação, porque quando nós dizemos que os municípios, que o Brasil é um país heterogêneo, nós temos que ver se a heterogeneidade na base e é uma heterogeneidade que está aí com os número, 73%, 466. Então, é realmente um trabalho na matriz, nós temos que ter soluções diferenciadas para essa situação que implica também uma divisão de pobre e rico, de renda.

Nós temos que construir essa matriz a partir de mais de 50 mil, que são 466, 73% da população, os médios e os pequenos. E eu acho que isso é muito importante, porque nós nos concentramos muito na discussão da grande cidade e que são os 73%, mas nós precisamos pensar no miúdo como é que a gente faz com esses municípios que vivem realmente quase integralmente de recursos federais.

Eu acho que a única omissão que faz parte do advogado de defesa, porque o advogado de defesa não pode confundir o meio de campo, é exatamente o que fazer com aqueles que pegam esses recursos federais e aumentam, triplicam ou quadriplicam o pagamento dos vereadores, por exemplo, que gastam com despesas que são absolutamente supérfluas e até mesmo negativas, eu vejo, por exemplo, que no Norte do País coisas se passam que deixam os parceiros muito irritados, porque enquanto tem, por

exemplo, no Amazonas um esforço de aumento de arrecadação, de racionalização dos custos, o Acre está gastando mais dinheiro emprestado, o governo federal, ou repassar o governo federal, na sua administração, para recursos administrativos, pagamento de pessoal, do que o próprio Amazonas. Isso é uma coisa que cria problemas, porque o município que é sério ou o Estado, isso acontece com os Estados, os Estados que são sérios e que estão se organizando, como por exemplo, o caso do Ceará, que estão se organizando para serem auto suficientes, para não terem dívidas e que estão chegando a uma situação positiva nesse sentido, quando eles vêem um outro município que está desperdiçando e que continua recebendo esses recursos tranqüilamente, isso cria uma desordem muito grande.

Então, é só para dar um pouco de nuance aqui à nossa situação, à nossa discussão e podendo levar mais adiante essa proposta.

Eu até vou propor aqui uma inversão da nossa pauta, porque nós estávamos prevendo aqui que o Torquato nos desse uma visão das medidas e das emendas, mas eu acho que seria muito importante antes discutir este elo mais frágil, que é o município pequeno, um município pobre às vezes as duas coisas, pequena e pobre e que pode se organizar também e nos dar lições importantes de administração e de eficiência.

Eu vou passar a palavra agora ao Osmânio Pereira, pedindo mais uma vez muita restrição de tempo para a gente poder ter tempo, porque a pauta é ampla e nós temos que chegar até o gigantismo federal, do pequeno ou grande.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA DOS SANTOS - Muito obrigado.

Eu vou dar mais um testemunho, porque os Srs. poderão encontrar depois no documento nº 4 que se encontra na pasta, um relato mais detalhado dessa experiência que apenas está começando.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que toda aquela região do Vale, nasci em Pedra Azul, que é uma daquelas cidades daquela região e há mais de 13 anos nós temos já uma experiência comunitária. Por falta de assistência o governo, nós nos organizamos na região através de associações comunitárias e hoje nós temos um processo já de assentamento de famílias, temos fábrica de farinha, de doce, de cerâmica e outras coisas, fruto da organização da comunidade.

Há um trabalho também não só de organização, mas daqui o que fala-se muito hoje é de cidadania, um processo de conscientização dos valores dos direitos e dos deveres da comunidade do Vale.

A partir dessas experiências nós expandimos também com o apoio do UNICEF e outros tipos de investimentos que foram levados há pouco mais de dois anos. E para isso nós temos uma fundação em Minas, Fundação São João Bosco para a Infância, e ela em parceria com o UNICEF está fazendo este trabalho de implantação dos conselhos municipais do Estado da Criança e do Adolescente, como também está ajudando aquelas comunidades a se organizarem.

A partir daí e de uma outra experiência que temos há 23 anos em Belo Horizonte, que é a experiência de um hospital que ia ser fechado pelo Estado de Minas Gerais, Hospital do Câncer, nós organizamos também a comunidade e num espaço de 23 anos não só impedimos o fechamento do hospital como organizamos, mobilizamos a comunidade e o espaço de 23 anos

não só impedindo o fechamento do hospital como organizando a sociedade, a comunidade hoje são mais de 400 leitos, 3 hospitais, a maior instituição na área de oncologia de Minas e com um atendimento de mais de 100 mil pacientes por ano.

A partir dessa experiência e com a nossa eleição para a Câmara, nós vimos a necessidade de organizar melhor os políticos daquela região. Surgiu então essa idéia em resposta a apelo de alguns governantes e de maneira especial do Itamar Franco, que disse ue iria priorizar o seu governo para as camadas mais pobres, para o combate à fome e outras coisas que por apelo que ele vez logo que tomou posse.

Então, nós trouxemos à apreciação do governo esse programa de desenvolvimento integrado dos vales pobres. Isso surgiu dessa necessidade de não só desenvolver ações assistenciais no assistencialismo, mas organizar algum trabalho político junto com os prefeitos da região.

Então, fomos procurando as associações das microrregiões, num área de 204 mil quilômetros quadrados, 114 municípios, que atende mais de 12 milhões e 500 mil pessoas.

Então, começamos num processo de discussão a nível nacional, a partir daí procuramos as autoridades do Estado e em seguida a nível de Brasília por intermédio do Ministério da Integração Regional, onde encontramos o Dr. Paulo Dante, que está conosco aqui a Gláucia que está também hoje aqui presente e outros técnicos.

Esses dois foram realmente a mola mestra no trabalho de organização. E foi um trabalho interessante, porque nós fomos os ministros pedindo que eles nos arranjassem um técnico de cada área, de cada ministério

para se juntar ao MIN e aí começar esse trabalho de elaboração deste documento.

Todos os ministérios indicaram os seus representantes, foram feitas as primeiras reuniões, a partir daí fomos a Minas Gerais, os técnicos de Brasília foram ao encontro da Secretaria de Estado, da EMATER e outros órgãos que já trabalhavam na região, só que trabalhavam que o programa, que o projeto, mas não tinham dinheiro, não tinham recurso.

Da nossa parte dos parlamentares a nossa proposta é colocar todas as emendas que elaboramos em 92 para serem utilizadas em 93 numa sexta. Nós aderimos mal do uso direto dessas emendas nos municípios aos quais elas estavam destinadas e colocaríamos em comum, em troca os ministérios também fariam alocação de recursos para termos um somatório suficiente para fazer a primeira ação que seria uma ação emergencial em 1993.

Pusemos também que o programa se estendesse até 95. Por quê? Primeiro, para termos uma experiência de trabalho, 94 porque ainda estamos elaborando o orçamento de 94. Em 95, porque deveremos esse mesmo Congresso com o atual governo, é quem deve fazer o orçamento de 95. Então, dentro disso aí nós esperávamos que pudesse trabalhar três anos.

O programa visava todas as áreas sociais de saúde, educação, produção de alimentos. Pegamos, por exemplo, o caso da merenda escolar. Nós pensamos que por se tratar de municípios, 20, 15, 10, 8, 7 até 6 mil habitantes, eles não teriam condições de atender às exigências do Ministério da Educação para se municipalizar a merenda escolar. Mas através da microrregião, que tem uma associação da qual todos os prefeitos daquela microrregião fazem parte, nós poderíamos regionalizar nas microrregiões a

merenda escolar, incentivamos a produção dos alimentos próprios da região, a compra desses alimentos, o ensacamento, a distribuição, enfim, tudo aquilo que se produz, por exemplo, naquela região se produz muita manga, abacaxi, laranja, se tem muita mandioca, então, todos aqueles produtos seriam aproveitados.

No caso de habitação, a EMATER tem um programa excelente, já foi testado de habitação rural para fixar o homem do campo, então, nós íamos aproveitar todos os projetos, nós inclusive não estamos tendo muito trabalho de elaborar grande coisa, que está tudo elaborado.

O que falta realmente é um trabalho de coordenação e de execução, faltam recursos, faltam seriedade. Isso aí foi interessante, porque da nossa parte parlamentares, a gente procurava um companheiro, um colega de outro partido político, o trabalho é suprapartidário.

Na primeira idéia é de um parlamentar pensar no outro, mas passar a mão no seu reduto eleitoral, que vai levar recursos a algum benefício e depois ele fica para trás, mas foi um grande engano, porque o trabalho da maneira como apresentamos, com a seriedade, a disposição dos técnicos do governo, com a abertura que o governo de Minas e o federal fizeram para o programa, os parlamentares passaram também a acreditar. Então, isso desapareceu, criou-se um clima de confiança de solidariedade e então nós chegamos à elaboração do que está aqui hoje, neste programa e que a gente visava levar diretamente os recursos para os municípios, mobilizar as comunidades, conseguimos um contato com a FAO, com a UNICEF, outros organismos que se dispuseram e chegaram a participar das reuniões de elaboração, se dispuseram também a trabalhar diretamente com as

comunidades e a gente pensava também num tipo de habitação em que pudesse atender proporcionalmente a população de cada município, mas toda a parte de trabalho seria feito com a comunidade e com aquilo que tem na região.

Por exemplo, apareceram algumas empresas, construtoras e empreiteiras, que se dispuseram a fazer essas casas em 48 horas, fazer a casa em uma semana, mas o que nós queríamos era o contrário. Era trabalhar em regime de mutirão com a comunidade em até 30, 60, 90, até 6 meses, mas gerando o trabalho. Que o dinheiro pudesse ficar no município, que pudessem entrar no banco e que pudesse gerar riqueza. Então, todos os programas que estão aqui elaborados era no sentido de produzir alimentos.

O SR. - Foi distribuído esse trabalho?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA DOS SANTOS - Esse trabalho foi distribuído, parece que tem todas as partes.

Então, eu preferia deixar para depois no debate, se fizer alguma discussão, mas é mais uma iniciativa de um programa integrado, regionalizado e para mim é surpresa, agora no intervalo entre 11 horas e meio dia, eu fui ao encontro do Ministro Jutahy Magalhães e chegando lá com essa questão, aí do decreto que suspendeu subvenções, esse programa vai ser beneficiado, então, daqui há pouco, às 18 horas, estarei sentado estudando um maneira com os técnicos do IPEA e do Ministério, de como utilizar em conjunto com o governo do Estado de Minas Gerais recursos que agora vão sobrar em decorrência desses cortes e da suspensão temporária.

Eu tenho a impressão que em síntese muito brevemente o que a gente tinha colocado sobre isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

Nós estamos até sugerindo que esse Ministro Jutahy não pode gastar todo esse dinheiro desta forma estimular aqueles que se juntam para poder fazer um trabalho comum, um trabalho coletivo.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA DOS SANTOS - Só um acréscimo. Na área de legislação e de legalização do programa nós avançamos também, a PROMOVALE hoje faz parte da LDO e no Orçamento de 94 que está ainda a elaboração, aconteceram coisas interessantes. O Ministério de Integração Regional colocou em torno de 450 milhões de cruzeiros, uma iniciativa do Ministério e a Agricultura colocou uma quantia pequena, mas para abrir uma janelinha para depois ter novos recursos.

Só que os parlamentares meteram a mão e utilizaram essa fonte que era para uma região carente com a região pobre, os parlamentares na sua maioria lançaram mão tão bem dessa fonte para esvaziar o programa para canalizar todas as regiões. Então, isso não pode acontecer.

Se faz um programa, se discute, tem que se assegurar os recursos e que eles não possam sofrer essas modificações no Congresso Nacional.

Outra coisa que eu queria dizer aqui, é que dentro dessa experiência aconteceu uma coisa já real, dos recursos extra-orçamentários que alguns ministérios colocaram para o PROMOVALE, o que nós fizemos? Isto é normal na política. Em vez de nós beneficiarmos os municípios que nós temos interesse eleitoral, nós distribuimos recursos com os municípios ue não haviam sido contemplado com nenhuma emenda orçamentária.

Os recursos já foram pagos e já estão sendo gastos na região do PROMOVALE, acho que essa é a primeira vez da história que acontece



parlamentar, destinar recursos para o outro município que não recebeu emenda orçamentária e que não é região do seu interesse. Esse é um trabalho de solidariedade também do Legislativo e também um conflito, um município com 10 mil habitantes na serra chamada Serra dos Aimorés, não sei se alguém aqui é de lá, tinha uma plantação de quase 400 milhões de cruzeiros, o prefeito nem sabia o que fazer com tanto dinheiro que foi destinado para lá, enquanto outro município de 50, 70, 100 mil habitantes não tinham o mesmo volume de recursos.

Nós fomos ver o prefeito irmão de um deputado da Bahia, muito prestígio na Câmara, então trabalhando com um ou outra destinou excessivamente para o município em detrimento entre outras regiões totalmente carentes de recursos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Osmânio, acho que você está também nos dizendo que apesar de ser legal e de ser constitucional, não é fácil fazer. Isso eu acho que é importante, porque a nossa missão, digamos assim, é tornar essas coisas complicadas tranqüilamente rotineiras.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA DOS SANTOS - Diria até uma sugestão aqui para o IPEA, porque com essas modificações, com as propostas de extinção de ministérios, o Ministério da Integração Regional que estava coordenando.

O Paulo Dante, que estava emprestado lá e que vinha fazendo um excelente trabalho foi recolhido ao seu órgão de origem, a Gláucia também veio para cá. Nós não sabemos como é que isso vai para a frente, essa é a primeira preocupação. A outra é que o País tem que ter mais seriedade.

Nós temos um Presidente da República que ainda está no exercício do poder. O Presidente Itamar no mês de junho ou julho, se eu não me engano, ele assinou aprovando o PROMOVALE e mandando executar, foi uma ordem dele, aos ministros das demais áreas para executar o programa esse programa não foi executado por todos os ministros, como também ele pediu recursos orçamentários e os recursos não foram colocados e todos os ministram pelo menos os que integram o PROMOVALE assinaram a proposta, o programa ao Presidente da República.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada, Osmânio.

Eu vou passar agora a palavra ao Guilherme Tito para nos dizer como é a vida de um município de 60 mil habitantes, não é isso? Que fez um trabalho belíssimo, reconhecido como um trabalho muito competente e que depois de duas administrações, ou de uma administração vê que o seu trabalho pode ser também prejudicado aí pela descontinuidade administrativa. Como é que a gente resolve esse problema e qual é a visão de São Fidelis sobre tudo isso?

O SR. GUILHERME TITO DE AZEVEDO - Eu acho muito importante esse trabalho que está sendo feito aqui hoje. Porque nós sentimos na carne a dificuldade do município pequeno. Principalmente quando nós entramos num município que não tinha nada e era constante o comentário que não existia dinheiro para o prefeito trabalhar.

Uma das primeiras coisas que nós procuramos fazer, nós que nascemos e nos criamos nos municípios. Nós sabíamos que tínhamos ue enxugar um pouco o funcionalismo municipal, porque o prefeito anterior, para

consumir os 25% da educação, ele empregava o pessoal e deixa em casa fazendo a política.

Então, nós devíamos fazer um corte dos funcionários que não trabalhavam, inclusive, alguns funcionários que moravam em municípios fora de São Fidelis e que recebiam com procuração. Então, nós descobrimos um relógio de ponto que o outro prefeito comprou e não teve coragem de colocar para funcionar, com três dias eu coloquei o relógio para funcionar e com 30 dias comecei a tirar, tiramos 230 funcionários, chegamos até a pensar que haveria uma reação por parte das pessoas, mesmo eu não liguei para aquilo, achei que ninguém iria ter a coragem de fazer nada, que ele estava fazendo uma coisa honesta e depois as próprias pessoas que eu coloquei na rua vieram falar comigo.

Eu tinha razão, porque eles não trabalhavam, foram postos lá mesmo para apaular o dinheiro. Então, nós começamos o nosso trabalho e como o nosso município é agropecuário e a região é pobre demais que é o Noroeste, o Norte Fluminense, onde não chove e a "per capita" é baixíssima, mas há um êxodo rural muito grande e propriedades que antigamente tinha 30, 40 casas, eu morava na casa do meu pai, hoje tem duas casas.

Então, temos que começar a fazer um trabalho na roça e começamos a preparar em primeiro lugar Associações de Moradores para poder discutir os problemas que não tinham nem coragem de pedir aquilo ue eles tinham direito.

Nós começamos a fazer reuniões, não só no interior como também na periferia da cidade e fizemos um levantamento de todas s casas do município para saber quanta pessoas tinham numa casa, como era a casa, se

tinha um banheiro, se tinha uma água encanada, porque agora sabíamos que as crianças precisavam, por exemplo, tomar remédio para verme, mas não adiantava dar o remédio se eles tinham que fazer as necessidades atrás da bananeira.

Então, nós tínhamos que orientar aquela família para que fosse construído um banheiro ou pelo menos uma privada seca e nós começamos a fazer aquele trabalho, ajudando financeiramente, compramos filtros e levamos para eles, juntamente com a EMATER e começamos a fazer aquele trabalho, examinando as crianças, os postos do Estado funcionavam duas vezes por mês, nós encampamos todos os subpostos do Estado começamos a construir outras unidades também, preparamos aqueles funcionários para atender diariamente, mesmo que o médico não pudesse ir, o posto era aberto para ver o trabalho dos funcionários, para atender em casa de uma injeção, de um remédio ou até mesmo para mandar para a cidade.

Aí começamos a fazer aquele trabalho, fizemos um conselho comunitário, onde participavam o Rotary, Lion, a Maçonaria com outros tipos de serviços, professores.

Uma pessoa ou duas de cada setor para a gente discutir o que nós iríamos fazer para frente, porque é pouco dinheiro e logo em seguida eu vi que tinha dinheiro, porque no primeiro mês de governo nós gastamos no posto de gasolina 660 mil cruzeiros, mandei fazer um levantamento nos três meses do último prefeito, ele gastava mais de 2 milhões por mês, por quê? Porque eu ia atender somente os carros da prefeitura que eram uns três ou quatro carros somente. Mas alguém que tinha um corcel, por exemplo, ia lá comprava pneu na conta da prefeitura se a prefeitura nunca teve corcel?

Então, no primeiro mês eu comecei a economizar mais de um milhão e quinhentos, com dois meses eu comprei dois carros basculantes, caminhão à óleo e comprei trinta e tantos veículos no final, mas por quê? Porque eu comecei a agir, economizar e mostrar ao povo que ele tinha ue me ajudar.

Então, nós começamos a fazer reuniões, eu pedi a eles, os empregados também viram que eu também estava querendo ajudá-los, fizemos a reforma administrativa, trouxe uma firma de São Paulo, a Método, e ela fez um trabalho para nós muito bom, onde valorizamos os funcionários, as professoras não ganhavam nada, nós começamos a melhorar, uma professora que tinha o terceiro ano de formatura ganhava um preço, quarto ganhava mais, tivesse pós-graduação ganhava mais e em termos de serviço também.

Então, começamos a valorizar aquele pessoal e aí foi o negócio melhorando, conseguimos uma vaca mecânica, onde nós fazíamos 2 mil litros de leite por dia e com o resto daquele restante da soja fazia pão, que eu consegui para a LBA uma padaria também. Então, nós dávamos àquelas pessoas carentes, da periferia da cidade, mas as crianças eram cadastradas para a gente ver de seis em seis meses o crescimento daquelas crianças, ver como é que elas se comportavam e s famílias tinham reuniões com a psicóloga, com a assistente social para orientar aquela família também. E aí que mandava para Pestalozzi, mandava para uma associação que tem lá com mais de 300 crianças e aqueles funcionários também, aquele braçal nós dávamos todo um lanche com leite de soja para eles irem para o serviço bruto, mas irem alimentados, porque às vezes nem um café tomava em casa e com isso nós observamos um crescimento muito grande, um trabalho muito bom.

As unidades de saúde nós conseguimos colocar todas para funcionar e foi um sucesso e também uma coisa que nos chamou muito a atenção era o serviço odontológico que não existia.

Nós compramos nove cadeiras onde mandamos para o Rio umas moças para serem atendentes e os dentistas, então, cada três cadeiras trabalhava três atendentes com um dentista, e esse serviço ia rolando de escola em escola, seria da prefeitura, seria do Estado, nós íamos perder a criança e começamos a fazer esse trabalho, de seis em seis meses voltava, aonde não tinha luz elétrica nós compramos gerador e ia de 30 a 40 quilômetros do município para atender aquele pessoal.

Na primeira vez eu lembro quando foi a fiscalização de Brasília e do Rio, no alto da Serra o homem ficou encantado com o nosso trabalho, na primeira vez foi 12 cáries ue tinha uma menina lá, eu vi, já na segunda vez tinha 3 cáries, na terceira vez não tinha mais. E aquilo era para continuar aquele trabalho para futuramente atender aos adultos também, conforme o prefeito que veio após ele fez esse tipo de trabalho que foi também um verdadeira sucesso.

Uma coisa que também, o meu genro que é primeiramente meu Secretário de Saúde, ele é médico, pediatra, ele foi em Santiago no Chile e viu um trabalho muito bom, eu tentei arranjar um dinheiro com a área federal e não consegui, comecei, depois tive que trocar o serviço e depois ele saiu, o outro trabalho que ele tinha necessidade minha filha ficou no lugar dele.

Nós construímos um Núcleo de Desenvolvimento Social.

Eu recebi de Brasília, eu recebi o Secretário de Saúde de Pelotas e de muitos outros Estados foram lá para ver o Núcleo de Desenvolvimento Social.

O que é o Núcleo de Desenvolvimento Social? Uma área de 10 mil metros que eu consegui lá com um proprietário e aí nós construímos uma unidade de saúde, construímos um salão muito grande, onde reunia-se a comunidade. Ali nós discutíamos todos os problemas da comunidade, levamos luz elétrica graças às reuniões realizadas ali, onde celebrava-se uma missa, até hoje celebra, um culto e um casamento, um aniversário, tudo era ali e a outra área profissional aonde nós tínhamos professores para ensinar a cozinhar, a ensinar a costurar, a fazer um licor, doce, tudo, porque nós achamos que aquelas meninas lá do interior quando elas fossem casar elas estavam aptas a ajudar o marido, além de fazer uma culinária mais caprichada, faziam os próprios vestidos delas, dos filhos e do esposo também, inclusive, na primeira vez, a primeira turma eu fiquei surpreso, porque parecia que elas tinham comprado roupa na boutique, de tão bem feitinha que era!

Então, o Núcleo de Desenvolvimento Social é um colosso e nos fundos, mais atrás, nós tínhamos criação de pequenos animais, nós tínhamos coelho, a gente depois dava um casal de coelho para uma família e depois eles devolviam para poder ir multiplicando para outros.

O suíno a mesma coisa e o lago aonde tinha os alevinos para serem entregues e peixe e outra área que era da EMATER tomava conta, era para orientar, para se fazer uma horta para orientar as variedades de capim que os pecuaristas podiam usar.

Então, esse lucro foi um verdadeiro sucesso. E as escolas que as professoras as vezes iam lá duas, três vezes e voltavam, iam acabando as escolas, as escolas caindo, nós encampamos quase todas as escolas do interior, inclusive um ginásio do colégio da campanha gratuita SENAC, nós encampamos, era de nível de professores e quem dava aula era a pessoa que não tinha formatura nenhuma, nós reformamos tudo, colocamos professores de alto nível e está funcionando até hoje gratuitamente, inclusive o transporte dos alunos para o ginásio é feito por intermédio da prefeitura em outras áreas, aonde não tinha colégio também, nós temos um contrato com uma empresa de ônibus e esse alunos vem para a cidade para estudar no colégio que eles quiserem.

Então, são mais de 100 alunos que são beneficiados com essas bolsas, com essas passagens, pessoas que nunca pensaram de se formar e formados graças à esse trabalho.

Também no interior foi para fixar o homem lá, o que tinha que ter? Tinha que ter uma unidade de saúde, tinha que ter uma escola funcional, tinha que ter água, tinha que ter luz e eu botei telefone junto com a TELERJ, projeto PROCON e nós pusemos esse telefone no interior também, quadras polivalentes de esporte, basquete, vôlei, cada comunidade nós fizemos uma quadra e um jardim também para poder ter bancos para as pessoas virem e sentar com o namorado, sua esposa e tal.

Essas quadras foram feitas todas com mutirão. Nós íamos para lá, mandava fazer lanche e depois quando terminava tomava uma cervejinha junto e nós pegávamos servia crianças, senhoras, tudo ajudando com carinho para construir a quadra, para eles mesmo usufruírem e eu dizia sempre: isso aí é de



vocês. Vocês é que vão cuidar, porque esse trabalho que nós estamos participando é do imposto que vocês pagam, vocês têm direito de dividir. Vocês têm que ter a escola, mas têm que exigir e graças a isso teve um prefeito que quis tirar o desenvolvimento social, a comunidade revoltou e ele não parou, graças àquele trabalho que nós fizemos, conscientizamos para que eles exigissem.

E a Recriação, que nós funcionávamos em 12 localidades, onde o Raul Miliet e o Valdemar participaram na época do Dr. Raphael, que eles nos deu uma mão muito grande, eram duas mil e quatrocentas crianças atendida em doze localidades, onde eles tinham um esporte programado, orientado por um técnico e tinham também um lanche muito bom e também a profissionalização, onde eles aprendiam, as meninas aprendiam a bordar, a fazer marca etc., os meninos eletricista, bombeiro, marceneiro, hoje até hoje nós víamos ainda muitas famílias com os filhos ue eram crianças, estão ajudando a família financeiramente com o trabalho, em São Fidelis é muito rico em artesanato e eu dei um impulso ao artesanato, fazendo reuniões, fazendo exposições, não só em São Fidelis como fora de São Fidelis, pessoas que vendiam por exemplo, eles fabricam umas bolsas de palha muito bonitas, são vendidas aqui em Copacabana, comprei esse mês, eles não vendiam quase nada porque não tinham comprador, depois começamos a fazer aquele trabalho e todos os sábados na praça eles expõem para o pessoal comprar e a gente anuncia na Kombi e tal, e com isso levando também a vantagem.

Construímos também 100 casas populares com um mutirão, tinha ue trabalhar tantas horas por dia ou por semana, quem não tinha casa. E graças a Deus inauguramos com luz, com esgoto, com água e só não deu

tempo de fazer o asfalto, porque nós fizemos quilômetros e mais quilômetros de calçamento e de rede de esgoto e águas fluviais, ia fechar lá uma fábrica de artesanato de cimento, eu comprei a fábrica para a prefeitura. Na época custou 700 contos.

Então, o pessoal chega: você vai comprar isso para a prefeitura? Por que você não compra futuramente para você? Mas é bom negócio? É ótimo rapaz, se é bom para mim é bom para a prefeitura. Eu vou comprar para a prefeitura. São cinco mil e tantos metros de terreno com um prédio imenso, barracões de estrutura metálica e ali nós fabricávamos poste, placas de muro e manilhas de todo o tipo, onde nós gastamos milhares de manilhas, fazemos saneamento, porque o esgoto era a céu aberto, porque as crianças brincavam no esgoto.

Então, nós fizemos mais de 15 quilômetros de asfalto dentro da área urbana num segundo distrito, até aonde eu nasci, o esgoto a céu aberto, nós arrumamos aquilo, preparamos, hoje você vai lá, tudo iluminado, bonito.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Qual foi a parcela de recursos?

O SR. GUILHERME TITO DE AZEVEDO - Ah, isso quem ia falar?

O que garante o município é o ICM e o ISS, mas eu fiz uma estratégia. Quando comecei a fazer esse trabalho aqui deu uma repercussão muito grande na área do Estado, de alguns amigos e também na área federal. Eu comecei então a fazer convênios e centenas de convênios, aonde eu cismava que tinha dinheiro e ia lá fazer convênio, inclusive eu vi uma notícia que o Zé Barbosa ia construir dez creches com dinheiro do BNDES, eu mandei o meu assessor social procurar o endereço, marcar uma audiência, ele marcou, daí a dois dias estava lá no BNDES.

E um dos secretários ganhava, mas ele não tinha nenhuma mesa para assinar. Então, começamos um trabalho.

A minha filha começou do início, coitadinha, dentro da Prefeitura, daí uns dias alugamos uma casa, Dr. Juarez, depois alugamos uma outra casa e no final, a Dra. Manuela, do INAMPS, arranhou para nós, na época, 50 milhões e nós compramos uma casa por 20 e pagamos 30 para reformar, fazer divisórias, aquilo tudo, ainda fizemos um prédio com laboratório que foi um verdadeiro sucesso, deixamos com duzentos e quarenta e tantos funcionários, funcionando da melhor maneira possível.

Só para encerrar. A Secretaria de Agricultura, que não tinha também, eu criei, então, eu dava semente, mandava vir de Sete Lagoas, 300 e 400 sacos de milho e dava para o pessoal plantar e arava terra com os tratores que nós tínhamos comprado, para poder ele ter condição, arar a terra, gradear e tal etc. Então, fomos felizes.

Mas uma coisa interessante, é que eu entrei com um fusquinha 81, por sinal, é o mais conhecido do município, que a placa é 0013, estou com ele até hoje.

E outra coisa, eu prestava conta todo ano, aqui nós estamos semeando o primeiro ano do governo, aqui está crescendo. Ah, o feijãozinho crescendo, aqui já está dando as flores e a outra que não veio eu estava colhendo muito o fruto do nosso trabalho.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu fico pensando o seguinte: é um município pobre, mas médio, não é doutor? Um município médio. É, está perfeito.

O SR. - A conclusão que eu cheguei, quando saí do governo. Um dia eu falei: gente, o Brasil não precisa ficar com o chapéu debaixo do braço não, o Brasil não precisa de nada, mas a gente trabalhando, economizando junto com a comunidade, a gente consegue tudo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É isso mesmo. Nós tivemos aqui uma aula de democracia, uma aula de dignidade e de eficiência, porque é isso que a gente quer. O pequeno pode ser eficiente.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Valdemar Paura, que vai nos falar sobre o "calcanhar de Aquiles" disso tudo, como é que uma comunidade carente enfrenta a adversidade, enfrenta os políticos também.

O SR. VALDEMAR PAURA - Sou Valdemar. Sou estivador aposentado e atualmente Presidente da Sociedade Agrícola do Morro do Livramento.

Inicialmente, eu desejo parabenizar a coordenação dos trabalhos no que diz respeito a participação do povo na convocação para participar desse trabalho.

Primeiramente, eu creio que fui convidado a participar desse trabalho, o amigo que convidou, por saber justamente do meu modo de proceder e minha maneira de trabalhar.

Eu tive a honra de participar do projeto Recriação que tornou o programa Recriação e que deu certo, graças a Deus deu certo e tivemos a oportunidade, a felicidade de conseguir engajar 200 crianças de 7 a 16 anos, distribuídos em dois períodos de aula. Os que estudavam na escola na parte da manhã freqüentavam a SAMOL, a Sociedade na parte da tarde, e quem estudava à tarde, freqüentava de manhã.

Esse trabalho foi um trabalho muito bonito e que hoje me orgulho de ter participado, eu acho que foi uma das melhores coisas que eu pratiquei em minha vida e que hoje a comunidade sente e cobra a necessidade de um novo trabalho, novo evento deste, porque hoje nós estamos vendo e verificando as crianças andando pelas ruas, sendo aproveitadas pelos marginais, pelos traficantes, quando naquela época nós nos reuníamos com os pais, com as famílias e alertávamos: tirem seus filhos da rua, traga para a SAMOL.

Com esse programa eu aprendi muito, participamos de diversos simpósios, cursos profissionalizantes na FUNABEM, assistência médica para as crianças. Nós tínhamos o Hospital dos Servidores do Estado com o Dr. Pasquali, começamos com o Dr. Pasquali, então diretor da época e ele abriu as portas para nossas crianças fazerem todos os exames, dentários, médico-hospitalar e outros casos de problemas de internação também.

Essas crianças gozavam de todas regalias, o esporte era o forte, tínhamos também instrutoras para orientá-las nos trabalhos de casa, tínhamos a equipe que trabalhava com reforço alimentar, que eram também moradores do local, as próprias cozinheiras eram as mães dos próprios alunos.

Nós ficamos abismados assim no que diz respeito a essas verbas astronômicas que foram desviadas, porque aquele pouquinho dinheiro que nos recebíamos, aquela cota que nós recebíamos, cada verba destinada a sua posição, reforço alimentar, esporte, com aquele pouco dinheiro nós conseguimos realizar durante três anos, um trabalho magnífico.

Eu fico pensando, como nós não faríamos se tivéssemos um terço dessa monstruosidade gasta por esses...

Eu quero agradecer também a coordenação do programa Recriação e a todos os funcionários, pelo carinho e a atenção que nos prestaram. Se eu falar no Recriação ainda tem muita coisa para falar e o tempo é muito curto, mas acho que já deu para entender que a finalidade do objetivo foi alcançado, talvez não tenha sido alcançado os 100%, mas 80% nós alcançamos, isso eu garanto aos Srs.

No que mais foi tocado aqui, no que diz respeito a educação, nós não somos contra os CIACs e os CIEPS, no nosso bairro, assim nós somos a favor na restauração das velhas escolas que estão aos pedaços, caindo!

Nós temos o Colégio José Bonifácio, no bairro da Gambôa, que é um colégio enorme que meus pais estudaram ali, é um prédio todo de pedra, a construção maravilhosa que tem o lado masculino e o lado feminino. Está abandonado e criaram lá um centro, Centro Cultural Político, para a comunidade mesmo não tem validade alguma.

Com referência também ao município das prefeituras, nós entendemos que essas partes da região administrativa, elas devem ser escolhidos os seus administradores regionais entre a comunidade, os próprios moradores da comunidade que, através de eleições pelos moradores do bairro sejam os eleitos para administrar, porque um sujeito vem administrar um bairro, ele vem administrar o famigerado Morro da Providência aonde eu resido, ele mora em Copacabana, ele não tem condições de saber os sofrimentos que nós temos ali. Então, é preciso que se faça a escolha entre os quatro moradores do local.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - E os políticos? Abra o seu coração.

O SR. VALDEMAR PAURA - É duro abrir! A Sra. sabe, eu já tenho 62 anos. Sou bastante tarimbado em assuntos políticos, principalmente quando a gente se diz Presidente ou comunitário, aí os políticos se lembram muito da gente nas épocas de eleições, vão fazer visitas, muitas promessas e no fundo dá um saco de cimento, para outro um quilo de feijão, para outro... Isso tudo nós já estamos cansados, saturados de saber e com tudo isso, pouco tivemos auxílio de poucos políticos, tivemos mais dos nossos amigos que não são políticos, homens que se dedicaram a nós de coração, sem nos pedir nada. Isso nós temos homens aqui, presentes, fizeram isso conosco, mas eu tenho a esperança, tenho a esperança de deixar um Brasil melhor para os meus netos, já que eu não pude ter um Brasil melhor, conforme meu pai dizia, quando nós conversávamos, assim, eu ficava de longe ouvindo, meu pai era semi-analfabeto e ele sempre dizia, conversando, quando lhe perguntavam alguma coisa: eu não tive a felicidade de alisar o banco da ciência. Ele queria dizer com isso que ele não teve as condições de estudar numa faculdade, como eu também não tive, que ele não teve condições de me dar. Tenho certeza que vou ter essas condições de dar aos meus netos. Isso é o Brasil!

Muito obrigado, desculpe qualquer coisa.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - De nada, obrigada, Valdemar.

Duas vezes foi mencionado aqui o programa Recriação, eu queria fazer essa referência, que nós estamos aqui prestando homenagem também. Homenagem ao pioneirismo de Franco Montoro, homenagem a todos aqueles que estão inovando, que estão buscando soluções. Eu acho que o Recriação realmente e o Programa do Raphael merecem uma especial referência.

Nós vamos discutir com ele amanhã sobre a questão da saúde, porque o SUDS virou SUD e como é que as coisas se perderam com esse "D", que também sumiu do mapa, mas fazer essa referência que esse programa de Recriação ele teve um grande mérito de não ter burocracia, foi a primeira vez que se fez um programa suprapartidário, todos os partidos foram contemplados, desde Maria Luíza Fontenelle, passando pelo Prefeito de Olinda e todos os municípios foram contemplados dentro de uma visão muito generosa que diga-se de passagem, isso é sempre risco político, porque certamente se tivesse sido politizado teria rendido mais.

Então, eu acho que isso aqui precisa também se reconhecer e o executor do Recriação foi o Raul Milliet, está aqui com a gente nos ajudando a retomar esse elo perdido da Ação Social sem burocracia, que eu acho que nós vamos ter oportunidade de discutir agora também no fim da tarde.

Eu gostaria agora de abrir um espaço para nossa discussão livre, não é? Eu acho que nós tivemos uma quantidade muito grande de informações de depoimentos etc. e eu tenho a impressão que muitos têm vontade de dizer alguma coisa. É um "pinga-fogo", quer dizer, comentários rápidos, mas que pode nos permitir aglutinar um pouco as informações, os diagnósticos e depois passarmos então para as idéias da revisão, que eu acho que podem ser muito úteis aqui, a partir desse pequeno intervalo de debates.

Quem é que gostaria de dizer alguma coisa?

O SR. FRANCO MONTORO - Eu gostaria. Primeiro, me congratular com essa iniciativa. Acho que essa reunião é muito importante, porque ela está atingindo experiências diferentes e atuando na linha do futuro.



Eu queria então acrescentar alguma coisa, porque eu me referi ao passado, ao presente, há algumas coisas que foram estabelecidas, que estão sendo desenvolvidas, que são de importância.

Um tema que aqui foi lembrado da questão da continuidade, uma das falhas é que o governo começa bem, depois vem outro e interrompe. Qual é a fórmula que a experiência indica? É o fortalecimento da sociedade civil, é o que nós estamos procurando, organizar a sociedade civil, porque os governos passam, mas as sociedades continuam, então, ela pode fiscalizar, acompanhar a continuidade será assegurada pela sociedade e não pelo governo que pode mudar. Se o governo apoiar, tanto melhor.

Outro ponto importante que eu anotei aqui e que está um pouco implícito no que se disse, é que a centralização facilita a corrupção. Exemplo: CPI do Orçamento. Essa concentração de recursos biliardarias ou triliardarias, é uma grande atração. Para combater isso a descentralização é que é fundamental. Na descentralização a quantia é menor, portanto, a tentação também é menor, e a fiscalização é maior, porque o povo pode acompanhar e fiscalizar.

Outro ponto que me parece importante e que vai depender um pouco da responsabilidade de todos nós, para essa descentralização e como consequência deste trauma que está atingindo o Brasil inteiro com a denúncia das irregularidades, há o aspecto negativo do mal que está aí, mas há uma perspectiva positiva, o Brasil não vai ser o mesmo, não pode ser o mesmo, vai depender de nós; evidente que devem ser apurado, os fatos devem ser punidos, os responsáveis.

Terceiro ponto importante, deve ser devolvida a importância roubada, é preciso seqüestrar e serem devolvidos ao Poder, esse pessoal não pode ficar rico não, não basta ser cassado não, tem que devolver a importância. É muito importante, é preciso que se faça.

Além disso, a grande mudança deve ser a mudança nas estruturas na Legislação. É preciso que haja modificações, não podemos deixar a coisa passar.

Entre as modificações uma das mais importantes é o voto distrital misto. Porque então é a descentralização e a população, o deputado não fica, o deputado de todo o Estado de Minas Gerais ou de São Paulo, ele vai ser daquela comunidade. Vai ser conhecido e controlado. É muito importante, está por um "três". Aqueles que eram contra, hoje não tem mais autoridade moral, então, era bom insistirmos nisso, na necessidade de introduzir rapidamente, já, na próxima eleição tem que ser pelo voto distrital, senão é uma bofetada no povo, é preciso que nós salientássemos através da imprensa, escrita, tornar uma exigência que é fundamental.

Outro ponto fundamental é tornar norma constitucional, todo recurso público, tem que ter publicidade, recurso público não pode ser secreto. Quanto ganha um Desembargador? Todo mundo tem o direito de saber. Quanto ganha um deputado e um senador? Tem que ser aberto ao povo, é a melhor forma de combater o abuso, é a transparência, sinônimo de democracia. É duro! Não vai ser fácil não, mas eu acho que essa exigência ninguém pode ser contra, pois é dinheiro público, o povo tem o direito de saber o que está acontecendo.

Outra coisa, essa é mais dirigida, um fato que está sendo patente e num seminário que se realizou, unindo vários institutos e universidades sobre problemas políticos, é que um dos males da política brasileira é que nós temos hoje, 40 partidos, 19 no Congresso, fragmentados, o que torna impossível a governabilidade. E a grande conclusão que se chegou, nesses estudos, é que ao contrário dos outros países da própria América Latina, nós não temos no Brasil grandes partidos. Argentina tem dois grandes partidos; o Chile tem, o Uruguai tem, a Venezuela, nós não temos.

Então, é obrigação nossa. Eu sou Tucano, sou do PSDB, mas eu sustento que o partido é lei, que é preciso caminhar para um grande partido, para uma convergência democrática, tomando os elementos bons nos partidos que estão se arrebatando todo, eu acho que é responsabilidade de todos nós.

Eu conversei como Presidente da República, que é preciso sempre trabalhar por isso, com Fernando Henrique que foi meu companheiro, meu suplente etc., é favorável a isso.

Então, nós precisamos trabalhar. Eu acho que todos podem aqui dar uma contribuição, estruturalmente o Presidente só tem um partido que lhe dê garantia, que lhe dê apoio, senão ele tem que negociar; e aí vem o tal negócio, eu acabo de receber um relatório reservado da DATAMEC, a direção é nomeada pelo partido tal. Então, o Sr. Roberto Cardoso Alves indica o Presidente, o outro o Sr. Gastone Righi indica, não sei que, e o aspecto técnico fica inteiramente sacrificado, porque deixa o clientelismo, porque foi dado o Presidente apresentado os votos daquele, é dando que se recebe. Havendo um grande partido, isso me parece fundamental.

Finalmente, algumas experiências que estamos fazendo na organização da sociedade. A sociedade civil como nós vimos, tudo que puder ser feito pela sociedade deve ser feito por ela e não pelo Estado, mas a sociedade precisa se organizar, essa participação da sociedade não pode ser anárquica, assembleísmo.

Eu, quando fui governador, de vez em quando recebia lá um grupo, eu quero respeitar os partidos todos, mas em geral o do PT chegava ali: nós somos o povo etc., eu tinha tido 5 milhões de votos, mas 5 milhões de votos? Mas nós somos o povo, mas era um negócio, eles representavam o povo.

Então, é preciso organizar o povo. Criar participação que deve ser organizada e como? A experiência está mostrando que essa organização deve partir do município.

Em matéria de educação, por exemplo, a educação é um problema fundamental. Aqui foi lembrado, é base na educação a alfabetização. A sociedade pode fazer alguma coisa ela educação? Numa escola pública? Não é o governo? É o governo sim, mas não é só o governo não, a própria Constituição diz: a educação é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família. O que a sociedade pode fazer pela educação? Mais do que pode, ela está fazendo muita coisa e pode fazer muito mais.

Alguns exemplos: o BRADESCO tem lá uma Fundação e tem escolas no Brasil. Quantos alunos freqüentam as escolas do BRADESCO este ano no Brasil? Oitenta e cinco mil.

Ora, se o BRADESCO faz isso, por que os outros bancos não podem fazer também? Estão tendo um lucro fabuloso. SINDISCON é o Sindicato da Construção Civil Patronal, ele está patrocinando a alfabetização

no canteiro de obras, em geral em colaboração com o estabelecimento de educação em Minas Gerais, lá com a Organização Pitágoras Tem lá um acordo com as empreiteiras e as empresas, onde eles estão fazendo obras, eles dão aulas e alfabetização.

Em São Paulo a mesma coisa, no Norte, em quase todos os Estados no canteiro de obras está se fazendo alfabetização. Sabe qual é a estimativa? Cem mil trabalhadores estão recebendo essa alfabetização no canteiro de obra. E fundações? Na Bahia descobrimos duas ou três, que têm escolas e matriz, Lions, então, resolvemos estimular isso, mas partindo do município. Estamos desenvolvendo um projeto, eu trouxe um folheto, vou deixar aqui como IPEA. Estamos criando Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social em 10 municípios para organizar a sociedade. Por que esse Conselho? Conselho Comunitário. Está aqui o Estatuto com propriedade jurídica. Ele é constituído por todas as entidades públicas ou particulares que naquele município trabalham nessa área. Esse Conselho nomeia uma equipe de direção e examina os problemas, está dando prioridade a alfabetização. Grande parte do trabalho é voluntário, então, no Conselho são dez cidades: São José do Rio Pardo, Osasco, São Bernardo, Pinamonhagaba, Monganguá, são dez cidades que foram escolhidas. O resultado é o seguinte: eles estão fazendo o levantamento dos analfabetos e eles mesmo se ocupam de resolver o problema.

Por exemplo: São José do Rio Parto, verificou-se que há oito mil analfabetos. Então, a Nestlé que tem lá uma fábrica, tem um programa, assumiu a responsabilidade por 800 deles. De outro lado mais, tem uma Igreja Matriz e um Sindicato não sei que e o Lions que assumiu e ainda tem voluntariado. Quem paga? Para surpresa de você, é a Prefeitura? O Governo

do Estado? Não. A comunidade. Como? Nós fomos à FEBRABAN, são os banqueiros: vocês estão ganhando demais, tem que dá uma colaboração.

Está aqui no folheto, é a Associação dos Bancos do Estado de São Paulo. Eles estão destinando, a cada um desses municípios, no programa de um ano, 500 mil dólares E o nosso pensamento é fazer com que em cada município, os Bancos dêem para o Conselho Comunitário que não tem caráter partidário nem ideológico, estão todos ali, uma parte dos depósitos, zero vírgula, zero não sei quanto dos depósitos para alimentar. São coisas concretas que mostram a viabilidade de uma atuação nesse sentido.

E, finalmente, ligado mais a integração da América Latina, para que a integração não seja feita pelos governos, porque a integração tem que ser feita pelas sociedades; se ficar só nos tratados do MERCOSUL ou tratado de integração, a coisa fica burocratizada. Assim como nas Nações Unidas, o tratado não diz, os governos, diz, os povos de todos os países do mundo se unem. É uma união dos povos. Isso é que é democracia.

Então, na integração da América Latina e do MERCOSUL, estamos preocupados com a participação da sociedade. Por isso estamos apoiando o movimento de jovens, já formaram a Juventude Latino-Americana pela Democracia, ULAM, União Latino-Americana de Mulheres, Comissão de Trabalhadores da América Latina, Empresários-Universidades.

Os empresários precisam menos de apoio, porque eles se defendem sozinhos, mas os outros estão trabalhando numa linha nova, não é momento de desenvolver, mas eu acho que é um tema que se abre. Eles estão se organizando por regiões, a juventude. Que regiões? As regiões hidrográficas. As bacias hidrográficas. Começaram pela Bacia do Paraíba, do lado de São

Paulo e vão fazer no dia 28 e 29 uma reunião sobre a juventude do Rio Paraíba, porque a água, aí está o que confirma quase tudo que vocês disseram. Nós não precisamos de muito recurso que venha de fora, não, nós precisamos é aproveitar os nossos recursos. E a água é o recurso mais poderoso, mais eficiente que existe. O mundo está ameaçado pela falta de água. A América Latina é a região que tem maior reserva de água, três grandes bacias: Amazonas, Prata e Orenoco e há possibilidades enormes de aproveitamento e o Brasil dentro da América Latina é o que tem maiores reservas. E a água serve para o abastecimento da população, abastecimento da indústria, serve para irrigação, multiplicando a produtividade, serve para o transporte, hidrovias que está abandonada.

Euclides da Cunha dizia: nossos rios abandonados servem para produção de energia e não apenas a grande usina, que é condenada ecologicamente, mas as pequenas usinas, micro-usinas, que no Vale do Paraíba já organizaram três abandonadas, que agora no seminário, os jovens vão assumir e vão encontrar emprego para eles mesmos, desenvolvendo ecologicamente aquelas possibilidades. Se é para alimentação, temos 32 milhões de famintos e o peixe é o melhor alimento, está aí "dando sopa" e nós não aproveitamos, ficamos dependendo de coisas, as nossas realidades, nós as conhecemos e precisamos aproveitar.

Eu queria dizer isso, um pouco fora do temário de hoje, mas é fundamental e os que tiverem interesse, nos dias 28 e 29, em Lorena, no Vale do Paraíba, haverá esta concentração de mais de 500 jovens da região que vão arranjar emprego para eles mesmos, desenvolvendo o da região e dando exemplo para outras bacias.

Bacia do Jundiá, Bacia do Piracicaba, Bacia do Alto Tietê, do Médio Tietê e todas essas fórmulas, para que a pessoa possa se inferir na sua comunidade, tomando em conta o recurso natural mais importante.

Eu peço desculpa por ter falado um pouco demais.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Quantas primaveras o Sr. tem?

O SR. FRANCO MONTORO - Setenta e seis.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Ninguém acredita. É a juventude. É a juventude e o meio ambiente, chegou lá.

Eu acho ue muita gente vai querer falar, não é? O Senador Márcio Lacerda está de volta. Eu tenho certeza que alguém vai querer comentar o Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA - Infelizmente eu não pude assistir a exposição do Senador, mas eu acompanhei os programas de alimentação, não só na fiscalização da merenda, mas ele foi um grande estimulador de diversos programas na área da alimentação em todo Estado, inclusive a horta e cozinhas centrais, merendas, padarias com voluntárias, vacas mecânicas e uma série de pequenos animais, uma série de programas, inclusive, nós tivemos oportunidade de fazer o acompanhamento através do CEPAN do São Paulo junto e o IPEA, quando elaborou o documento, uma proposta para subsidiar de centralização da merenda escolar, exatamente em São Paulo, que foi buscar o subsídio. E aí o que nós, inclusive, isso já foi o ano passado, nós tivemos esse documento do IPEA e o que nós detectamos junto com o grupo da Secretaria de Saúde, nós perguntamos os problemas dos pequenos municípios que achei a idéia interessante, foi que a descentralização foi por adesão. Ela, aliás, nem foi gradual, ela começou com uma experiência muito pequena por



três, quatro meses, no ano seguinte geral, com critério de pura adesão. E essa foi a novidade, inclusive, que nós adotamos, propusemos, que foi mais ou menos adotada.

Eu acho até muito por conta da dificuldade de fiscalizar a nível federal. E aí eu acho que a gente cai num ponto, no segundo de uma questão, porque o grupo lá, da Secretaria de Educação, diz que os pequenos municípios não são os que apresentam os maiores problemas na prestação de contas.

Entre nós o Convênio Central surgiu sem barreiras nem condicionalidades, sem anteparos ou condições. Toda tradição sociológica, jurídica e administrativa seculares que desaguaram na Constituição de 1991, foi a do Estado unitário, por isso mesmo a grande revolução inacabada, não é a República, mas a Federação.

Em outras palavras, falta ainda a grande barganha política do contrato, que é o pacto federativo. No que ele tem de mais sensível e característico, que é a repartição constitucional de competências. Não é repartição formal que lança unidade da federação, a inércia e o governo central vai a execução tarefas locais, mas sim aquela substantiva na qual a responsabilidade política da escolha da política pública corresponda a competência legislativa e a competência legislativa corresponda a capacidade da implementação da política e da lei.

O segundo fato histórico é o Estado sem Nação. Quando Tomé de Souza desembarcou na Bahia, em 1549, munido de seu famoso regimento de governo e franqueado de um provedor mor, cleros e soldados, a organização política e administrativa do Brasil, como País unitário, começou a existir.

Tudo foi minuciosamente preparado e assentado, em oposição ao descentralismo feudal das Capitâneas Hereditárias.

Notava-se apenas como disse o historiador lembrado por Konder Comparato, uma ligeira ausência, não havia povo. Foi esse na verdade o primeiro ato de uma longa série de eventos que começou, está no fim de uma incontida impaciência de colher os frutos antes de plantar as árvores. Não se realizava então a república, mas antes fizera presente a ordem jurídica estatal, antes que os poderes intermediários ou espontâneos hoje na sociedade civil operarem para delegar, limitá-la e controladamente poderes ao governante, estamos autoridade estatal, autorizar a atividade econômica, a instalar cartórios, a exigir tributos e impor sua vontade.

O interesse público foi então cunhado para preservar, projetar o Estado, não para tê-lo sobre controle.

Da concepção de políticas públicas, foram escolhidos os destinatários do poder. O produto histórico é o Estado, concentrador da vontade política e da iniciativa legislativa. Planejado e executor submetido a um tênue difuso controle jurídico formal. O valor que se quer preservar enquanto vivo, ainda que tenro para se expandir nas ligas das liberdades em individualidades, seja aquela das unidades locais na federação, seja aquele outro individual, de cada cidadão, ambas na busca de seus rumos na realização dos seus próprios desígnios, ambas com inegável conteúdo político, político no sentido mais crucial de decisão refletida sob os caminhos que justificam a existência mesma do Estado.

Essas duas faces da individualidade contêm intrinsecamente por imposição ética consagrada na história, uma carga coletiva de justiça social

distributiva, valor, mais que instrumento, para, sob o manto da igualdade de oportunidades, ensejar a todos, no pacto político da federação e no pacto moral da sociedade civil, a geração de leis que permitam as Unidades da Federação no primeiro plano e aos indivíduos no segundo, participarem substantivamente do processo legislativo.

A Federação e a individualidade como valores são instrumentos centrais do sistema de controle da vontade do Estado. A Federação corresponde a repartição espacial das competências do Estado. Vale dizer a desconcentração do seu poder para que, manifestando-se este em múltiplas parcelas de menor escala, possam ser controladas a concepção e o processo de decisão das políticas públicas e a gênese legislativa.

O mínimo de eficácia do sistema exige logicamente que tal repartição venha plasmada no pacto constitucional. A norma decorrerá da clareza intelectual, da nobreza de caráter com que se encarem as vicissitudes e os méritos da experiência histórica do Estado no Brasil.

Não se deve cuidar de simplesmente seccionar cirurgicamente Estado, como se fez em 1991, em 1930, em 1946, em 1967, 69 e em 1988, para que com geração espontânea surja o ciclo por simples afirmação constituinte, o Estado ideal.

As experimentações alegadamente científicas que se impuseram ao País no político, no jurídico, no econômico e no social, concebidos por inteligências reconhecidas, algumas vezes, mas nem sempre até bem intencionadas, redundaram no quadro caótico que hoje estupefatos assistem os brasileiros, os mais cultos aos mais iletrados, todos pasmos com a generalização tão extensa de maus resultados das políticas públicas.

A norma, pois, pela qual clama o inconsciente coletivo, há de ser concebida sem preconceitos ideológicos sem sectarismo corporativistas, sem vinculações acadêmicas a teses de concursos, sem ter em conta apenas o dia-a-dia da rolagem das dívidas, mas também essencialmente com alguma visão de longo curso.

O grande desafio político do novo pacto federativo é estabelecer equilíbrio sutil entre a ficção jurídica da igualdade dos entes federados e a realidade histórica da sua desigualdade sócio-econômica-educacional. Será persistir diabolicamente no eu pretender que do pacto político de iguais decorra uma capacidade também igual de concepção de políticas públicas de ordenação legislativa e de incrementação administrativa.

O desafio está pois em conviver com as vicissitudes das gêneses históricas do Estado e da Federação brasileiras. E admitir que, desde igualmente iguais a vontade de multiplicar os entes políticos e administrativos da Federação, há que corresponder na União o novo papel de coordenação de leis e harmonizações de políticas públicas. Não se trata, evidentemente, da União tutora, mediante planejamento dirigista e arrecadação concentrada de receitas. Não se trata por igual e não menos evidente de apenas transferir tarefas e recursos aos pontos capilares da Federação, o equilíbrio está provavelmente aceita a premissa da desigualdade dos iguais e reconhecer a União como depositária fiel de bens e recursos aos quais teria acesso o ente político ou administrativo da Federação, na medida de sua capacidade de gestão.

Essa capacidade local de gestão é central ao argumento. Não se cuida do julgamento subjetivo de tecnocratas da União, muito menos de

submeter governadores e prefeitos, eleitos pelo voto popular direto, a descendência de idiosincrasia de quem estava administrativamente de irresponsável politicamente.

Algumas poucas normas constitucionais, avançam a idéia. Primeiro, a que autoriza Estados e Municípios não a União a dispor sobre incentivos regionais ou sobre a criação de entes administrativos regionais, para organização, planejamento e a execução de funções e serviços de interesses comum.

Outra, que vedasse a União e aos Estados, a execução direta de obras e serviços de âmbito municipal ou intermunicipal, salvo se é comprovado pela União ou pelos Estados, a inviabilidade da execução pelos municípios interessados ou acertados.

Terceira, a que vedasse a União a executar programas de desenvolvimento urbano, inclusive habitação e saneamento básicos e transportes urbanos. Ainda a que licitasse a municipalização do ensino básico pré-escolar rural nos quatro primeiros anos do 1º grau e se atualizasse os demais e contivesse a União no ensino superior de uma pesquisa científica, vetando a atividade suplementar.

Por fim, repensar sadio das competências exclusivas da União e concorrentes das Unidades da Federação, o qual na medida do razoável e do realista tornasse regra principal a competência da União para novas diretrizes gerais e regra de exceção aquela diplementação excessiva e integral da ordem política normativa.

Em outras palavras, a Constituição mesmo, romperia com a inércia do ente federal, afastando a União da execução de tarefas locais e

comentando-as expressamente os Estados e Municípios. Tal exercício pressupõe, mas não menos razoável e realista, revisão da repartição de receitas. A União fiel de bens e recursos caberá o novo papel de utilizadora dos meios e harmonizadora dos fins.

Aqui, a última das normas essenciais ao novo federalismo. O recurso político, ao Senado Federal, casa da federação para sustar os lados formativo ou administrativos da União ou dos Estados, que exorbitassem dos limites da competência de cada qual, fosse para administrar meios ou harmonizar fins em prejuízo da competência de escola em sua execução pelos Estados ou Municípios, respectivamente.

Passo à segunda vertente, a privatização dos agentes econômicos do Estado antes da assembléia revisionista, impõe a par da superação das barreiras ideológicas, a Esquerda conhecida como estatização e a Direita, conhecida como nacionalismo no exame lúcido, do modelo Constitucional de planejamento e controle estatal, hoje consagrado na Constituição.

A Constituição brasileira presta marcante homenagem à livre iniciativa e a livre concorrência, é fundamento da República Federativa do Brasil a livre iniciativa da ordem econômica, é fundamento da livre iniciativa, é princípio a lei de concorrência.

Equilibra ideologicamente a Constituição aquela aparente de vocação literal e individualista comandamente o ponto de vista socializante é também fundamento da República, valor social do trabalho.

Constitui objetivos fundamentais da República um dos movimentos nacional e erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais regionais, a promoção do bem de todos.

Da ordem econômica isso também fundamenta função social da propriedade, a redução das desigualdades regionais, sociais e a busca do pleno emprego. O eleito desse terço de direitos trabalhadores, sem qualquer correspondência no plano constitucional de deveres e obrigações de qualquer sorte.

As disposições constitucionais que explicam o modelo econômico compõem um quadro inequívoco de intervenção estatal permanente mediante planejamento público em detrimento da iniciativa privada.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu gostaria de dar a palavra ao Antônio André para discutir a desmontagem da Ação Social. Esta novela que nós estamos assistindo todas as noites e que pode ter um desfecho feliz. Não é, Antônio André?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ - Com certeza.

Inicialmente, claro, registrar o nosso prazer, a nossa alegria de estarmos aqui, para trazer um pouco do que aconteceu conosco durante esse ano.

Estamos aqui junto com o Agapito, Chefe do Gabinete do Ministério que abriu um espaço muito grande para que pudéssemos realmente tentar resolver algumas questões com os presentes.

Chegamos ao Ministério há um ano e logo fomos informados que existiam duas grandes questões para se resolver. Uma delas chamava-se Conselho Nacional do Serviço Social. E a outra, Lei Orgânica da Assistência Social.

Fomos, evidente, conhecer o que se tratava. O Conselho é fruto da nossa Lei de Assistência que é um decreto criado em 1938, que até hoje vigora

e que instituiu o Conselho Nacional do Serviço Social, um órgão que possui 6 Conselheiros e que registra as instituições da área assistencial.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Quantos Conselheiros você falou?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ - Sete Conselheiros nomeados pelo Presidente da República. Basicamente ele faz três coisas: ele registra as instituições, como decorrência deste registro essas instituições podem solicitar o certificado de identidade com fins filantrópicos e, mais do que isso, com o registro elas podem solicitar importação de bens, sem pagar nenhum tributo.

Chegamos ao Ministério e existia cerca de 15 mil processos de pedidos de registro parados há três anos, porque com a reforma administrativa de 90, cortaram os "jetons" dos Conselheiros e era impraticável, porque essas instituições existem e elas necessitam destes registros, porque sem ele não há como receber subvenções federais e nem firmar convênios.

A segunda questão era a Lei Orgânica. Exatamente uma lei que completasse o tripé da seguridade e que regulamentasse os arts. 203 e 204 da Constituição. O 203 que prevê, que define assistência e que prevê a concessão de um salário-benefício para idosos e para portadores de deficiência.

O 204, que prevê a descentralização administrativa nas ações na área da assistência, competindo à União coordenar e normatizar e aos Estados e Municípios a coordenação no caso dos Estados e a execução também pelos Municípios.

Tínhamos que conhecer o Conselho e nós não conseguimos entrar na "caixa preta".

O primeiro trabalho foi uma Portaria Interministerial do Ministro Brito e o o Ministro Jutahy, no sentido de estabelecer o que seria filantropia,



porque ali era um dos ralos por onde saiam uma série de recursos, porque a instituição que tem o seu certificado de filantropia não contribui com a parte patronal do INSS. Com essa Portaria Interministerial começamos a verificar que nós tínhamos que entrar dentro do Conselho para conhecer de fato o que era.

E logo no dia 29 de janeiro substituímos três conselheiros e colocamos três conselheiros que nós desejávamos efetivamente conhecer como funcionava.

O primeiro Conselheiro demitido foi o Sr. José Carlos Alves dos Santos, mas não era possível nós atendermos a demanda dos 15 mil convênios parados, convênios não, 15 mil processos. Cerca de 12 mil certificados de registros e 3 mil de filantropia, porque é um processo que vai desde a análise da Constituição de uma instituição, até uma série de documentos que são exigidos. Isso demandava horas de um Conselheiro fazer uma análise e com 6 Conselheiros que não freqüentavam nós continuaríamos a não fazer o que não estava sendo feito também.

Então, era necessário que nós buscássemos um princípio de alguém fazer esse trabalho. Nós não tínhamos funcionários para locar, então, procuramos viabilizar uma descentralização, através da LBA, uma vez que ela tem capilarizado uma série de funcionários. E estabelecemos o seguinte: as instituições somente dariam entrada em seus processos através de um dos funcionários da LBA, onde existisse, ou nas Superintendências Estaduais ou nos Centros de atendimento que eles tem por vários lugares do País, de tal sorte que esse processo era analisado, era juntamente com a entidade verificar

se ela existia, se era possível se instruir o processo documentalmente para que ele retornasse, ficasse esse processo de não ter atendimento.

Fizemos essa descentralização. Mas, mais do que isso, no dia 4 de maio, o Ministro cassou do Presidente do CNSS, a autonomia para fazer gestão financeira, transferindo para o âmbito da Coordenadoria Financeira do próprio Ministério. Fazia 20 anos que ele era Presidente do Conselho.

As importações de equipamento pelas instituições foram delegadas para as Delegacias do MEC dos Estados. Não era feito um processo com discussões junto ao Plenário do Conselho. As próprias Delegacias davam essas autorizações sem que chegassem ao Conselho nenhum tipo de documentação e quando eram dirigidas a Brasília eram feitas diretamente pela Presidência do Conselho.

Há uns dois meses chegou um pedido de uma escola privada, registrada no Conselho, quer dizer, uma instituição sem fins lucrativos. Uma escola que pedia importação de 110 computadores 486. Não dá para se imaginar o que aconteceu nos 10 anos de reserva de informática! A quantidade de equipamentos importados sem nem um tipo de controle.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Qual o nome do Presidente afastado?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ - Aderbal Antônio de Oliveira.

Quando começamos a mexer no Conselho, disse que o Ministro ia cair, que aquilo era intocável. Mas um, era o pescoço do Ministro, era o pescoço do Conselho, porque essa situação se colocava impossível de se admitir, não se tocar na questão.

Então, nós descentralizamos para LBA. Centralizamos em Brasília novamente, as autorizações, jogando para o Plenário do Conselho de Importações. Descentralizamos a recepção e as análises dos pedidos de registros e começamos a dar uma certa mobilidade ao Conselho.

No dia 28 de julho terminava o mandato do Dr. Aderbal, que é nomeado pelo Presidente da República. Substituímos a Presidência e verificamos que o Conselho, sozinho, ele não resolveria as suas questões. Nós tínhamos que cuidar da outra parte do problema, que era exatamente conhecer o que era Lei Orgânica. E a única forma que nós tínhamos de resolver o Conselho era exatamente mudando o critério do Conselho e o conceito do Conselho, a exemplo até dos demais que existem na área da seguridade: Conselho Nacional da Seguridade Social, Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Previdência, que permitiria através de uma composição entre governo e sociedade organizada, se conseguir que as definições de política na área existencial fossem mais democratizadas.

A nível de cronograma em novembro, nós trabalhamos com essa Portaria Interministerial, dela resultou o Decreto 752, que definiu linhas do que seria ou não, filantropia, para que nós pudéssemos, à luz desse decreto, rever as concessões e o certificado de filantropia.

Substituímos os Conselheiros, substituímos o Presidente, iniciamos um processo de recepção dos processos via a descentralização, através da LBA.

A gestão financeira passou a ser feita pelo órgão central do Ministério e começou-se então a baixar resoluções que passaram a ser

novamente publicadas pelo Diário Oficial que até então tinham sido suspensas, inclusive essa prática.

Cassou-se as Delegações das Delegacias do MEC, transferindo-se então para a Superintendência da LBA, que estaria vinculada ao Ministério, o controle a nível de cada Estado dos processos que se recebia.

As primeiras análises de prestação de conta foram cassadas a cerca de 5 mil entidades, que desde 1982, não prestavam contas. E agora mais algumas centenas, têm sido cassadas, na medida em que esses trabalhos começam a se desenrolar.

Agora, verificamos que isto tudo era paliativo, porque o Conselho não poderia subsistir nas bases em que ele estava instituído.

O Ministro, por proposta nossa, começamos a discutir a nível do Ministério, a questão da Lei Orgânica. Na Lei Orgânica, existiram vários projetos no âmbito do Ministério, 17 versões, nenhuma delas havia sido encaminhada ao Presidente da República. Vários foram os projetos que traficaram na Câmara, sendo que o projeto do Deputado Raimundo Bezerra, foi integralmente vetado pelo Presidente da República, Presidente Collor, uma vez que a iniciativa deste assunto deveria ser do Presidente da República, do Poder Executivo e não do Poder Legislativo. Tramitavam no Congresso, mas três outros projetos, o Deputado Eduardo Jorge, o Deputado Genaldo Altimin e o Deputado Evilázio Casol.

O que nós propusemos viemos verificar o que não foi feito, ou onde não se conseguiu sucesso para que provássemos essa legislação. Essa legislação tinha uma dificuldade fundamental, recursos para pagamento do benefício. Essa era uma das razões porque a legislação também não atingia a

sua meta de ser aprovada. Mas muitas outras coisas aconteceram. O País se vê frente a uma multidão de miseráveis. Está aí nossos mapas que nos define como cerca de 32 milhões, milhões de desempregados e não era possível de se conceber uma assistência nos mesmos critérios de 1938, eram necessários definições de assistência com uma política pública, onde a própria Constituição estabelece que é um direito do cidadão, o dever do Estado.

Sobre essa óptica, então, identificamos todos os projetos existentes, o Ministro encaminhou o assunto para o Conselho Nacional da Seguridade Social.

No dia 12 de abril houve uma reunião do Conselho de Seguridade, foi criado um grupo de trabalho para discutir essa questão e o Conselho de Seguridade se propunha a verificar se antes da revisão constitucional, nós teríamos essa legislação aprovada.

Dia 14 de abril se promoveu a resolução, promovemos de 4 de maio a 18 de junho 5 seminários regionais, Curitiba, São Paulo, Cuiabá, Belém e Aracaju, um por região. Colocamos cerca de 20 mil pessoas para discutir esses problemas e os textos que já existiam sobre essa legislação.

Criamos paralelamente 5 grupos de trabalho, que fizeram suas pesquisas e estudo, para através de um sistema de comunicação e dos seminários e as propostas que vinham com os grupos, alimentamos e fechamos um projeto, realizamos uma conferência Nacional nos dias 22 e 23 de junho no Petrônio Portela, este texto vindo desta conferência, sentamos com 5 Ministérios: Fazenda, Planejamento, Saúde, Previdência e Bem-Estar. Fechamos um texto básico possível para o Governo.

No dia 13 de julho o Ministro Jutahy encaminhou ao Presidente da República.

No dia 25 de agosto o Presidente encaminhou ao Congresso, no dia 22 de outubro foi aprovado na Câmara dos Deputados; no dia 11 de novembro foi aprovado no Senado Federal e até ao final do mês terá a sanção presidencial.

Este projeto ele provoca uma verdadeira revolução na área social. Exatamente a Lei Orgânica da Assistência Social. Por que razão? Porque ele muda o eixo de poder na assistência. Aquela assistência centralizada em Brasília, passa efetivamente a ser descentralizada através dos Conselhos Municipais, de um Conselho Nacional de Assistência Social, Conselhos Estaduais, todas de composição paritária, com representação do Estado, dos Municípios, da Federação e das Entidades e Organizações da sociedade organizada na área de assistência.

Mais ainda, ele estabelece a concessão desses benefícios, claro num processo extremamente limitado, porque as reivindicações, todos solicitavam auxílio para idosos e para portador de deficiência. Idosos som 65 anos de idade e cuja renda mensal fosse de meio salário mínimo "per capita", portador de deficiência, aqueles com grau de profundidade tal que não possam ter acesso a vida inteira independente nessa integração de mercado de trabalho e cuja renda mensal mínima, fosse de meio salário mínimo "per capita". Esses números indicavam um universo de cerca de 2 milhões e meio de beneficiários, a um custo aproximadamente de 2 bilhões e meio de dólares. Não foi possível se negociar esses valores pela situação conjuntural do momento.

O que a lei estabelece, 70 anos de idade e uma renda mensal "per capita" de um quarto de salário mínimo. Isso traz para o universo de cerca de 400 mil beneficiários. Esse, evidentemente, é um lado que tem maior atratividade da lei. Até se aplicarmos um pouco de reversibilidade dos beneficiários, com certeza ela tem um caráter de uma ação que vai beneficiar milhares de pessoas, mas a parte de centralização administrativa quando se estabelece a criação dos Conselhos, mais ainda, que esses Conselhos, que o Conselho Nacional de Política de Assistência Social é que definirá política de assistência.

Mais ainda, que esse Conselho que estabelecerá critérios de transferências de recursos para Estados, Municípios, bem como para as instituições de assistência social.

Estabelece critérios para o registro das instituições na medida em que para a concessão de um registro obrigatoriamente a inscrição terá que ser feita através do seu Conselho Municipal, sob a fiscalização direta da sociedade local.

Institui um Fundo Nacional de Assistência Social e prevê a existência dos fundos estaduais e municipais; exige para que a instituição ou município receba subvenções ou recursos que ele tenha além do Fundo e do Conselho Municipal, a inscrição do seu plano municipal de assistência social.

O que é que se pretende com isso? Mais ainda, se pretende que o Conselho Nacional de Assistência Social substituirá o Conselho Nacional de Serviço Social, que se extingue. Prevê a Lei ainda, o reordenamento dos órgãos de Assistência Social vinculados ao Ministério.

Nós temos 5 órgãos que cuidam da assistência do Ministério: Legião Brasileira de Assistência, Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, Secretaria de Promoção Humana e o Conselho Nacional do Serviço Social.

A lei estabelece um prazo de 60 dias para que o Executivo encaminhe um projeto propondo a extinção desses órgãos do seu reordenamento.

Este trabalho já está sendo concluído até sexta-feira, no Ministério, antecipando-se à Lei, para que o Presidente da República tenha condições de imediatamente tomar essa medida.

Nós temos no Ministério cerca de 10 mil funcionários envolvidos com esses órgãos. Temos ações totalmente sobrepostas e superpostas. Ações, nós temos 27 Superintendências Regionais da LBA; temos 27 escritórios do CBIA; temos 5 Coordenadorias Regionais do Ministério, administro só na LBA cerca de 12 mil convênios, o CBIA cerca de 3 mil convênios.

Este ano, para dar um exemplo de como é dinâmico esse processo, somente em abril foram feitos os primeiros repasses de "per capita" para os municípios e para as instituições. Repasses e "per capita" para aquelas instituições que prestam benefícios de prestação continuada. E porque só em abril? Por uma exceção, porque nenhuma entidade conseguiu firmar um convênio com nenhum dos órgãos do Ministério. Eram 502 bilhões de cruzeiros em janeiro, depositados no banco. Todas as entidades aguardando estes "per capita", não se podia pagar, porque não se tinha o convênio. Isso se repetiu em junho e se repetiu em setembro.



Agora, somente em outubro que se consegue firmar esses convênios. É a prestação continuada, acontecendo por conta das instituições e é um recurso parado no banco e depois de 3, 4 e 5 meses é que você consegue passar esses recursos com subterfúgios.

Demonstrando juridicamente a situação de fato, criada as intenções dos recursos, as intenções das ações e você não consegue juridicamente fazer esses repasses por conta de uma série de 2, 3, 4, 10 etc., pelas quais você tem dificuldade de firmar esses convênios. Essa é a realidade que nós encontramos e que nós estamos tentando alterar. Essa lei vai fazer com que outros atores entrem no processo de definição de caminhos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Cabe ao Ministério?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ - Olhe, nós com certeza defendemos essa tese, até dissemos isso para o Ministro. Nós defendemos a tese do princípio da Seguridade Social. Eu estou colocando aqui, até com o ponto de vista de algumas pessoas e meu particularmente, porque não tem sentido a existência de tantos órgãos, especialmente na área da assistência. Nós não estamos indo nos limites de propor reforma ministerial, porque não nos compete, mas o reordenamento dos órgãos.

Nosso entendimento é de que seja um órgão único que assuma as missões de cada órgão que atua no campo da assistência, onde a União deixa de executar e onde os Estados e Municípios passam a fazer essa execução. Claro que nós temos que estabelecer um prazo para que isso aconteça. Isso não se faz de um dia para a noite, mas é necessária uma ação efetiva de mobilização da sociedade na instituição desse sistema novo, uma vez que a

criação desses Conselhos é difícil. Nós acreditamos que isso só será possível com as parcerias.

As pessoas mais importantes dessa ação, são os prefeitos. Se não existir uma ação efetiva de parceria entre os prefeitos e a sociedade organizada, nós não vamos conseguir implantar um sistema dessa natureza. E aí, claro, as discussões que nós tivemos aqui, hoje, trazem essas questões. A continuidade que um Conselho desse poderá fazer, apesar das alterações dos cargos eletivos, nós temos que apelar para a sensibilidade do prefeito, sua sensibilidade política, porque efetivamente ele é a pessoa - tanto que ele ganha a eleição -, porque ele é a pessoa de maior sensibilidade política do seu Município.

Evitar os processos de prefeiturização dos Conselhos, estimular o processo de que as instituições, que efetivamente faz assistência no país, participe desses Conselhos. Essas são as propostas que no nosso ver, nesse momento, estão na nossa mesa. E que a lei, nós poderemos depois deixar para se distribuir não temos tantas cópias, mas ela trata basicamente dos seus princípios da definição dos objetivos das competências a nível dos Conselhos, a nível dos municípios, dos Estados, da União, ela fala dos benefícios de prestação continuada que são exatamente para os idosos e portadores de deficiência; fala dos projetos, dos serviços, fala do financiamento, da assistência social e das suas disposições transitórias, prevê esses prazos para sua rápida incrementação.

Eu acho que como provocação, esse é o assunto que nós estamos vivendo o dia-a-dia, a questão de convênios, temos participado de inúmeras

discussões, queremos conhecer as experiências do sistema único de saúde e outros sistemas que estão sendo centralizados também.

Há uma questão muito grande sobre como repassar recursos de uma forma segura e de uma forma que permita esse repasse sem as grandes delongas. Todos estão ansiosos por isso, tanto as instituições como nós também, porque a forma de convênio, é impossível se administrar 15 mil convênios, como eu acho difícilíssimo administrar 5 mil. Fosse um por cada município, não sei se só pelos Estados seriam suficientes, não sei que tipo de poder nós estaremos criando por aí.

O Estado se assegura aqui com o seu papel também de assessorar e de prestar esse assessoramento aos Estados, até no tempo, acreditamos que transitório, para que se forme essa mentalidade dos próprios municípios e Estados pensarem a sua assistência, como é que nós aqui em Brasília, vamos definir como construir uma creche, um espaço de lazer no município, é impossível isso.

Nós temos instituições que têm recursos aplicados e há outras que dependem de boa vontade de seus dirigentes e os recursos as vezes parece ue são mais abafados, são os que ficam mais possibilitados pela sua pressão política, pelo seu espaço, enfim, por uma série de situações.

Enfim, esses mais ou menos, é o quadro de como nós estamos tentando domar o bicho. Com muito esforço, com muita vontade de fazer e basicamente com muita parceria. Não inventamos nada. Os textos que estão aí influenciando para lei agora, para sanção, é aquilo que já se discutia antes.

Abrimos, sim, uma discussão ampla com as sociedades, assim como queremos abrir essa discussão também nesse reordenamento. Porque nós não

queremos criar elefantes grandes e desnecessários, que podem dificultar ainda este processo. É um processo de ser feito com muita parceria.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Inclusive dizer que amanhã nós vamos ter uma sessão especial para discutir a descentralização eficiente a partir da saúde, educação, ação social, saneamento, infra-estrutura etc.

Então, é um dia que vai ser dedicado a explorar mais o problema dessa grande máquina. Mas hoje eu acho que o importante é discutir mais essa questão do gigantismo e dessas iniciativas de descentralização que partem de cima para baixo.

Então, eu gostaria de dar a palavra ao Cristiano para nos falar um pouco sobre descentralização.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Eu só gostaria de fazer uma referência que eu sou paulista. Eu sou de uma pequena cidade do interior de São Paulo. Foi extremamente beneficiada pelo Governador Montoro com descentralização de merenda escolar.

Então, isso funciona, sabe? As pequenas obras, que fizeram um grande governo, Governador Montoro. Minha cidade nós tivemos três estradinhas vicinais que era o nosso grande problema e os controles lá, realmente são feitos, porque antes desperdiçavam alimentos e hoje se faz localmente isso. Nós acreditamos nesse processo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito bem, Cristiano.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Dra. Aspásia, é uma honra para mim vir ao IPEA, entidade que afinal de contas valorizamos desde o meu tempo de acadêmico, de Faculdade de Economia.

Então, estar aqui participando com a Sra. e com a Casa, é uma satisfação.

Governador Montoro, Srs.:

O que eu tenho a trazer e um pouco da nossa experiência no Ministério da Previdência, onde eu agora completei um ano. Primeiro como Diretor de Administração Financeira, aqui em Brasília, da Previdência e os seis meses seguintes na DATAPREV, como Presidente da DATAPREV. Sem dúvida, é uma experiência fascinante, sob o ponto de vista de descentralização, e o Dr. Raul tem acompanhado conosco, um pouco dessa experiência, enfim, eu acho que serve para todo início de debates, algo de importante, significativo, especialmente numa experiência como a nossa, que diz respeito a aplicação de informática como elemento básico, a descentralização e a perspectiva de controle, de disponibilização de informações e democratização da própria informação.

A Previdência Social, acho que todos os Srs. têm consciência da dimensão que ela adquire. A Previdência Social hoje, ela paga 14 milhões e meio de pessoas, a cada mês, em 20 mil agências bancárias e 56 instituições de crédito.

Ela tem 6 milhões e meio de contribuintes, ela paga 2 bilhões de dólares, aproximadamente, em mês.

Eu não sei se a gente tem no mundo uma experiência tão grande, uma dimensão tão grande, num universo tão fantástico de beneficiários, de arrecadação e de controle econômico financeiro, que tem que ser necessário a tudo isso.

De qualquer maneira, a perspectiva que foi dinamizada e isso já começou na verdade pelo antigo Ministro Reynolds, mas foi muito incrementada atualmente pelo Ministro Brito, foi a perspectiva de se informatizar todo o sistema da Previdência Social e dar um caráter muito grande também no próprio gerenciamento que acho que é um aspecto que foi levantado aqui, que é uma coisa muito importante.

A exigência do gerenciamento competente responsável por parte daqueles que têm a seu encargo a administração pública.

Então, acho que isso, a gente também não pode menosprezar. E das experiências do setor público que eu tive onde eu vi esse gerenciamento ser cobrado e ser colocado na forma mais presente, foi exatamente nessa gestão desse Ministério.

Mas de qualquer maneira, como eu disse, a questão da informática, talvez foi o elemento mais importante para se procurar domar esse gigante que é a Previdência Social e que espaiçava, algum tempo atrás, como algo absolutamente inviável de se administrado pela máquina pública. E eu acho que isso talvez tenha sido um dos grandes méritos que se tenha conseguido nesses últimos períodos.

Eu gostaria de fazer uma rápida digressão a respeito da questão da informática, como é que ela tem sido utilizada e até chegando ao ponto de como é que ela tem sido utilizada na área da Previdência.

Nós tivemos até bem pouco tempo atrás, a informática sendo utilizada em atividades meio. O doutor sabe, talvez seja até a doutora, aqui, em relação a isso, mas de qualquer maneira, a informática, enquanto a atividade meio, nós utilizávamos ela como elemento que nós podíamos utilizar

numa atividade produtiva privada, como elemento de fazer arquivos de agilizar nossa contabilidade, não se tinha a utilização da informática, enquanto elemento inteligente que nos propiciasse fazer com que o usuário tivesse acesso direto por meios de informática, à informação e ao controle dos elementos, que diziam respeito a sua própria vida.

Na verdade, isso começou a ser feito muito, pelo sistema bancário, sistema financeiro, especificamente onde a partir de utilização de cartão magnético, nós podemos ir a um banco, a uma agência bancária, pode enfim, estar locada em qualquer ponto do País, com este cartão magnético nós temos acesso através de uma senha à nossa conta e ter acesso a informações de todo tipo. Esse acesso inteligente, vamos dizer assim, a informática, ela também passou a ser utilizado pela Previdência Social.

A Previdência Social, ela funcionava como? Antigamente nós tínhamos até há algum tempo e ainda hoje, nós tínhamos um grande centro de informatização de informática, que é a DATAPREV, justamente a empresa a qual estou vinculado. E a DATAPREV através de grandes computadores, ela tinha um grande arquivo no qual estavam armazenados todas as informações relativas a todos os beneficiários e todos aqueles setores que funcionavam como arrecadação.

Então, a Previdência Social utilizava a informática de maneira eminentemente estática, fazendo consulta a esse grande arquivo que enfim, é composto por várias grandes máquinas que se localizam no Cosme Velho, no Rio de Janeiro.

O que se procurou fazer foi justamente dar um acesso inteligente à Previdência Social, utilizando a informática também aqui de maneira

inteligente, fazendo com que os beneficiários e agora também aqueles que arrecadam as suas contribuições para Previdência Social, dispusessem de um cartão magnético e através desse cartão magnético, eles pudessem, não apenas apanhar o seu benefício, ou final ou início de cada mês, mas que eles pudessem também ter acesso todas as informações maiores, que dizem respeito à Previdência Social.

Então, a Previdência Social passou a utilizar da informática como um elemento inteligente, não apenas como elemento estático de ter um grande cadastro de dados, mas também como ter um elemento inteligente que pudesse dar condições a que todas as pessoas, a que todos os beneficiários, esses 14 milhões e meio de beneficiários, pudessem de alguma maneira, utilizar dos recursos de informática para ter acesso às suas contas bancárias.

Nesse elemento, a perspectiva da Previdência, de utilizar informática em reação a benefícios, dizem respeito ao projeto PRISMA, que é um projeto, faz com que quem tem como pressuposto que todos os postos de assistência social, de Previdência Social no Brasil, são 999, casualmente, que esses 999 postos estejam informatizados pelo menos a absoluta maioria deles. É claro que não tem sentido numa região inóspita do Amazonas, nós termos um posto de Previdência Social conectado "on line" com centros básicos que são processos extremamente caros, mas enfim, a perspectiva é de informatizar, a absoluta maioria dos postos de Previdência Social e a meta disso a ser atingida é até o final do ano. O que possivelmente sofra algum atraso, mas não mais de 1, 2 ou 3 meses.

Então, dos 999 Postos de Previdência Social, hoje nós temos através do Projeto PRISMA, informatização de 642 e desses 642 aproximadamente,



2/3, 1/3 mais 1/3, 378 já tem equipamento, já tem realmente computador, um impressor e esse computador vinculado ao núcleo central. Isso faz com que a concessão de uma aposentadoria, por exemplo, e faça hoje dentro do próprio Posto da Previdência Social.

O indivíduo comparece ao Posto da Previdência Social, através de um sistema que foi gerado pela própria empresa, através então deste projeto PRISMA, que compreende um sistema inteligente, ele dá acesso a todas as informações que o indivíduo traz consigo, comprovando a sua vida funcional e o próprio sistema, ele faz a concessão ou a exclusão. Quer dizer, hoje, nós não temos mais aquilo que seria o perito, em concessão de uma aposentadoria, que era uma figura importante, uma figura extremamente poderosa.

Mas hoje nós temos um sistema, mediante o qual, o indivíduo, um posto, um técnico da Previdência, ele faz o acesso de todas as informações que lhe são solicitadas na própria tela, no próprio "display" do Posto da Previdência e ele na medida que ele vai dando entrada a esses dados, ele pura e simplesmente esgota as informações que são necessárias a concessão do benefício a concessão. Então, do cadastramento da Previdência Social. Isso é sem dúvida uma simplificação fantástica por que a Previdência, não automaticamente, Governador, porque ele ainda é xecado com uma informação contida nesse "mainframe" que fica no Rio de Janeiro, no grande cadastro.

Mas isso como é feito hoje a rodagem é feita praticamente semanalmente, nós temos condições de numa semana, darmos a informação de que a pessoa fica cadastrada, fica habilitada a receber a concessão.

A perspectiva é que no curto prazo se tenha condições de fazer isso até mais rapidamente. Mas hoje, já numa semana, se tem condições. O grande mérito, de qualquer maneira, dessa perspectiva do Posto PRISMA, é que em primeiro lugar ele disponibiliza informação ao usuário.

O usuário chega no Posto PRISMA, ele dá entrada nos seus documentos, ele sabe o que falta ele provar, ele não fica na dependência de uma pessoa que não o seu fulano que sabe tudo sobre concessão de benefício, que ele era uma figura muito específica da Previdência Social.

Era uma figura extremamente valorizada. Hoje com o evento do sistema PRISMA, esse indivíduo deixa de existir e o próprio processo faz então o controle e dá entrada nos dados.

Por outro lado, com isso, abatemos o controle político que existia, porque existia alguns elementos que tinham, claro, com mais rigor ou menos rigor na concessão de benefícios.

Então, nós hoje temos algumas auditorias, principalmente no Maranhão e no Piauí, agora, que conseguiram enfim, fazer através de uma verificação local dos benefícios concedidos, conseguiram fazer cortes que chegam a mais de 60 a 70% em algumas localidades. Por quê? Porque a concessão da aposentadoria era feita de maneira completamente arbitrária.

Então, o controle político passa a ser homogêneo e ele passa a se dar a partir desse próprio sistema de informática. É claro que com isso o controle da fraude fica muito mais automático também. Por quê? Porque se tem condições de saber que as concessões que são feitas num determinado município, Rio Grande do Sul, no Ceará, no Amazonas, obedecem um determinado critério. Documentos que ficam depositados, então, são fáceis de

serem verificados. E todo controle de fraude, ele fica muito mais fácil de ser estabelecidos e ser controlados. Isso por parte do próprio corpo técnico, vamos dizer assim, da Previdência Social. E por fim, a agilização da concessão e agilização do benefício ele fica muito mais rapidamente concedido. Antes, nós tínhamos prazos de 60 a 90 dias.

A própria Constituição fala em prazo mínimo, prazo máximo de 45 dias da concessão. Na medida em que nós agilizarmos o processo, nós vamos ter condições de fazer essa concessão, que hoje é praticamente semanal, nós vamos ter condições de fazer ela ainda mais rápido na medida em que os sistema em que todos os postos passarem a operacionalizar dentro do sistema PRISMA. Isso no que diz respeito a concessão de benefício, no que diz respeito a arrecadação. Nós hoje temos um sistema que se chama o fita-fita. O que é o fita-fita? O sujeito chega para fazer um depósito numa agência bancária, o próprio caixa do banco digita isso a partir do seu controle, do seu sistema de caixa e essa fita magnética é encaminhada a DATAPREV que faz o batimento com isso e apresenta para o INSS o batimento de 48 horas.

Em 48 horas a Previdência Social tem condições de detectar se a Volkswagen do Brasil, fez a contribuição na data que era devida ou não, se a farmácia de um determinado indivíduo no interior de Pernambuco fez essa contribuição ou não, enfim, a agilização do sistema, ela é praticamente automático, isso dá condições para que a fiscalização que é feita pela própria Previdência Social, ela tem uma agilidade enorme em relação aos prazos que existiam anteriormente, que quando se chegou ao Governo, eram de mais de 980 dias.

Os batimentos que existiam entre aquilo que era arrecadado e o controle ele era feito depois de 90 dias e que num processo inflacionário como o nosso e fundamentalmente com a necessidade de agilidade que se tem com relação a recursos, o controle de fraude era uma coisa que praticamente inviabilizava esse controle da arrecadação.

Ainda nesse processo de arrecadação existe um outro sistema que é o sistema Girafa, que ele ainda vai tornar com que as próprias regiões fiscais, tenham acesso às informações. Quer dizer, o fiscal do Rio Grande do Sul, ele tem acesso 48 horas depois, ele recebe uma planilha dizendo quais foram as empresas que contribuíram e isso lhe dá condições então, ao próprio fiscal da própria região fiscal de ter o acesso a informação e fazer a verificação "in loco".

Outros sistemas ainda estão em fase de implantação, como por exemplo, um sistema que liga a Procuradoria. Hoje nós temos com essa agilização da cobrança os fez com que também, uma série de procedimentos, principalmente de arrecadação, tivessem que ser remetidos ao judiciário para cobrança judicial.

Hoje apenas no Rio e São Paulo, nós temos alguma coisa como 150 mil processos em andamento. É claro que o controle desses 150 mil, também é um coisa complicadíssima. E hoje nós temos um sistema também que passa a controlar de maneira automática, vamos dizer assim, com recursos de informática esse procedimento de cobrança. Este é o projeto Alpes.

Enfim, nós vemos aqui, nos vários setores da Previdência Social hoje nós estamos procurando introduzir maciçamente, sistema de informática para fazer o controle e agilização dos procedimentos, sem dúvida nenhuma, o

que se vê é que sem isso, nós não teríamos condições de ter agilidade, de ter de alguma maneira, transparência, que o controle profissional da máquina da Previdência Social como nós temos hoje.

Então, eu não tenho dúvida que esse é o elemento importante a ser agregado ao debate. Realmente, nós hoje com os recursos de informática, nós temos condições, como talvez não se teve antes de transformar esses gigantes, absolutamente cristalinos e passíveis de serem controlados pela sociedade e pela opinião pública.

A DATAPREV como órgão de informática da Previdência Social, ela também não escapou esse procedimento. A DATAPREV hoje tem 5 mil funcionários, a metade deles localizados no Rio de Janeiro, concentrados em torno de um grande equipamento de "mainframe", como dizem aqueles ligados aos setores de informática, que são máquinas grandiosas de grande capacidade, enfim, os sistemas todos da DATAPREV estão concentrados em cima de um equipamento de grande porte que basicamente apenas concentrava informações que lhe eram alicerçadas por pessoas que digitavam em cada Estado da Federação, aqueles documentos que eram passados no papel.

Com o evento da informática dentro do Posto, uma transformação radical também passa a sofrer a DATAPREV. A DATAPREV, por determinação do próprio Ministro, e aí é que eu falo do esforço gerencial, quer dizer, o Ministro bateu na mesa e as coisas aconteceram. Não é, Dr. Raul?

Nós assistimos isso muito de perto, nem sempre de maneira muito tranqüila, mas enfim, hoje temos 5 mil funcionários da DATAPREV, cerca de 900 nos próprios Postos de Benefícios, principalmente nas grandes regiões, São Paulo, Rio, foram muitos, 900 pessoas das 5 mil foram transferidas

diretamente aos Postos de Benefício. Eles receberam treinamento e basicamente, Dra. Aspásia, aquelas pessoas que faziam antes a entrada de dados, elas receberam um treinamento, algo com um curso de 60 dias e passaram a acompanhar a entrada de dados no próprio Posto do INSS. Eles funcionam, não como digitadores propriamente, mas fazem a ligação da entrada de dados, ao recebimento, com recebimentos dos dados do Rio de Janeiro. Eles são os elementos assim, vamos dizer, de informática que vinculam a Previdência Social ao grande depositário de dados que ainda se situa no Rio de Janeiro.

Nós, por outro lado, estamos também fazendo uma política de incentivo, a transferência do Rio de Janeiro para várias Superintendências que nós temos no Brasil inteiro.

Então, nós já temos cerca de 30 dias em execução, um projeto de incentivo, a transferência mediante vantagens salariais e nós imaginamos que entre 200 e 300 pessoas passam a ser deslocadas do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, hoje, a Superintendência do Rio de Janeiro conta com 700 pessoas, a Administração Central conta com outros 1.800, perfazendo um total de 2.500.

Então, a nossa idéia é transferir para Superintendência algo em torno de 200 a 300 pessoas.

A nossa idéia é que com esses incentivos nós estamos alocando na Superintendência um número razoável de pessoas. Então, entre 200 e 300 este, está sendo um processo, que está também recebendo, vamos dizer assim, incentivo indireto pela própria situação vivida pelo Rio de Janeiro, onde ainda, o responsável pelo setor do pessoal me dizia: olha, a cada novo arrastão, a lista engrossa e cresce maciçamente. Enfim, é a realidade que nós temos, mas de

maneira como a entrada de dados hoje se dá justamente nas pontas, é as superintendências Estaduais que nós temos que atender.

Nós ainda estamos desenvolvendo um programa, porque ainda assim, nós vamos ter dificuldades em conseguir contratar mão-de-obra nas Superintendências, vamos dizer assim, mais isolados como Amazonas, como Acre, Rondônia, Tocantins e hoje como nós sabemos que a sociedade dificilmente nos permite a contratação de indivíduos de linchamento ainda maior da máquina pública, nós também estamos procurando fazer algum trabalho gerencial de desligamento de elemento voluntário, através de pessoas que estão há muito tempo na empresa procurando desligamento ou porque não eram optantes do Fundo de Garantia e nós ainda temos remanescente das antigas entidades como IAPC, IAPI e IAPETEC e essas pessoas nós estamos criando também um sistema ainda que bastante oneroso, no ponto de vista financeiro, de fazer com que essas pessoas, enfim, se aposentem conforme o seu desejo, mas nós também gerencialmente estamos induzindo alguns desligamentos em bases e critérios de efetividade, basicamente com base no critério de absenteísmo.

Então, se verificou como toda máquina pública, o absenteísmo é imenso dentro da DATAPREV e com o controle gerencial desse absenteísmo também se está procurando fazer uma política de desligamento seletivo e a nossa idéia é que com essas pessoas que vão ser desligadas, nós tenhamos condições de fazer algumas contratações em áreas fim, sem que com esse pedido de concurso externo, a gente seja esfolado tanto pelo Ministro como por parte da própria opinião pública.

O Dr. Raul ainda me lembra também de procedimento que está fazendo em termos de administração, procedimento de redução de custos violentos, como enfim, processos de vigilância, de limpeza, empresas que prestavam dados e prestavam serviços à Previdência Social, a DATAPREV mais especificamente, e que já estavam na Previdência a mais de 10 e 15 anos e cujo desligamento tem sido pouco traumático, com ameaças de toda sorte, mas que tem sido feitos com economia fantástica por vezes mais de 70% de custos.

Eu volto a fazer referência, eu acho que esse processo de descentralização e nó também demos um **status** diferente às Superintendências que tinham até então, as Superintendências têm uma vinculação política direta à própria Presidência da empresa, o que lhe dá um **status** bem maior do que tinham antes.

A perspectiva de trazer a Superintendência, trazer então, as representações estaduais como representantes da própria prestação de serviços para junto da administração central, tem sido uma coisa muito efetiva, nós temos nos reunido a cada mês e meio e, sem dúvida nenhuma, mais uma vez, a gente nota, a gente se dá conta que a real prestação de serviços se dá nas pontas e que é nas pontas que as coisas residem, é nas pontas que nós temos a verdade. São aquelas pessoas que assistem diretamente o INSS, que convivem com as filas dos postos, que convivem com as reclamações, os beneficiários que não recebem a sua prestação de contas no final de cada mês, enfim, tem sido excelente essa perspectiva de nós trazermos o Superintendente para dialogar conosco, porque estão sendo eles que estão nos ajudando, digamos



assim, a domar o próprio Rio de Janeiro, domar a própria administração central.

Agora, eu faço questão...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Temos duas perguntas aqui.

O SR. FRANCO MONTORO - A sua exposição, aliás, magnífica, se refere apenas a DATAPREV. Eu imaginava que havia dito que ia falar da centralização da Previdência Social, de uma forma geral.

Então, tem outro aspecto, esse que é muito importante, mas é o da descentralização e da participação da própria estrutura da Previdência Social. Isto é, em lugar de ser dirigida como é atualmente, por um Ministro nomeado pelo Presidente da República, a Previdência Social ser dirigida por um Conselho, do qual participaria, por hipótese, três representantes dos empregados, três representantes dos empresários e três representantes do Governo. É um projeto que está em andamento, aliás, no Congresso.

E, ao mesmo tempo, a descentralização no sentido de que, em cada Estado, à direção também caberia a um Conselho, como numa empresa, ao Conselho de uma administração, nessa empresa teria esse Conselho também em cada Estado também uma representação e no próprio município, no município também a direção do INSS seria feita por uma comissão, por hipótese, de nove elementos, três representantes dos empregados, se fosse possível, indústria, comércio e agricultura. Três representantes dos empresários, três dos empregados e três dos empregadores e três do governo; um do governo federal, um do governo estadual e um do governo municipal.

Havia, assim, uma certa autonomia, uma separação, uma descentralização.

Um controle de recurso. O governo deixaria de se ocupar, os próprios interessados com a participação do governo, cuidariam da administração da Previdência Social.

Há projetos em andamento. Qual é o seu ponto de vista? Qual é o estado atual desse outro aspecto da descentralização da Previdência Social?

O SR. CRISTIANO TATSCH - Olha, eu sei que existe uns Conselhos de Administração da Previdência Social que tem tido uma participação muito importante, também estão sendo informatizadas.

O SR. FRANCO MONTORO - Metade da arrecadação da União é a Previdência hoje, não? Praticamente é a metade da arrecadação tributária.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Olha, Governador, é mais ou menos a mesma coisa.

O SR. FRANCO MONTORO - Então, em lugar de isto ficar sobrecarregando o Governo Federal, seria entregue para a sociedade. Então, esses 14 milhões de filiados à Previdência, de certa forma estariam participando de uma forma organizada e participativa da direção da Previdência Social.

Eu tenho uma grande simpatia por essa solução, mas gostaria de conhecer as objeções que eventualmente vocês tenham a oferecer.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Olha, Governador, eu acho que a verdade nós temos até que existe um projeto hoje, enviado pelo próprio Ministério, que está em andamento na reforma constitucional. A idéia é o governo ficar com a aposentadoria até o nível básico e deixar uma aposentadoria complementar a ser custeada por outras entidades, inclusive oriunda do próprio governo.

Agora, eu tenho a impressão que algum nível de centralização o Sr. necessita até para operacionalização, por exemplo, nessa questão.

Eu fecho com o Sr., acho que o seu ponto de vista é correto. O controle do procedimento ele pode ser descentralizado. Eu acho que, quanto a isso, não tenho dúvida.

Agora, o processo por si só, eu acho que ele tem que ter meios uniformes, tanto no que diz respeito ao Arquivo Central de Informações como a procedimentos homogêneos.

O SR. FRANCO MONTORO - Em lugar de ser fixado pelo Ministro, seria fixado por esse Conselho pelo qual estariam empresários, empregados e o governo.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Eu acho perfeitamente viável.

O SR. FRANCO MONTORO - Portanto, as normas centralizadas seriam estabelecidas. Mas, por exemplo, vai conseguir esse benefício, ou não vai?

Então, eles decidem, tem recursos, dá. Se não tem, não dá. Não é o governo que é obrigado a pagar. Porque hoje é o contrário, vai tudo para cima do governo e é uma sobrecarga de responsabilidade que podia perfeitamente passar para os próprios...

Eu me lembro de uma conversa com o Antônio Ermírio de Moraes, há uns dois anos, que ele dizia: "entregue a Previdência para as empresas ue em dois anos ela está moralizada. Nós a organizamos empresarialmente."

Eu concordo com você, mas ponha também o trabalhador nisso, porque ele também é interessado. E essa é, aliás, a opinião dos grandes setores.

Os trabalhadores das Centrais Sindicais são muito favoráveis a essa posição, os empresários também. E da parte do governo eu acho que deveria haver. Isso alivia o governo. Toda carga que cai em cima do governo, hoje, esse benefício, se tiver recurso há cálculos atuariais que devem ser feitos, se poderem dar, dão. Mas quem vai conceder é o próprio INSS, dirigido então, não pelo representante do governo, mas dirigido por um Conselho que seria igual ao Conselho de uma administração de uma empresa.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Eu acho que se isso já tivesse acontecido como o Sr. está apregoando, todos os anos que nós tivemos de superar isso na Previdência, ue foram anos até aqui em função da própria pirâmide etária brasileira, teriam se constituído um fundo que hoje não teria dificuldade nenhuma em pagar esse mínimo para os nossos aposentados.

Ao contrário do que acontece hoje, quando nós temos justamente o início da operação da pirâmide etária, da composição da pirâmide etária mais a recessão que nos obriga a suspender um montante razoável em termos, enfim, de assistência aos desempregados, isso tudo faz com que o crescimento da Previdência hoje, não encontre substrato financeiro.

O Sr. vê, em 1988 nós tínhamos um gasto anual, uma média anual de 7,98 bilhões de dólares. Em 1992 nós temos 14,1 bilhões. Esse ano já tivemos 20,5 bilhões de dólares. O custo da Previdência é ascendente e é como o Sr. disse, ele nem foi constituído um fundo nos anos em ue nós tivemos superávit da Previdência Social, porque esses recursos superavitários ele foi, vamos dizer assim, gastos em outras áreas, o Sr. bem conhece.

O SR. FRANCO MONTORO - E confundia com a caixa do governo.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Em 1994 seguramente, o governo vai ter que comparecer com recursos para cumprir as obrigações previdenciárias que foram assumidas.

O SR. FRANCO MONTORO - Hoje quem decide isso é o Deputado, ele dá o benefício não é ele que vai pagar.

Agora, se é o Conselho, ele é o que vai pagar? Não dá. Ele tem que fazer o cálculo atuarial e se puder, dá. E se não puder, não dá. E acabou. E, veja bem. E o governo não terá responsabilidade sobre isso.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Governador, de qualquer maneira, esse Projeto PRISMA, por exemplo, ele já é um projeto de descentralização fantástico em termos de acesso a informações...

Agora, eu concordo com o Sr., eu acho que nós também poderíamos descentralizar a própria administração do sistema.

O SR. FRANCO MONTORO - É a direção. Direção colegiada.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Agora, de qualquer maneira eu acho, a minha visão é que nós também podemos ter gestores individuais que indique que peçam contas ao órgão colegiado.

O SR. FRANCO MONTORO - Sim, mas o órgão da DATAPREV. Perfeito. Eu fui Ministro do Trabalho. E eu comecei o meu tempo, foi na experiência parlamentarista. Pela eleição. Naquele tempo havia, como você lembrava há pouco, IAPI, IAPC, IAPTEC e IAPM, eram vários institutos. Depois unificaram todos.

Mas nós começamos a eleição dos representantes dos trabalhadores e dos empresários para a direção da Previdência. E os primeiros resultados foram excelentes, porque eles chegavam lá e começavam, a decisão era deles,

depois unificaram tudo e passou para dependência do governo. E aí fez-se essa centralização que foi negativa. Não é?

O SR. CRISTIANO TATSCH - Está certo.

O SR. FRANCO MONTORO - Eu acho que descentralizariam com grande resultado e estabeleceremos a participação de empregados e empregadores, porque são os grandes interessados, eles não vão dar o benefício se não pode pagar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - O Sr. está colocando aqui um problema que tem tudo a ver com a súmula, vamos dizer assim, da nossa reunião. Porque na verdade o que nós podemos nos colocar e nos colocamos hoje, até onde podemos iniciar a descentralização, até onde devemos ir.

Então, na verdade essas grandes máquinas, elas nos colocam essa pergunta, quer dizer, é para simplesmente abolir esse Conselho filantrópico. Aí, essas entidades filantrópicas e deixar que elas passem para órbita do município, ou nós mantemos como a Lei Orgânica está mantendo ainda, essa estrutura federal. Isso, acho que é um ponto importante, porque na verdade o que nós estamos vendo é que o gigantismo que foi a máquina poderosa, esse gigantismo é o reflexo de uma máquina poderosa, que na verdade já se feudalizou.

Eu ia perguntar a você, é o seguinte: quem são esses superintendentes, esses representantes locais, porque o que eu sinto é ue existe uma espécie de disputa feroz dos governos estaduais e dos municípios, para as nomeações "federais", entre aspas, e isso é uma coisa que me preocupa muito porque eu acho que é exatamente o ponto em que nós não devemos descentralizar nem ceder.

Quer dizer, eu acho que nós temos que ceder funções, dentro de uma lógica, dentro de uma lógica descentralizadora, mas nós não deveríamos perder a idéia de que a centralidade federal é importante, inclusive para controlar e para fazer essa máquina ter eficiência.

Então, me choca terrivelmente saber que, por exemplo, o governo federal é obrigado a nomear o seu representante em tais áreas, consultando governador, que o governador escolhe, porque eu acho que quando o governador escolhe, nós não temos mais governo federal. nós temos um simulacro de Estado e nós passamos a ter um poder feudal.

Então, é um ponto importante, porque onde descentralizar e em quê?

O SR. CRISTIANO TATSCH - Eu acho que aí a Previdência tem também uma excelência interessante. O Ministro Brito, ele recebeu e até, digamos assim, ele sempre faz referência a isso, que as suas nomeações não tem tido caráter político, tem tido caráter técnico. E efetivamente ele tem tido carta branca para fazer essas indicações. E normalmente todas, superintendentes do INSS como, principalmente, os superintendentes da DATAPREV, na sua maioria técnicos de carreira, especialmente na DATAPREV, são quase todos, são técnicos de carreira, enquanto que o INSS boa parte deles são fiscais, enfim, são oriundos no próprio quadro e mantidos ou trocados segundo critérios eminentemente técnicos.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Bom. Isso já é uma façanha, porque há 3 anos, quando o Tancredo assumiu, nós sabíamos como foi tudo isso.

O SR. RAUL MILLIET - Os representantes da Previdência Social o papel hoje deve ser pelos Correios, não é isso, doutor?

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Como é? Não entendi.

O SR. - O Dr. Raul está fazendo referência na descentralização a participação dos Correios.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Está certo, perfeito.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Como elemento na descentralização é na participação dos Correios, como elemento também, não só de pagamento, mas eventualmente até de concessão de benefício rural, basicamente, porque, antes se afigura que as nomeações do chefe político local, de quem concedia aposentadoria, isso levou, inclusive, a um antigo ministro, que queria participar hoje, se indispos - o Dr. Montoro conhece o episódio -, de se indispor, porque ele acusou uma outra figura pública de ser o estadista do FUNRURAL.

De qualquer maneira, eu não quero também colocar a minha posição, eu acho que os Conselhos com um pouco da experiência ue eu tenho tido. Eu acho que os Conselhos, ele tem um papel fundamental no controle, Dr. Montoro.

Agora, a minha posição, eu acho que nós temos que ter sempre um gerente que responde pela administração perante esse Conselho.

O SR. FRANCO MONTORO - Quem é ele?

O SR. CRISTIANO TATSCH - Bom, o gerente ou é escolhido tecnicamente, ou é escolhido pelo Conselho, mas, enfim, alguma pessoa que é escolhida como o gestor.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - O "manager".



O SR. CRISTIANO TATSCH - Exatamente, que é sujeito a chuva e trovoadas quanto ao seu desempenho, ele tendo um bom desempenho ele, enfim...

Agora, eu acho que essa figura de "manager" é uma coisa importante.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Essa proposta do "manager" nós não discutimos o suficiente, mas o IBAM ele tem o mérito também de ter trazido essa questão à tona já há muito tempo, para municípios, por exemplo, carentes, talvez até para qualquer município, o modelo americano um pouco de você ter um prefeito que é o gerente, mas certamente que para municípios que tem problemas ou para grandes máquinas como essas, a questão do gerente que vai ser responsável pela eficiência administrativa.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Em alguns momentos eu acho que não invalida a tese, pelo ue nós gostaríamos de...

Eu quero ser um pouco fradinho na história. Eu já também, já ouvi conselhos que escolheram o "manager" e que todos de alguma maneira se locupletaram dessa situação criada.

Eu já vi isso.

O SR. FRANCO MONTORO - E se for só do governo é fácil. Se for do governo do empregado e do empregador, a dificuldade é maior.

Há outro aspecto que me parece importante. Quando eu defendi essa tese, eu fui procurado aqui em Brasília, no Hotel que eu estava, o Hotel Nacional, por dois rapazes que eram vereadores de Jundiaí e disseram: "olhe, em Jundiaí, na Rua do Rosário, funcionam os maiores hotéis da cidade. O

prédio é do INSS. Ele vai da Rua do Rosário até a rua contrária, são dezenas de apartamentos".

Naquele tempo o aluguel era 100 mil cruzeiros. Era o preço de um maço de cigarros, uma coisa qualquer. É um absurdo! Mas como isso é feito de lá, nós não temos como reclamar.

Agora, se houver Conselho aqui, empregados e empregadores de Jundiaí, junto com representante da municipalidade e da Câmara, aí nós fiscalizaremos, vamos evitar muito abuso.

Nós sabemos de muitas empresas aqui, que arranjaram um advogado que é desconhecido aqui, ele propõe uma ação em juízo, ele tumultua as coisas e enquanto isto o pessoal que não está pagando, nós aumentaríamos a arrecadação e diminuiríamos inclusive as fraudes. A participação de empregados e empregadores e representantes do governo local, ajudariam tudo isso.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Correto.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É. Eu acho que, enfim, essa representação de empregados e empregadores, tudo isso, você estava mencionando esse perigo, claro. Acontece mesmo. É esse o grande desafio, quer dizer, você delega para um grupo compacto a gestão e muitas vezes esses componentes se consorciam, não no bom sentido.

Então, eu acho que esse é o ponto também que tem a ver um pouco com corporativismo e também com o tamanho dessas máquinas e com a quantidade de recursos que elas mobilizam.

É assustador saber que existe um orçamento paralelo que vai passar por esse Conselho. Não deixa de ser assustador de qualquer maneira.

O SR. FRANCO MONTORO - A DATAPREV garante a aplicação do dinheiro correto, porque exatamente agora é muito mais difícil. Eu achei magnífica a sua exposição. Dá uma garantia completa, ninguém vai poder fraudar o dado objetivo, poderá haver outro tipo de fraude, mas poderá ser controlado muito mais se o controle for não só do governo, mas do governo, dos empregados e dos empregadores.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Está certo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Sem dúvida.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Eu só acho importante fazer isso que o Governador Montoro colocou quanto a composição dos Conselhos, eu acho isso fundamental, porque nas experiências que eu tenho visto, cada um de nós têm as suas experiências, não existe nenhum setor, vamos dizer assim, abençoado por Deus, imune a essas intempéries, vamos dizer assim, de se macomunar com elemento que é o "manager", mesmo no setor de títulos com populares em alguns momentos, o vil metal tenta.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que, só para completar aqui, no caso da Ação Social, por exemplo, o que me impressionou é ue havia um Conselho. O Conselho era nomeado pelo Presidente da República, e mesmo assim, esses cidadãos estavam lá, há 20 anos, ninguém conseguia tirar.

Então, eu acho que, o ue nós temos que pensar também, é como uma crise pode chegar a esse ponto, em que as estruturas formais de poder, que você olhando e tentando numa observação superficial detectar quem manda, dá a impressão que há um centralismo muito grande, mas na verdade esse centralismo não existe mais. Isso é coisa do Império Romano.

De repente, aquelas estruturas são estruturas de fachada, porque a verdade, nem o Presidente da República nem o Ministro tinham o poder de tirar o Sr. José Carlos de lá, nem o Sr. Ademar, que estavam há 20 anos lá.

Então, é impressionante como há Conselhos e Conselhos. Quando você tem mais poder, não tem mais centralidade de poder, tudo isso passa a ser uma ilusão.

O SR. CRISTIANO TATSCH - Acho que poder tirar, poderia. Mas não sei se queriam.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - No fundo não podiam. Eu tive um encontro rápido com o Ministro Jutahy em janeiro, do qual eu saí profundamente traumatizada, porque eu vi nele uma pessoa sofredora, sofredora como se estivesse à beira do cadafalso, porque ele sabia que ele estava ali, mexendo com alguma coisa que podia ser fatal.

Então, eu acho que um político diante de um cargo público, com pressões e cumplicidade dessa natureza, fica as vezes difícil. De onde se tira essa força? De onde sai essa energia autônoma e soberana do Estado? Esse, é que é o ponto que eu acho que está por trás também da nossa discussão. Não se trata apenas de saber quem faz, é preciso saber quem tem o poder e para quê?

(O Sr. Franco Montoro se retira sob aplausos)

O SR. RICARDO - É pena que o Governador Franco Montoro saiu, porque não o vejo há muito tempo, com essa vitalidade toda, eu que andava meio desanimado com as coisas e tal, eu acho que fiquei animado de novo.

Também me animou muito as coisas que aconteceram na primeira parte aqui, as primeiras falas e é dessa parte que eu estava querendo falar.

Do meu ponto de vista, nós temos que aprofundar a descentralização seletivamente e a questão da Previdência me pareceu que ela deve estar, digamos assim, separada para ser discutida. o restante, o restante deve entrar nessa proposta de descentralização.

Me preocupa o seguinte, Dra. Aspásia: a questão do papel dos Estados. Porque os Estados é aquela estância de poder político da República e aqui nós ficamos discutindo União, Município e Estado. O que nós fizemos com o Estado?

Eu me lembro aqui, parece que foi o Castelo Branco, ele queria acabar com os Estados. Foi na época dele que criou o FM, pois é, vamos acabar com os Estados. Ficamos só com a União Central e os Municípios. Eu acho que é um ponto importante que nessa peça de descentralização que os Estados têm algum papel.

Primeiro, quem está mais perto do Município é o Estado. Então, eu acho que pelo menos um papel de coordenação, também um papel qualquer nessa questão de correção de desequilíbrio. Claro que os Estados não são peças totalmente homogêneas, temos a região de Minas Gerais, tem o Vale do Jequitinhonha, que é uma área deprimida lá dentro, mas que, eu acho que os Estados teriam um papel importante nisso, na questão de juntar os Municípios na questão dos desequilíbrios hiperregionais e interpessoais também. Porque muitas vezes a gente fica pensando, região pobre e região rica. Não é bem verdade esse dilema, não. São Paulo tem muito pobre que merece tanta assistência quanto o pessoal que está lá no Nordeste.

Então, é perceber muito mais a eliminação do desequilíbrio interpessoal do que o interregional. E aí, quando eu falo do pessoal dos Estados, eu gosto de chamar a questão metropolitana e eu falo com muita vontade nisso, porque sempre trabalhei nessa área de planejamento.

A questão metropolitana desapareceu do Brasil, não tem mais, passou a fazer parte da paisagem, se incorporou aí e desapareceu. E eu vejo que os governos estaduais têm uma possibilidade muito grande de conduzir problemas metropolitanos.

Outro ponto que os Estados também teriam um papel importante é na questão da descentralização da justiça. E aí em chamo atenção da cidadania também. Justiça, cidadania, são coisas que andam tão perto e eu acho que os Estados teriam ue ter um papel fundamental nisso.

Quanto a partilha de recursos, eu vejo o seguinte: eu não consigo imaginar fatos geradores de tributação para que cada município fizesse a sua coleta de recursos. Eu acho que isso é impossível, além do que, teremos de considerar o papel de redistribuição da União, quer dizer, aquelas áreas onde não há geração a União tem a possibilidade de complementar isso, retirando aquelas áreas que tem mais.

Nesse caso, então, o que poderia ser feito seria o seguinte: primeiro, tivesse uma redação constitucional dizendo o seguinte: é proibido convênio. Qualquer convênio. A única possibilidade da União transferir recursos espontaneamente para Estados e Municípios seria em casos de calamidade.

Segunda coisa: essa transferência teria que ser automática, segundo os critérios e mensuração explícitos, porque de vez em quando, a gente se

defronta no Governo Federal com uma lista de critérios de transferência de recursos que não quer dizer nada. Não vale absolutamente nada!

Então, ele tem que ter um critério de mensuração que considerasse a questão dos desequilíbrios e aglutinar sempre que possível num fundo tipo FPM, que eu concordo com o Lino também, que é uma maneira eficiente de você gastar o recurso público, transferindo para os Estados e Municípios. E essas transferências automáticas deveriam englobar dentro do possível o maior número de setores, por exemplo, saúde, educação, assistência social, ser tudo feito um bolo só, um fundo só, para transferir, porque se a gente começar a transferir os recursos picadinho, é aí que vamos começar as vinculações novamente.

Então, o sujeito não está precisando de dinheiro para, digamos assim, educação, mas está precisando para saneamento e se a gente começar a fazer essa transferência muito vinculada, teria essa dificuldade.

O último ponto que eu gostaria de colocar aqui, é o seguinte: eu acho essa Constituição de 88 muito detalhada e ela virou uma camisa de força, e eu estou sentindo o seguinte, que está se caminhando para essa revisão para qualquer coisa do tipo seguinte: vamos emendar essa de 88 que ela talvez fique mais detalhada ainda. Então, eu acho, se uma Constituição tem que ser duradoura, ela tem que ser mais geral que a de 88.

Eu me lembro aqui, que o Dr. Franco Montoro falou o seguinte: de repente nós não precisamos de muita lei. Tem lei demais. Nós precisamos é de reduzir essas leis que vinculam todo mundo a tudo. Eu acho que ela tem que ser genérica para ser duradoura e também para existir a possibilidade de

mudança na política pública sem muito trauma. sem necessidade de reformar a Constituição com "quorum" qualificado.

Então. na medida em que se colocam em leis complementares e leis ordinárias. facilitaria mudar o curso da ação. O que não acontece hoje. A reforma tributária. porque é que não sai? Tem que fazer mudança na Constituição toda hora. Isso. inclusive, eu acho que não é um tema que deveria estar na Constituição. Deveria ter algumas redações para o Estado não assaltar muito o bolso do cidadão nem da empresa. mas a questão da tributação deveria ter uma Lei Complementar, não na Constituição como está hoje.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

Eu acho que essa questão dos Estados é uma questão imensa. Eu acho que não deve ser por acaso que a Constituição é omissa, que nós fomos omissos, embora que propositalmente a gente esteja hoje, o nosso pacto pessoal. o nosso pacto interpessoal, vendo a questão pelo âmbito do Município, quer dizer, eu acho que, o que faltou, talvez era uma visão mais clara e nós ainda temos tempo para fazer isso, de como o Município percebe essas relações acima dele. porque na verdade essa idéia desta pirâmide tão bem montada de Municípios, Estados e Governo Federal, cooperando como bons irmãos fraternos, isso é uma grande ilusão, porque na verdade, um tenta comer o outro e nós vamos ver amanhã que a situação da educação é gravíssima, porque houve um retrocesso.

Agora que o Estado se sente ameaçado pela municipalização da educação, ele está competindo com o Município e voltando atrás, em conquistas ue já haviam sido praticamente consolidadas.



Então, eu tenho a impressão que o que está em jogo aqui um pouco, é como o Município vê na sua prática cotidiana, na sua vida cotidiana, como é que ele pode se apoiar no Estado, na sua Unidade Federada ou no Governo Federal para se livrar do jugo dos seus opositores, porque na verdade é o problema da capturação, quer dizer, quem é que captura?

Então, nesse sentido, eu acho que a idéia, a idéia do Estado como alma da Federação ela... quer dizer, nós temos os nossos fantasmas, eu tenho a impressão que é um pouco isso, o Município pode ser coronelista, já foi, e o Estado pode ser política dos governadores, que estamos vendo aí, até hoje isso.

Então, na verdade, todo problema é saber como é que a gente põe o princípio de Montesquieu para funcionar. Alguém mencionou o Montesquieu hoje, eu acho que foi o Torquato.

No fundo são mecanismos de controle mútuos, que permitam a todos como o bom velho Kant havia recomendado, a democracia vai nascer de um equilíbrio pelo terror. Cada um vai controlar e policiar o outro e nesses espaços aí, de liberdade, é que a democracia cresce.

Bom, mas isso são os meus palpites aqui diante das questões que você colocou, como descentralização da justiça.

Eu lamento que o Torquato não esteja aqui, mas enfim, possivelmente outras pessoas vão querer dizer alguma coisa.

Eu passo a palavra agora à Ana.

A SRA. ANA - Eu acho que eu até vou passar a minha palavra, depois eu pego no final, porque você está tentando dar uma focalizada e eu tenho duas questões para o Antônio e outra para o Cristiano e que

desfocalizariam essa sua preocupação. Uma é sobre a experiência do Cristiano sobre o beneficiário, uma política de renda mínima, a la Suplicy, como é que você veria essa possibilidade?

Então, já que estão cadastrando, seriam cadastrados 37 e tem a ver com a questão da política social e a política de assistência e tem uma proposta e nós estamos discutindo essa proposta no ângulo do IPE e tem sido questionado muito a questão da viabilidade operacional e um dos pontos cruciais seria o cadastramento dessas pessoas, ainda mais o cadastramento cruzado como informações de renda e ainda mais que esta renda é rotativa, que dizer, ela vai mudando, uma hora você pode estar com o patamar mais baixo, outra hora mais em cima, você teria que ainda ir fazendo atualizações periódicas da renda, teria que ter alguma centralização desse cadastro ou você poderia cadastrar em vários municípios?

Nós também tentamos descentralizar total, mas aí é complicado, porque é fácil você receber o recurso, é cheque é dinheiro, você receber mais de um município.

Então, como é, já que vocês estão aí tão empenhados nessa questão do cadastramento, como essa renda mínima em a ver com imposto de renda negativo, já foi consultado a Receita que acha que esse cadastramento é quase inviável, mas eu acho que vocês estão avançando muito nessa questão, talvez tenham alguma luz para gente, nesse debate sobre essas possibilidades.

E para o Antônio, aí, não tem nada muito a ver com a focalização, mas porque é o tema do dia que são as subvenções das entidades filantrópicas. E ele diz que foi redefinido o conceito de filantropia e que a filantropia foi

redefinida e foram revistos os critérios para cadastramento das entidades filantrópicas.

Tudo bem, que no futuro, com a Lei Orgânica, elas vão ser cadastradas pelos Conselhos, mas nós sabemos e aí começamos por uma questão de Conselhos que acho que tem parte nessa discussão de Conselhos, na questão de descentralização.

Eu não tive oportunidade de levantar para o Governador, acho talvez que o Edgar pudesse falar muito melhor, que valeria a pena ter lembrado a experiência do Conselho do FGTS, que não garantiu todo esse brilhantismo no gasto.

Acho que o Edgar poderia falar mais sobre a questão da vida do Conselho do FGTS, composição, atribuições, o que foi essa experiência, porque inclusive e os Conselhos municipais? Porque acho que a descentralização da merenda escolar funcionou muito bem no Estado de São Paulo, mas uma das coisas que eram previstas eram criados os Conselhos municipais da merenda. E esses Conselhos na realidade foram muito poucos municípios que criaram.

O Conselho Municipal da Merenda foi uma coisa que não deu muito certo. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem um número relativamente muito pequeno de municípios com esse Conselho, agora, com a Lei Orgânica, vem criar os Conselhos Municipais da Assistência, que são os responsáveis, eles vão levar um tempo, como é que isso fica antes? Quais os critérios que foram revistos que eram só sem fins lucrativos, basicamente? Eu sei quais eram, eu só queria saber quais são os novos e os que mudaram.

O SR. RICARDO - O Decreto nº 752, agora de abril deste ano, foi que pela primeira vez estabeleceu. Então, trabalham-se ainda com o 752, antes eram sem fins lucrativos, tanto que vocês têm aí Golden Cross, Capemi, todos são filantrópicos.

Agora, o que acontece com essa lei aqui? Isso vai ser rediscutido, porque esse decreto praticamente ele está sendo o recente decreto, que saiu a semana passada, na sexta-feira, que com 60 dias tem que ser cadastrado. Veja bem, a gente tem algum problema de comunicação nesse País ainda. A lei estabelece que 60 dias após a promulgação, o Conselho Nacional já define regras para isso; em 90 dias aquele Conselho não vai rever nada, porque é impossível rever.

Então, esse decreto move com essa promulgação da lei. Essa lei só tem 15 dias para ser promulgada. Então, nós não sabemos como é que esse decreto chegou. Tudo que está previsto neste decreto aqui, já está sendo previsto pela lei. Tudo que aconteceu neste cenário dos últimos 30 dias aí, nós já estamos discutindo essa questão desde abril, certo que se acontecer, o que nós queríamos era antecipar e nós antecipamos, felizmente, tanto que acho que maior coisa na área social, o que pode ser feito, é essa lei. Essa lei não está saindo aí, por força de fatos dos últimos 30 dias, essa lei está saindo por discussão de cinco anos e que nós conseguimos consolidar nos últimos seis meses.

Então, felizmente, esse Decreto 752, ele automaticamente se desestrutura com essa lei. Esse decreto que saiu agora, o 984, também, até porque a lei estabelece critérios como vai se fazer isso. E mais, nós exatamente deixamos 120 dias de prazo para que o Conselho Nacional Industrial seja

definitivamente fechado, para não perder o espaço de tempo, senão ficaria sem ninguém, tem ato que todos os dias tem que fazer.

Então, o que tem que fazer? Promulgar a lei e imediatamente se cria o Conselho. Ai ele vai estabelecer as regras de comparar e rever situações, estabelecer os critérios todos.

Agora, só tentando acrescentar na composição do Conselho. A lei já prevê que essa composição do Conselho, ela terá participação mais ou menos com aquela distribuição de usuários, de funcionários, pessoal da área de servidores do setor, ele tem nove representantes governamentais, sendo um dos Estados e um dos Municípios, então, federais, têm no quadro, 7. E as nove representações da sociedade civil, têm os representantes dos usuários, da organização dos usuários, entidades e representações da assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos sob o fórum próprio e o fórum próprio sob a fiscalização do Ministério Público Federal, tendo-se já que fazer com que a composição da parte da sociedade, ela contemple os diversos segmentos novos, inclusive Estados e Municípios.

Mas isso vai ter realmente que se acertar e definir o que é filantropia, que até hoje está um meio perdido.

Olha, a grande questão que todo pessoal da área social diz, é o seguinte: vamos aprovar essa lei da revisão até para firmar isso como um princípio para a Constituição. Eu acho que isso é um avanço.

Eu não acredito que isso poderia ser revisto. Eu acho dificilmente, alguém alteraria o que está tratado nesta lei. Talvez você eliminar os benefícios, o benefício é tão irrisório, eu não acredito que alguém vai ter coragem de fazer, porque o restante é descentralização.

Você pode entrar no problema do princípio da Seguridade. É outra coisa que eu não sei se entra. é no problema da vinculação dos recursos do Orçamento da Seguridade. mas de qualquer forma. isso é uma discussão, acho que pode até ocorrer. Isso vai gerar, inclusive, estrutura, porque a pergunta que a Dra. Aspásia me faz quanto ao Ministério, são muitas as discussões nesse sentido. inclusive o princípio da Seguridade, seria o Ministério da Seguridade. seria o Ministério da Saúde, da Assistência. Saúde e Previdência, seria o Ministério com três Secretarias. é muito próximo isso.

Quando se fala, por exemplo, quem vai pagar esse benefício? Eu não vou botar estrutura para isso. Claro, já existe aí, evidente. Como é que nós vamos pagar? Vamos criar toda uma estrutura paralela para fazer isso? Como é que nós vamos credenciar essas pessoas utilizando SUS e INSS? Nós não vamos botar uma estrutura paralela sob o controle do Conselho Municipal. Fala-se em Conselhos Municipais, de fato, alguns municípios têm 15, 16 Conselhos já criados. É uma proliferação efetiva, entre essa proliferação de Conselhos e ausência dos Conselhos, como é que nós vamos controlar aqui de Brasília essa situação? Eu acho que isso é uma questão a evoluir, vamos deixar os Conselhos até ter uma Federação de Conselhos dos Municípios. Eu não sei como é que vai ser isso, sinceramente.

O SR. - Ricardo, eu sou um técnico da CBIA, mas por que os Conselhos não funcionam? Porque passou a administração e que ficou estabelecido o seguinte: que repasse recursos CBIA, só se os Conselhos e os direitos fossem criados. O que aconteceu? Se está fazendo Conselhos por todo lado, não é verdade? Critérios, normas, não adianta, e você tem que

acompanhar isso muito de perto, porque essa história de paridade é muito relativa também, isso é muito relativo.

A paridade existe mesmo. Acho que isso tem que se acompanhar de perto e tanto é, que as questões governamentais elas chegaram a dar uma força muito grande até para o próprio descaso do Governo Federal, que os recursos que eles recebem são do Governo Federal sim e porque depois que eles recebem o dinheiro, "cospem" no prato que ele comeu, é o termo correto. Acho que tem de se acompanhar de perto e com muito critério, senão, não vai funcionar.

O SR. - Ricardo, só acrescentando umas coisas. Essas questão envolve uma série de pontos:

Primeiro, o CBLA em oito meses teve cinco presidentes; segunda questão: o CBLA em cada órgão, em cada Estado ele tem funcionários que não são suficientes para esse acompanhamento que necessita, enquanto a LBA tem funcionários que poderiam ser repassados para outro órgão, esse processo de troca não existe, esse assessoramento efetivo, essa preparação dos funcionários para essa missão de não executar diretamente, mas fazer com que os municípios assumam de fato isto, não foi feito.

Então, isso é um processo que vai ter que se desencadear, simples lei não resolve. Então, aí a responsabilidade desse reordenamento institucional e de uma reforma administrativa e coloque as coisas mais organizadas.

Tem que ter muito cuidado, porque nós poderemos de fato fazer uma grande mudança na área, se nós não atentarmos para os cuidados que devemos ter que tomar e não achar que uma simples decisão de assinar um papel vai resolver toda questão, não resolve.

O SR. RICARDO - Existe em alguns municípios conselheiros ue são presidentes de entidades. então, eles fazem o projeto. eles encaminham para o Conselho. eles mesmo aprovam. vai para a Prefeitura e encaminham para o CBIA.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Por que que a gente não faz uma grande discussão? Porque o que eu tenho dúvida é o seguinte: conceito de filantropia, conceito de instituição que seja passível de financiamento federal, porque, às vezes é até uma instituição ótima, não há nada de errado com ela, mas o objetivo da instituição, ele é local, ele é no máximo estadual.

Então, o que eu pergunto, é o seguinte: qual seria o critério para aprovar essa instituição?

O SR. - Você me permite um instantinho? Por gentileza.

Primeiro, eu acho que vocês conseguiram no Ministério, foi um avanço muito grande na redefinição desses conceitos.

Agora, em segundo lugar, acho que estrategicamente o que se quer é que esses recursos sejam cobrados, tributados e não saiam do próprio município. Essa é a municipalização de fato que se quer. Evidentemente, você pode ter um período de transição, onde alguns convênios ainda perdurem e ainda sejam necessários.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Lógico.

O SR. - Mas a definição das entidades filantrópicas que devam ou não ser utilizadas como braço da administração pública, essa definição deve ser feita pelas secretarias dos municípios, pelas secretarias estaduais, em ações integradas de política social, porque do contrário, você não vai conseguir ter uma integração e essa superposição que você se referiu,



tem o caso mais engraçado e triste ao mesmo tempo, na Rocinha, onde você tem CBIA, LBA, Secretaria dos Movimentos Social do Município, Fundação Leão XIII, UNICEF, Igrejas das mais variadas possíveis, atuando na mesma favela.

Eu, por acaso, tenho aqui. *Ações Integradas de Assistência aos Menores do Rio de Janeiro*, um projeto que foi entregue ao Governador Moreira Franco, em 1988, que nunca foi posto em prática, porque só no Estado do Rio de Janeiro nós temos cerca de 15 mil funcionários atuando na área da Assistência Social, que se atuassem de forma integrada, evidentemente geraria uma economia de custos e uma potencialização na sua atuação imensa, e isso não é feito.

De qualquer maneira, eu acho que você tem de redimensionar os seus objetivos de longo prazo médio prazo. A longo prazo, não há dúvida que a municipalização radical.

Agora, o fundamental é definir o seguinte: o que nós vamos fazer com esses 15 mil convênios a médio prazo? Essa me parece ser a questão central.

O SR. - Sem dúvida. Hoje nós temos uma situação que não nos acode e nós vemos ao longe uma situação que nos poderá atender, mas ainda tem o durante.

Eu tive uma experiência muito rica este ano. Foi exatamente um Conselho, Conselho Nacional da Seguridade Social, quem fez isso foi o Conselho Nacional da Seguridade Social, quem promoveu esse debate para chegar a essa Lei Orgânica, foi o Conselho Composição da Portaria, isto pode ser uma grande invocação para que essa discussão seja aberta, não é o

Conselho sozinho, ele não resolve essa questão. Ele encampou discutir essa lei, ele apoiou em todos os momentos essa lei e com certeza, nós vamos instituir o Conselho Nacional de Assistência Social com esse mesmo espírito.

Essas questões têm que ser discutidas abertamente. Como é que se vai definir filantropia, nunca se fez isso e o Conselho também não tem especialista para isso não. Quem sabe, esse início de processo entre o social, o fiscal, o econômico, o tributário, a descentralização, que até então funciona como colocado em uma situação, ele não participou de mesa nenhuma em discussão. Essa é a realidade.

Então, isso aqui é uma invocação muito grande. O social está aqui presente e trazendo algumas idéias. O debate tem que ser aberto.

Nós recebemos um decreto e aí, pela cabeça e um decreto inócuo, porque se o Presidente sancionar esse decreto até amanhã, esse decreto morreu de sexta-feira. Eu não estou criticando o Presidente, não, longe disso, eu acho até que ele teve a coragem de mandar isso aqui, que até agora ninguém teve a coragem.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Lembra só aqui para mim, qual foi o decreto que foi aprovado assim? Eu, inclusive, sinceramente me impressionei, porque na minha simplicidade eu acho que devia ser tudo abolido, mas tudo abolido. Começa tudo de novo, aliás, por 30 dias a gente fica as vezes pedindo recursos às pessoas de bem, as instituições de bem, desse País, ficam pedindo recursos, são descontigenciados, são esquecidos, abandonados etc. e de repente com tantas regalias que essas instituições estão tendo, tanto respeito, eu senti que elas são tão respeitáveis por esse decreto

que realmente eu estou com você, eu acho que devia simplesmente começar tudo de novo. Deve ser mais fácil.

O SR. - Aspásia, só duas coisas:

Nós conversávamos no Rio, primeiro lugar: por que o IBGE no último censo retirou a pesquisa que faria do universo das pessoas portadoras de deficiência? Retirou por motivos de economia, não sei se vocês se lembram disso que, evidentemente, foi um crime, porque hoje nós sabemos, só de orelhada, porque o único Estado que fez uma pesquisa por universo e que bateu mais ou menos uns 10% que a ONU estima, foi Santa Catarina.

Agora, é muito perigoso esse período de transição, porque nós sabemos, inclusive, a própria Constituição de 1988 no que se refere a Assistência Social, tem uma dubiedade, proposital, que é fruto do corporativismo da LBA, no que se refere ao papel dos governos estaduais e o papel dos governos municipais estão superpostos na própria Constituição de 1988, porque na hora "h" em cima da perna mudou-se o texto constitucional.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É verdade, é absolutamente verdadeiro.

Só um minutinho que eu vou dar a palavra para o Paulo Henrique.

O SR. - Paulo Henrique, você concorda sobre a questão do texto de 1988?

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É essa dubiedade aí, a gente lendo a Constituição é fácil ver que aconteceu alguma coisa estranha. Existe uma especificidade do município que o Estado não tem, é como se o legislador de repente estivesse cansado, simplesmente entregou os pontos.

O SR. - No caso da assistência social, o Estado tem uma atribuição similar a do Município e foi esse o casuísmo existente.

A SRA. ANA - Agora, só completando.

O Estatuto, não sei como vocês estão considerando isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que os Conselhos Municipais cadastrassem e registrassem as entidades filantrópicas que atendem a criança e o adolescente.

A maioria que nós fizemos pesquisa, inclusive do IPEA, mostram que essas entidades que atendem as crianças e adolescentes são as mesmas que atendem o resto da população, e não aconteceu.

Em São Paulo, alguns municípios estão começando e é um trabalho de cadastramento dessas entidades, não sei se não vai cair uma superposição de cadastramento nos Conselhos de Assistência e nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e é engraçada a palavra filantropia, porque ela vem do grego "filantocos", já é uma palavra que na antigüidade significa apaixonado pelos pobres.

Nós temos um trabalho lá pelo IPEA, discutindo sobre a questão da filantropia e ela vai ter que passar pela discussão de pelo tipo da prestação de serviço e do tipo de subsídios e de incentivos que vão ter. A discussão vai ter que passar por esses dois lados.

Importação com isenção, isso não é o que as entidades realmente filantrópicas e assistenciais precisam, eu acho que deve cruzar que tipo de subvenção, para que tipo de finalidade, os recursos poderão ser utilizados e quais são os critérios? Eu acho que essa discussão tem que ser dos dois lados, não é só a redefinição.

O SR. - Ela está sendo discutida como nunca foi. E ela até hoje não foi mesmo. A definição do Decreto 752 ele é decorrente dessa Portaria Interministerial de novembro de ano passado. O decreto saiu em março.

Então, pela primeira vez se colocaram algumas regras para poder se decidir a partir daí, o que seria a entidade filantrópica ou não. Isso tem que ser aberta.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Vamos deixar isso para amanhã Cristiano, depois eu te dou a palavra.

O SR. - Infelizmente eu tenho marcado 7 horas um compromisso.

Eu só queria sair, com a pergunta da Ana, com relação aos 37 milhões de pessoas que seriam cadastradas. Eu só diria o seguinte: para manter um cadastro desses 14 milhões e meio de pessoas de cada mês cadastrar 150 mil pessoas, fazendo esse cadastramento por dia, no prazo de menos de 45 dias, isso é um processo que caminha pelo menos, sei eu, uns 15 anos!

Os sistemas para isso são extremamente complexos. Eu digo o seguinte: acho quase impossível esse tipo de formulação, querer cadastrar 37 milhões de pessoas num prazo relativamente limitado. Sob o ponto de vista técnico operacional, é claro que o técnico de informática deve falar melhor do que eu, de qualquer maneira me parece ser complicadíssimo, sob o ponto de vista operacional, tanto fazer como manter um cadastro desses. Quer me parecer, sob o ponto de vista econômico, que é muito mais razoável, você

formar uma política de emprego, uma política incentivada de emprego, uma política mais dinâmica, direcionada, mais aguerrida de criação de emprego, acho mais barata, mais fácil de operacionalizar e fundamentalmente mais imune a fraude. Imagine o cadastramento de forma galopante, 37 milhões e meio de um universo que é mutante.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que aí volta essa questão com renda mínima do problema, se não é melhor do município a partir do município. Acho que a partir do município, Raul, diga o seu nome.

O SR. RAUL MILLIET - Acho que mais justo do que essa Lei Suplicy, seria evidentemente, o que o Dr. Cristiano levantou, incentivar uma política de emprego e reforçar aquele benefício, que no âmbito da Seguridade Social, é mais importante. Que é o Seguro Desemprego, este sim, que é o principal benefício que, no âmbito de Seguridade Social os setores progressistas devem se bater.

A SRA. ANA - Essa discussão do mérito da proposta acho que aí é outra discussão com uma exposição dessas de cadastramento de 14 milhões.

Esse é um projeto que e for aprovado deve ser defendido publicamente com pessoas como Simonsen, Delfim Neto e outros tantos economistas, para defender publicamente.

O SR. - Olha, Ana, aprendi várias coisas. Já há alguns anos que eu estou no Ministério da Previdência, um projeto como esse quebraria literalmente a Previdência num momento de recessão como esse. Seria inviável do ponto de vista, por parte do Estado, manter um projeto como esse. Inviável e altamente demagógico.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que esse projeto se eu entendi bem, é um projeto que implica cancelamento de toda e qualquer atividade como essa de filantropia que a gente está discutindo, quer dizer, quantos bilhões você falou, oito bilhões de dólares? Quantos bilhões vão nessas subvenções aí, dois?

O SR. - Veja bem, 400 bilhões de dólares. Esse projeto aqui, custa 400 bilhões de dólares-ano e mais ainda.

Para conseguir negociar esse projeto, nós estabelecemos um outro convênio: que o benefício para portador de deficiência vai ser pago até 12 meses; e para idosos, até 18. Quem vai pagar é o próximo governo, para que nós pudéssemos - para ver como a assistência é fraca, quando coloca os novos argumentos -, começar discutir, essa foi a condição.

Elevamos para 70 anos, corte de pobreza, um quarto do salário mínimo e os benefícios pagos a partir de 12 e de 18 meses, quer dizer, quando o País estiver em franco crescimento, é que nós já vamos começar a pagar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - A diferença desse projeto deve ser encaminhada pelo Executivo e o outro vai ser aprovado.

O SR. PAULO HENRIQUE - Na discussão sobre um novo pacto, que tem que ser enfatizado e ver suas conclusões, suas articulações, um seria o aspecto de centralização propriamente dita; o outro seria a questão da reciclagem.

A questão da descentralização, propriamente dita, eu diria, é necessária a discussão sobre competências e recursos em mãos da União, Estados e Municípios. E é claro, é justo que isso deveria ser feito em discussão

de novo pacto, porque a tentativa de fazer em salto dinossaurico, 40 anos chegarmos ao patamar de País industrializado em pouco tempo, depois realmente é uma ampla frustração que deixou os Estados e Municípios.

Essa questão da descentralização propriamente dita, que nós tratamos com vistas mais tradicional. Dentro do Estado e das distâncias como se distribui as competências de recursos. Claro que essa discussão sobre descentralização propriamente dita, no sentido mais restrito, ela tem tido eficácia quando se fala de sociedade que estão funcionando mais ou menos no sentido de descentralização, na França ela funcionou mais ou menos com a sociedade mais articulada sem processos mais profundos, existem ordem de articulação. Não funciona a descentralização no sentido restrito, ou funciona em sociedades agrárias, como na república oligárquica, onde existe uma pressão urbana de movimento organizado por participação.

Então, era fácil dentro das oligarquias em jogos oligárquicos, você descentralizar as tarefas concernentes à União, Estados e Municípios, você tem que refazer o processo hegemônico, essa é a questão da descentralização.

Ora, existe uma outra questão. A questão da recentragem, recentragem do poder, recentragem dos processos decisórios e aí ele é mais profundo, porque implica que se repita em quais são os novos sujeitos, políticos, desses que vão construir a ordem social. Essa discussão sobre recentragem, se não se avançar e ficar andando aí, sobre a questão da descentralização, nós vamos partir para conseguir mais conselhos e mais conselhos e esses conselhos terão até novos mecanismos de rearticulação da lógica, do clientelismo e do corporativismo.



A única forma que nossos mecanismos e nossas ações possam significar o rompimento com a pia lógica do clientelismo e nós abriremos espaço para saber que os novos sujeitos possam se articular do plano visível da sociedade política.

Eu dou um exemplo bem concreto para não ficar no abstrato sobre a questão do que estão vivenciando em Pernambuco, a crise da zona açucareira, está em degenerescência rápida, rápida. Hoje em dia tem mais de 100 mil pessoas já desempregadas!

Há tendências, várias delas estão fechando e acho que em janeiro, talvez que já tenha fechado o setor industrial, porque não tem cana, porque o pessoal não adubou, porque descapitalizaram e vários outros motivos, são completamente inviável do ponto de vista financeiro.

Então, de um lado, está sacrificando nessa área o desemprego enorme, do outro lado está processo de pecuarização, alguns grandes proprietários de usinas fornecedores, não mais se interessaram pela cana de açúcar, estão começando agregar, inclusive gado extensivo mesmo uma lógica extensiva, do outro lado, o sindicato dos trabalhadores numa situação completamente sem saber o que fazer. É um sindicato pobre com vista política, mas que foi construir sua historiedade dentro de uma sociedade organizada, sistema açucareiro, funcionava pela greve, por isso e daquilo, de repente o sindicato dos trabalhadores está fazendo face a uma sociedade anônima e está se desfazendo e ele não tem propostas para repensar a sociedade.

Ora, face a isso, então, o quadro das instituições tradicionais também não funcionam, porque esse setor que se reproduzia através de dois órgãos federais andológica descentralização anterior, o Instituto do Açúcar e

do Alcool e depois veio o INCRA, tentando regulamentar a relação do capital e do trabalho, nenhum nem outro, não funciona mais.

O sindicato dos trabalhadores se diz preparados para enfrentar a questão da crise. O setor açucareiro de um lado ele funciona com cinismo bastante caracterizado que ele não tem mais nada a perder, porque o déficit é muito superior à usina. o que eles tentam, deixa a coisa funcionar como funcionar, enquanto puder tirar dinheiro do banco. vai tirando.

Existe outro setor que já está passando para a pecuária.

Ora, é um quadro de anomia generalizada que não adianta criar conselhos a nível estadual e municipal, porque funcionar como a nova lógica e nova lógica corporativista.

Por outro lado, o setor privado por ele mesmo não toma nenhuma iniciativa, então, ou se faz para a recentragem do sistema político local, o que significa colocar numa mesa os trabalhadores exatamente interessados, as populações locais que não têm nenhuma área de plantio nem para sobreviver, as populações dos municípios da Zona da Mata.

Os empresários e mais o Governo Estadual, Governo Federal e Municipal, que têm competência e tem têm funções e deve discutir um novo processo, uma nova forma de pactuar a reconstrução dessa área, que não pode ser feito nem para um lado nem para o outro, quer dizer, que não pode trabalhar com a questão da excludência, ou seja, a descentralização e a recentragem como essas duas coisas podem funcionar conjuntamente.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É. Eu acho isso perfeito, quer dizer, eu acho que nada vai substituir o fato de que uma sociedade só funciona quando ela tem um dinamismo econômico, ela tem atores econômicos. Até

para você, a luta de classes, conflito de classes, no fundo é isso que a apropriação de um processo que tem um protagonista. Se você não tiver um protagonista você dissolve a coisa.

Agora, o que eu acho mais grave nisso tudo, isso tem muito a ver com o que o Edgar comentou, é o problema que nós não sabemos, efetivamente não sabemos, não há consenso sobre como é que nós vamos reduzir desigualdade nesse País.

A gente parece assim, realmente barata tonta, nós estamos tentando várias coisas, pensando várias maneiras, mas o resultado que eu vejo à minha frente nas discussões que eu tenho participado hoje mesmo, é uma coisa caótica, porque são mil maneiras de fazer, você pode fazer através de identidades, você pode fazer através de entidades, através da renda mínima, você pode fazer através dos desequilíbrios, através das compensações das políticas compensatórias e eu acho que é um desafio imenso nesse País, inclusive o Edgar colocou um problema que eu até gostaria de polemizar um pouco.

Eu acho que no fundo, no fundo, tem que ter um mapa mesmo. Essa coisa do mapa, porque um País deste tamanho, você precisa ver o mapa, porque isso são "spots", são manchas ou são zonas contínuas, você pode ver uma zona contínua de mil municípios ou de cento e poucos municípios, como é lá o Jequitinhonha e eu acho que isso é que é o problema, porque se você tem meia dúzia de pobres num Estado rico, ou numa cidade rica, eu acho que isso não é problema federal não. Isso é um problema que a cidade resolve. Isso só vira problema federal, quando você tem imensos quistos de pobreza,

imensos quistos, municipais ou contínuas municipais, dentro do Estado que são eles mesmos pobres. Aí você tem o problema, quem é que vai resolver?

Três municípios paupérrimos no interior do Acre, quem é que vai resolver? O Acre é dependente, o município é dependente, então, eu acho que aí, nós temos configurado uma situação crítica. Eu acho que essas coisas, os mapas, eles ajudam a gente a ver isso.

Zonas contínuas de pobreza é objeto de intervenção federal, intervenção nesse sentido de corrigir desequilíbrio

Eu acho que isso seria, a meu ver, o que seria um Governo Federal digno desse nome. Por exemplo, se você está desmontando a Zona da Mata, se há um processo de desmantelamento que envolve 100 mil pessoas de uma área de atividade econômica que perdeu essa atividade, eu acho que isso passa a ser a questão emergencial do Governo Federal com os Estados respectivos. Isso é razão para reuniões, para conselhos, como resolve, para "managers", para ativar os bancos internacionais.

Eu acho que é nisso que esse País é responsável, porque a gente nunca viu essas coisas acontecerem dessa forma. A gente só viu o dinheiro na miudeza, na miudeza do município, na miudeza do anonimato da pobreza.

Eu acho que realmente esse é um tema enorme, importantíssimo que eu não tenho clareza sobre ele, eu acho que nesse ponto a nossa reunião de hoje, ela, assim como se diz, botou um pouco o dedo na moleira.

Eu acho que a gente ficou patinando nessa questão, como é que resolve isso. Eu acho que o Governo Federal tem obrigação de resolver desequilíbrios regionais, mas não desequilíbrios tópicos. Um pobre que está em Campinas, eu acho que esse pobre, com todo respeito, ele não tem a menor

importância, porque Campinas resolve. É uma cidade muito rica, naquele momento está muito rica, pode ser que daqui há 30 anos seja pobre, entre num processo de decadência.

Então, eu acho que essa questão das regiões decadentes em países continentais como o Brasil, Estados Unidos, Rússia, China, Índia, esses são os grandes problemas.

Como é que você lida com essas coisas que desmontam e que simplesmente têm custos sociais muito altos? Mas, enfim, eu acho que esse é um outro problema.

Eu tenho impressão que o Zé Lino vai se preparar aí, para fazer uma grande síntese, Ibam, dessa nobre reunião, que está terminando.

O SR. - Pequenas observações, mesmo como falou o Edgar. O problema do Estado, o problema da União são realmente... Você está falando de países grandes.

Há pouco eu vi exemplos de um país muito pequeno, da Holanda. Em abril eu estive na Holanda, visitei uma cidade chamada Einsk e depois da guerra, a cidade foi em decadência, porque a indústria têxtil européia entrou em decadência e aquilo passou a ser não um problema local, deixou de ser um problema local para ser um problema do país, um problema nacional, a salvação de uma cidade.

Eu acho que isso é mesmo uma função do Governo Federal e dos governos estaduais resolver esses problemas regionais, porque estão muito além das possibilidades do governo local resolver. Aí, é a questão da escala da possibilidade do governo local resolver bem.

Ainda com relação ao Estado, no Brasil, os Estados federados sempre ficaram chamados poderes remanescentes. Aquilo que não é da União. Especificamente da União, o que não é especificamente do município, então, é do Estado. E dentro disso, acho que há muita coisa, um papel importantíssimo para o Estado realizar. Há um papel significativo, a questão das comunicações, das estradas, interligando as regiões dos Estados. Há muita coisa aí que pode ser feita, da segurança, tem muita coisa para realizar, certas pesquisas, o ensino do 2º grau e assim por diante. Acho que há um campo bastante grande, bastante importante para atuação do Estado.

Uma outra coisa que o Edgar levantou e que eu acho importantíssimo e que a questão não vem sendo tratada de alguns anos para cá com a seriedade que ela merece, é a questão das regiões metropolitanas. Há certos problemas das regiões metropolitanas que não podem ser tratadas como questões locais.

Questões locais - quando nós falamos dos transportes, quando nós falamos do uso do solo, não são questões locais, da água e muitas outras e tem que ser tratadas até com metas e essa é mais uma oportunidade de darmos o tratamento adequado aí.

Há alguns anos, anteriormente, essa questão era tratada, o governo federal estabeleceu as normas, agora remeteu para os Estados o tratamento dessa questão. Alguns Estados fizeram, mas tem algo que dificulta o funcionamento, porque no meu entender a Constituição deveria indicar quais são os serviços que devem ser tratados no plano metropolitano.

Uma outra questão importante, é que hoje, nem no passado, nem hoje, os municípios da região metropolitana têm obrigação de contribuir

financeiramente para o tratamento dos problemas metropolitanos. Isso é muito importante que eles contribuam, que eles participem dos custos desses serviços. Resolver o problema do lixo, não deve ser um problema do Estado, dos Estados investirem, deve ser um problema da região metropolitana e todos os que estão envolvidos com a questão, devem investir na solução daquele problema. isso me parece extremamente importante essa questão que o Edgar levantou.

O SR. - Raramente os serviços metropolitanos são muito diferentes de lugares. Me parece também que o Brasil é um caso único de que todos municípios são iguais. O menor vai do Acre até São Paulo. E essa questão de grande diferenciação poderia ser levada em consideração de maneira genérica ele investiu no aperfeiçoamento do microprofissional.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Aquela idéia da matriz, não? das matrizes pelo tamanho, pela pobreza, pela renda e por essas características que você expôs na sua exposição, você enfatizou.

O SR. - Os problemas metropolitanos, são problemas gigantescos, se avolumam. Resolver os problemas do transporte na região metropolitana não é a mesma coisa que resolver o problema do transporte em Anápolis. Ele toma outras dimensões muito mais sérias, muito mais caras, muito mais difíceis. Então, isso deve receber um tratamento especial e é importantíssimo.

As regiões metropolitanas estão ficando caóticas, inteiramente caóticas: Rio, São Paulo, por essas dificuldades de articular soluções e ações.

Aqui, no final da discussão, quase no final da discussão sobre Assistência Social, acho que veio à tona a questão das competências

concorrentes. Foi você que mencionou que no Morro, lá na Rocinha, então, nós temos várias entidades em três níveis de governo, atuando ao mesmo tempo, além de entidades privadas. Isso é disfuncional e parte deste problema decorre de uma falta de definição de competência governamental.

Eu acho que a assistência social é uma função local e ela deveria ser tratada pelo município. Se o município pede um concurso de entidades privadas para fazer isso é outra história, ele fazendo, ele deve controlar as ações dessas entidades, mas não entrar entidades federais, estaduais e municipais mais as privadas para desempenhar a mesma função.

Então, nós criamos aí, uma concorrência. E é muito comum, eu já notei isso, as entidades disputarem clientes, quem é que vai ser cliente. às vezes as pessoas dizem, hoje é o dia de tal entidade, terça-feira é o dia da entidade tal, a quarta-feira ir a tal entidade e a quinta-feira na outra entidade.

Então, isso decorre em certa medida, dessa confusão, dessa concorrência, dessas competências concorrentes entre níveis de governo, mas falamos muito aqui hoje também, sobre os controles dos dinheiros, da destinação do dinheiro.

Então, nós vamos controlar lá na frente, eu nem quis mencionar o nome da lei. Eu acho que não é a norma, rotina, não é o procedimento que vai fazer com que o dinheiro seja bem aplicado. Eu acho que a descentralização pode ajudar nisso. Se nós entendermos que a descentralização deve também criar os mecanismos para a participação popular.

Na atual Constituição já tem algumas coisas nesse sentido, quer dizer, as contas da Prefeitura pode ficar um mês à disposição da população, para qualquer do povo, posso ir até ali examinar as contas. Eu acho que nós



podemos levar isso avante, à frente, com os meios de informática que nós temos hoje, nós podemos facilitar para o contribuinte, para o cidadão saber quanto entrou nos cofres da Prefeitura, foi aplicado e como foi aplicado. Isso hoje é factível, extremamente factível e pode ser um poderoso instrumento de controle democrático do uso dos dinheiros públicos, mas que coisa ao mesmo tempo que se descentraliza tem que se procurar prover os meios para que a população possa observar, possa controlar, possa acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado.

Eu não acredito que uma lei possa resolver a questão da moralidade no uso dos dinheiros públicos.

O SR. - Você entendeu que eu dizendo que esta Lei garantiria...

O SR. - Não, não entendi bem o que você disse que ela não é garantia. Eu concordo com você. Ela não é garantia.

O SR. - Ela não é garantia e ela só é um biombo formal, um biombo legal que ao invés de você controlar o substantivo você controla o secundário. Você faz com que as pessoas comprem mais caro, isso é preciso ser denunciado com muita veemência.

Você vê essa Lei nº 8.666, que conseguiu ser pior do que o art. 2.300, atrasa as compras, piora a qualidade das compras e encarece as compras, é óbvio que você tem que balizar a partir de determinado patamar, você tem que ter uma regulamentação legal, mas na maior parte dos casos, os critérios devem ser outros, evidente. E isso daí me apavora muito, quando nós vemos, por exemplo, o Tribunal de Contas da União, pensando exatamente o contrário.

Eu fico imaginando assim, o que deve pensar o Ministro Marcos Vilaça, que foi Presidente da LBA e repassou mais de 15 mil convênios? Eu acho que naquela época os recursos eram mais abundantes. Ele como Ministro do Tribunal de Contas da União hoje, tendo gerido uma entidade como a LBA no passado, é óbvio que ele sabe das dificuldades que essa legislação impõe ao setor público.

O Antônio Ermírio de Moraes, há pouco tempo, declarou textualmente o seguro Votorantim fosse administrado com as amarras da administração pública, certamente ele iria à falência em menos de 3 meses. Compraria mais caras, compraríamos piores etc.

O SR. SATO - Houve aqui uma inquietação quando a Aspásia coloca que para haver descentralização é preciso haver centralidade. Certamente eu entendo que ela está pensando em evitar a reconcentração do poder em nível local isso no sentido, aonde colocar essa descentralidade? De que forma colocar essa descentralidade?

Eu estive pensando aqui que a dúvida, a angústia que me invade agora, é se a descentralização não requereria, por exemplo, a radicalidade de um Franco Montoro, ou seja, entrar para valer, porque é uma cultura centralizada tão forte, eu acho que os depoimentos do Cristiano, demonstram isto, que realmente eles não entendem como é que se monta um Conselho. Aí eu fico pensando: será que não é melhor, ainda quando visto de que alguns municípios concentra o poder, ainda que corra esse risco pensar de forma radical em descentralizar os recursos de forma automática, alguns recursos de cargos eletivos que certamente alguns municípios vão chegar ao nível da cidade como coloca a partir desse processo.

Certamente alguns municípios vão ficar mais fechados, mais oligárquicos, mas certamente outros municípios vão chegar a situação de cidade como concentração de poder e ao nível federal, pensar em projetos especiais de correção dos desequilíbrios, que é essa a preocupação, quem é que vai tratar dos desequilíbrios?

E, então, pensando em federal com projetos especiais de correção dos desequilíbrios, desequilíbrios sociais e regionais e também sem nenhuma pretensão, de que essa formatação de descentralização seja a definitiva, a permanente, porque é tudo mutável, nós mudamos, o governo muda, nós mudamos, a sociedade muda, mas talvez essa radicalidade que é o controle falte impedir com todo rigor, com todo entusiasmo aqui, antes seja uma lição muito importante para gente pensar em cima.

Acho tão difícil essa centralização que está até dentro de nós que talvez essa radicalidade seja uma coisa a ser pensada para valer.

O SR. - A antiga ação integrada do Ministério da Saúde foi feito assim, um pouco "no tapa" e foi responsável pela queda sucessiva de dois ministros progressistas do PMDB, que fizeram de uma hora para outra e sofreram as conseqüências de mexer com enormes termos políticos e de manipulação de recursos, estou me referindo ao Ministro Jutahy Magalhães e Renato Archer, que caíram exatamente porque tiveram a coragem de implantar o SUDS de uma forma radical, e são um povo.

A dificuldade da descentralização é tão grande que o Governador Franco Montoro que talvez tenha sido o Governador que mais tenha descentralizado atividades no seu Estado, não conseguiu, por exemplo, descentralizar o ensino de 1º grau que até hoje o Governo de São Paulo é

estadualizado, ou seja, o ensino do 1º grau em São Paulo tem um dos maiores índices percentuais de estadualização.

Por questões de isonomia salarial corporativismo das representações do magistério, uma série de questões complexas intrincadas, mas eu de uma certa forma concordo com você. Se você não faz e não parte para uma ação efetiva, você fica dimensionado, estudando o combate político e a resistência política acaba por fazer você recuar e não conseguir descentralizar absolutamente nada. Acho, inclusive, que uma reflexão sobre a questão da saúde, seria muito importante.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Antes de terminar, vamos passar a palavra ao William, que participou da nossa reunião pela manhã, que tem comentários a fazer sobre a reunião da manhã e do pedaço da tarde.

O SR. WILLIAM - Ainda com o clima emocional da reunião de de manhã.

Essa questão da descentralização pode ser que a gente caia na armadilha de preparar para descentralizar e não descentralizar nunca.

Eu me lembro de alguns anos atrás quando o desenvolvimento comunitário era bancado, era feito pelo Estado. Ora, isso é negação de desenvolvimento comunitário, isso é uma ação paternalista. Mas concordo também que é preciso ter cuidado para não quebrar a cara. De repente você tem uma intenção politicamente correta, mas você esbarra em tantas dificuldades nos interesses que você acabou de mencionar que "tudo fica como dantes no quartel de abranes".

Por causa disso e pegando um pouco ganchos no que o Deputado Gustavo Krause falou de manhã, que eu achei de uma clareza e de uma

profundidade realmente ímpares, eu me lembrei naquela ocasião enquanto ele falava de um trecho de uma entrevista do Darcy Ribeiro, e ele usou o exemplo histórico de como a nossa elite sabe dar o salto por cima. E o exemplo histórico que ele usou, e ele usou uma frase da seguinte maneira: a nossa classe dominante é competentíssima, mas é hedionda.

Lembrando que na campanha da abolição da escravatura veio a Lei do Ventre Livre, depois a do Sexagenário e digamos assim, da Péia Escrava, nós fomos uma das últimas nações no mundo a libertar o escravo. Ora, a Lei do Ventre Livre é um truque fantástico, você dá liberdade ao recém nascido que estava disputando o leite da sinhazinha, ou dá liberdade ao escravo sexagenário que já estava moído de pancada e de doença, você estava era desonerando a folha de pagamento dos senhores escravagistas!

Então, ele falou do cuidado do que acontece inclusive com pactos feitos no Brasil que são pactos protelatórios. É daí que eu me lembrei a questão desse exemplo histórico dado pelo Darcy Ribeiro que é realmente bastante ilustrativo.

Isso talvez esclareça porque nós não conseguimos ser eleitores mesmo, nós não conseguimos ser consumidores mesmo, nós não conseguiremos ser contribuintes mesmo, isso explica porque é que na relação com o Estado nós dependemos de um papel dado pelo Estado. Isso nos deixa presas de uma situação que é histórica.

Mas o que eu ouvi do depoimento do Senador Franco Montoro, o depoimento do Prefeito Jarbas Vasconcelos, foi sempre lembrando as dificuldades que enfrentaram, mas mostrando que realizaram coisas importantes e conseguiram principalmente métodos novos para resolver e aí

vem o testemunho do próprio Prefeito Jaime Lerner, o que eu vejo é que a gente tem um desafio muito grande, um caminho difícil, mas um desafio grande. O que eu vejo é que nós temos aí no meio uma coisa que, um artigo de Beluzo de um ano e meio atrás, ele disse o seguinte: que durante o regime autoritário foi tecido uma teia de interesses entre o "business", a mídia, a grande política que definia como aquela que é capaz de fazer o Presidente, fazia o Presidente no regime autoritário e conseguiam fazer presidentes até recentemente e a burocracia, essa teia de interesse é uma teia que tem uma capacidade de reagir muito intensa, por isso é que eu digo: aqueles que querem mudar o País, acredita que o País possa ser melhor, acredita que o cidadão comum saiba das suas prioridades, saiba dos seus interesses melhor do que qualquer outro, tem que estar prevenido para dificuldades que estarão pela frente sempre.

Eu vejo o Estado como intermediário cada vez mais caro, mais ineficiente e acho que essa nossa discussão coloca coisas importantes pela frente, idéias que podem ser multiplicadas e que possam produzir resultados.

Por último, eu me lembrei, ontem nós estávamos trabalhando numa proposta de revisão constitucional da SEPLAN e eu li o "caput" do art. 192. O "caput" do art. 192 mostra exatamente o trabalho que se tem pela frente, a distância que se tem que percorrer e as dificuldades que a gente tem que vencer. Ele diz textualmente o seguinte: o sistema financeiro nacional estruturado de forma à promover o desenvolvimento equilibrado do País, e à servir aos interesses da coletividade etc., etc., etc., é o meu fecho.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

Eu acho que estamos chegando ao fim. Eu estou com muita vontade de falar, mas eu não vou falar, que já não é mais hora, mas só um pequeno ponto que o Sato levantou e que Seli também e que eu acho que é muito importante, que é essa questão da centralidade. Na verdade nós não ocupamos o espaço que nós temos que ocupar, porque essa questão do papel, esse problema da região metropolitana, o papel dessas frágeis unidades, isso aqui está perfeitamente definido no art. 25, que diz que os Estados poderão mediante lei complementar instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Essa regulamentação não foi feita porque ninguém se interessou em fazer, ninguém achou que era importante. Então, está aí o Vale do Jequitinhonha nesse sofrimento, nessa amargura infernal!

Aqui diz o seguinte: mediante lei complementar. Mas não é só isso, o art. 45 vai bater na mesma tecla numa direção diferente, evidentemente aumentando as competências concorrentes, vamos dizer assim, no sentido aqui da correção de desigualdades, porque ele vai dizer o seguinte: vai dizer que a mesma coisa que eu li lá para os Estados pode ser feita pelo Governo Federal. É o art. 43, desculpe. "A União poderá articular sua ação e o mesmo complexo de econômico e social visando à seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. Lei complementar disporá sobre as condições para a integração das regiões em desenvolvimento, a composição dos organismos regionais que executarão na forma da lei os planos regionais, integrantes de

planos nacionais de desenvolvimento econômico, os incentivos regionais na forma da lei, da igualdade de tarifas, fretes, juros e ações.

É uma coisa enorme isso e é um espaço enorme que se abre só que ninguém usou, porque também ninguém sabe usar. essa é a verdade.

Eu acho que essa coisa que o Dr. Torquato levantou aí, esse "elismo" do Estado unitário, é isso que faz ser tão difícil, cria o risco político da descentralização, caíram dois ministros, cria possibilidades de fracasso e cria o medo, o medo de fazer, que é isso que o Sato diz: não, eu quero que faça mesmo e vamos ver depois o que acontece. Ele falou que foi feito assim.

Eu acho que é um problema sério, porque a estrutura jurídica e política do País é de Tomé de Souza, ou se a gente quiser uma versão sinistra para isso, é de Dona Maria Louca. Nós estamos segurando Dona Maria e não é fácil dizer como desmontar isso, porque isso passa por um arcabouço jurídico que nós em geral fugimos dele, que é muito complicada essa coisa do processo jurídico, mas há uma unidade do jurídico, isso que eu cheguei a essa conclusão com muito sofrimento, mas eu acho que há uma unidade do jurídico dentro de uma Constituição como essa, que nós alcançamos com dificuldade, porque nós estamos preocupados com o social, nós estamos preocupados com o econômico, mas nós não estamos preocupados com o jurídico, mas há uma lógica jurídica aqui que precisa ser decifrada e eu acho que é essa lógica que torna a descentralização uma espécie de anomalia e uma coisa arriscada. Eu acho que a gente precisa fazer.

O SR. - Só uma coisa. Eu acho que eu não estou menosprezando as leis não, mas eu acho que se a gente pensar em projetos nacionais, em projetos setoriais e a projetos regionais, as leis se tornam não



tão importantes assim, ou seja, as leis são importantes, o arcabouço jurídico é importante na ausência dos projetos nacionais, setoriais ou regionais.

Eu acho que as duas coisas se complementam, não ficar só nas leis, porque as leis são complicadas, não é só a Constituição, são as leis ordinárias, complementares, as normas, as portarias, essa coisa toda.

Então, para romper isso há necessidade de projetos de correção do desequilíbrio a nível nacional, regional e setorial etc., talvez seja uma forma de romper isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que é a cultura política, eu acho que quando o Jaime colocou isso até muito bem, essa idéia de que você tem que assumir em algum momento esse protagonismo não vai ser dado de presente. Ele é um longo processo e eu acho que nós não podemos reclamar não porque o protagonismo inclusive hoje foi bastante grande, as várias versões, as várias modalidades de municípios estiveram postas aqui claramente, de Curitiba, Recife, São Fidelis, nós tivemos um amplo espectro, apesar do número reduzido de convidados.

E a desmontagem da máquina federal estamos aí torcendo, é uma coisa desafiante, mas eu acho que também tem muito a ver com esses problemas que foram levantados aqui da descentralização. Eu acho que na verdade é um desafio que nós temos que assumir.

Em primeiro lugar, o sistema político tem pouca capacidade de segurar situações híbridas, se nós vamos para a confederação. Não há mais ou menos confederação. Se for confederação é confederação mesmo. E aí eu acho que o que a história ensina eu acho que esse é o ponto importante, que a história ensina que eu acho que esse é um ponto também importante, o que a

história ensina é o seguinte: descentralização é bom para riso, isso é uma lei da história, eu ousaria afirmar que isso é uma lei da história. Não é por acaso que Franco Montoro, que deu esse "show" de descentralização bem sucedida, porque isso aconteceu em São Paulo, que é a coisa mais parecida com essa coisa que o Paulo Henrique lembrou, da França, de países densos, de países com estruturas densas de relacionamento, de trocas de mercado em ue o cidadão ele não é cidadão por delegação do Estado nem das ideologias, ele é cidadão porque ele é parte do mercado, de uma estrutura pluralista com o anonimato, com regras etc.

Então, você descentralizar em São Paulo não há riscos, agora, se você quer descentralizar no Acre e no Pará, vocês vão me perdoar, mas aí é pesado, porque o bandido manda mesmo e isso nós temos que assumir também.

Então, eu acho que a federação, toda descentralidade e que centralidade nós vamos obter onde ela é uma proteção, porque a gente tem possibilidade de ter um governo federal que diga lá para os extrativistas do Pará que eles não podem matar pessoas, escravizar pessoas e queimar florestas, isso torna a vida deles um pouco mais difícil, eu tenho a impressão que isso nós todos desejamos que seja difícil mesmo.

Enfim, vamos continuar amanhã, acho que podemos voltar a todos esses temas e eu agradeço imensamente.

Está encerrada a sessão.